

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS I

CNPJ/MF nº 07.399.646/0001-32

Classificação de Risco das Quotas Seniores da 11ª Série - Standard & Poor's "brAAf"

Classificação de Risco das Quotas Seniores da 12ª Série - Standard & Poor's "brAAf"

Código ISIN da 11ª Série de Quotas Seniores: BREXODCTF098 - Código ISIN da 12ª Série de Quotas Seniores: BREXODCTF0A3



DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 11ª E 12ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS I (A "OFERTA"), TOTALIZANDO:

R\$160.000.000,00

(cento e sessenta milhões de reais)

O Fundo destina-se a adquirir, preponderantemente, duplicatas, cheques e notas promissórias originados por empresas com sede no país que atuem nos setores industrial, comercial ou de prestação de serviços ("Direitos de Crédito").

Serão objeto de distribuição pública pela Administradora 1.600 (um mil e seiscentas) Quotas Seniores, sendo 800 (oitocentas) referentes à 11ª Série e 800 (oitocentas) referentes à 12ª Série, todas com Valor Unitário de Emissão de R\$100.000,00 (cem mil reais), em mercado de balcão não organizado e organizado, perfazendo o valor total de R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais) ("Oferta").

O Fundo foi constituído em 12 de maio de 2005 e seu regulamento e respectivo ato de constituição foram registrados no 2º Cartório de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, em 12 de maio de 2005, sob o nº 3.072.477 ("Regulamento"). O Regulamento foi alterado em 31 de agosto de 2005, em 03 de fevereiro de 2006, em 12 de fevereiro de 2007, em 18 de maio de 2007, em 21 de novembro de 2007, em 14 de dezembro de 2007, em 08 de janeiro de 2008, em 18 de janeiro de 2008, em 31 de outubro de 2008, em 05 de março de 2009 e em 08 de maio de 2009, por meio de instrumentos de aditamento registrados no 2º Cartório de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, sob o nºs 3.100.145, 7.612.409, 9.178.910, 3.260.168, 10.215.923, 3.338.891, 3.338.891, 3.345.247, 3.388.271, 3.397.719, 3.402.687 e 3.421.171, respectivamente. Em 12 de fevereiro de 2010, a Administradora protocolou na CVM pedido de registro automático da Oferta, nos termos do artigo 20, Parágrafo 1º da Instrução CVM 356, sendo o registro definitivo da presente Oferta concedido em 16 de março de 2010, sob os nºs CVM/SRE/RFD/2010/008 e CVM/SRE/RFD/2010/009 relativos à distribuição pública da 11ª e 12ª Série de Quotas Seniores, respectivamente. O Fundo é administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Avenida Juscelino Kubitschek 50, 5º e 6º andares, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Administradora" ou "Coordenadora Líder").

O investimento no Fundo sujeita o investidor a riscos, conforme descrito na seção "FATORES DE RISCO", nas páginas 59 a 62 deste Prospecto Definitivo. Ainda que a Administradora mantenha um sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo ("Carteira"), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas no Fundo ou para o investidor. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia de seu Administrador, do Custodiante, de suas Partes Relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Todo Quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de Termo de Adesão, que recebeu exemplar deste Prospecto Definitivo e do Regulamento do Fundo, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, da sua política de investimento, da composição da Carteira, da Taxa de Administração devida à Administradora e à Gestora, dos riscos associados ao investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no Patrimônio Líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda do capital, parcial ou total, investido pelo investidor.

Este fundo de investimento utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento, exclusivamente para fins de "hedge", conforme o Capítulo VII do Regulamento do Fundo. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os Quotistas.

"Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das Quotas deste Fundo de Investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, da Administradora ou das demais instituições prestadoras de serviços."

Administradora e Coordenadora Líder



Coordenadores Contratados



Gestora

Custodiante

Assessores Legais

Auditor Independente



SOUZA, CESCON, BARRIEU & FLESCHE
ADVOGADOS



A Coordenadora Líder desta emissão é a Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A data deste Prospecto é 17 de março de 2010

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Avisos - ANBID

“A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura”.

“O investimento no Fundo apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Administradora e a Gestora mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.”

“Antes de tomar sua decisão de investir no Fundo, recomenda-se ao investidor a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto Definitivo quanto do Regulamento, para um entendimento completo a respeito do objetivo do Fundo, da sua política de investimento e dos riscos a que o Fundo está exposto.”

“O Fundo de que trata este Prospecto Definitivo não conta com garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante ou de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos.”

“O tratamento tributário aplicável ao investidor deste Fundo depende do período de aplicação do investidor, bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do imposto de renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.”

“Considerações sobre estimativas e declarações futuras: quaisquer expectativas de recebimento de fluxos de caixa advindos dos Direitos de Crédito adquiridos, previsões e estimativas aqui contidas são previsões e se baseiam em certas presunções que a Administradora e a Gestora consideram razoáveis. Expectativas são, necessariamente, por natureza, especulativas, e é possível que algumas ou todas as premissas em que se baseiam as expectativas não se concretizem ou difiram substancialmente dos resultados efetivos. Nesse sentido, as expectativas são apenas estimativas. Resultados efetivos podem diferir das expectativas, e tais diferenças podem acarretar prejuízo para o Fundo e para seus Quotistas.”

“Este Fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus Quotistas”

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

<i>DEFINIÇÕES</i>	3
<i>IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRADORA E COORDENADORA LÍDER E DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO</i>	8
<i>DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA E COORDENADORA LÍDER DO FUNDO</i>	9
<i>CARACTERÍSTICAS DA OFERTA</i>	10
<i>DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES</i>	13
<i>CONFLITO DE INTERESSES</i>	13
<i>PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS</i>	14
<i>MONTANTE TOTAL DA OFERTA E REGIME DE DISTRIBUIÇÃO</i>	14
<i>INÍCIO E ENCERRAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS</i>	14
<i>NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS</i>	14
<i>DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO</i>	14
<i>CRONOGRAMA DA OFERTA</i>	15
<i>DISTRIBUIÇÃO PARCIAL</i>	15
<i>MODIFICAÇÃO DA OFERTA</i>	15
<i>O FUNDO</i>	17
<i>BASE LEGAL</i>	17
<i>PÚBLICO ALVO</i>	17
<i>APLICAÇÃO DOS RECURSOS</i>	17
<i>OBJETIVO DE INVESTIMENTO</i>	18
<i>POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA</i>	18
<i>CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO</i>	19
<i>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</i>	20
<i>DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO</i>	20
<i>TAXA DE ADMINISTRAÇÃO</i>	22
<i>ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS</i>	22
<i>FORMA E ESPÉCIE</i>	23
<i>EMIÇÃO DE QUOTAS SENIORES</i>	23
<i>EMIÇÃO DE QUOTAS MEZANINO</i>	23
<i>EMIÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS</i>	24
<i>EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS</i>	25
<i>AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS</i>	26
<i>AMORTIZAÇÕES PROGRAMADAS</i>	27
<i>PAGAMENTO AOS QUOTISTAS</i>	27
<i>METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO</i>	28
<i>ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA</i>	28
<i>LIQUIDAÇÃO DO FUNDO</i>	30
<i>EVENTOS DE AVALIAÇÃO</i>	30
<i>EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO</i>	30
<i>ASSEMBLÉIA GERAL</i>	32
<i>COMPETÊNCIA</i>	32
<i>PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO</i>	32
<i>IOF</i>	34
<i>IMPOSTO DE RENDA</i>	34
<i>INFORMAÇÕES REFERENTES À SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA</i>	37
<i>CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO</i>	38
<i>GESTÃO</i>	40
<i>AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO</i>	41
<i>AUDITORIA</i>	42
<i>COORDENADORES CONTRATADOS</i>	42

<i>SUBSTITUIÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO</i>	<i>43</i>
<i>POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES</i>	<i>44</i>
<i>ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS</i>	<i>44</i>
<i>FLUXOGRAMA FINANCEIRO</i>	<i>45</i>
<i>CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS DE CRÉDITO</i>	<i>46</i>
<i>DIREITOS DE CRÉDITO</i>	<i>46</i>
<i>ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO</i>	<i>46</i>
<i>CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO</i>	<i>46</i>
<i>POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO</i>	<i>46</i>
<i>TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO</i>	<i>46</i>
<i>FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO</i>	<i>46</i>
<i>TAXA DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO</i>	<i>47</i>
<i>PRÉ-PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO</i>	<i>47</i>
<i>RECOMPRA DOS DIREITOS DE CRÉDITO</i>	<i>47</i>
<i>NÍVEIS DE CONCENTRAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO</i>	<i>47</i>
<i>POLÍTICA DE COBRANÇA</i>	<i>48</i>
<i>RESCISÃO E RESTITUIÇÃO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO</i>	<i>48</i>
<i>GARANTIAS</i>	<i>48</i>
<i>CONTRATO DE CESSÃO PADRÃO</i>	<i>49</i>
<i>CONTRATO DE CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO DE QUOTAS</i>	<i>49</i>
<i>CONTRATO DE GESTÃO</i>	<i>49</i>
<i>CONTRATO DE SERVIÇOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO</i>	<i>49</i>
<i>CONTRATO COM EMPRESA DE AUDITORIA</i>	<i>49</i>
<i>CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS</i>	<i>50</i>
<i>CARACTERÍSTICAS DA PERFORMANCE DA CARTEIRA</i>	<i>51</i>
<i>FATORES DE RISCO</i>	<i>59</i>
<i>RISCOS RELATIVOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO</i>	<i>59</i>
<i>RISCOS RELATIVOS AOS DIREITOS DE CRÉDITO</i>	<i>61</i>

ANEXOS

ANEXO I	Regulamento do Fundo	65
ANEXO II	Suplemento da 11ª Série de Quotas Seniores do Fundo	125
ANEXO III	Suplemento da 12ª Série de Quotas Seniores do Fundo	129
ANEXO IV	Súmula de Classificação de Risco	133
ANEXO V	Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 30 de abril de 2009, 2008 e 2007	141
ANEXO VI	Informações Periódicas Trimestrais relativas aos períodos encerrados em junho, setembro e dezembro de 2009	187

DEFINIÇÕES

Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Prospecto Definitivo (estejam no singular ou no plural), que não sejam e/ou estejam definidos neste Prospecto Definitivo, tem os significados a eles atribuídos no Regulamento.

Administradora	É a Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek nº 50, 5º e 6º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.918.160/0001-73, ou sua sucessora a qualquer título;
Agência de Classificação de Risco	Standard & Poor's Rating Services, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.295.585/0001-40, ou sua sucessora, a qualquer título;
Agente Escriturador	É o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, ou seu sucessor a qualquer título;
Amortização Programada	É a amortização parcial das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento da respectiva série e/ou classe;
Assembléia Geral	É a Assembléia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI do Regulamento;
ANBID	Associação Nacional de Bancos de Investimento;
Ativos Financeiros	São os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros distintos dos Direitos de Crédito, que compõe o Patrimônio Líquido do Fundo;
BACEN	Banco Central do Brasil;
Base de Dados:	É a base de dados que contém dados e informações relativas aos Direitos de Crédito e aos Clientes, mantida pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia;
BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros;
Carteira	Carteira de Investimentos do Fundo;
CDI	É a Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia (CDI Extra-Grupo), apurada e divulgadas pela CETIP, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob a forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis;
Cedentes	São todas as pessoas físicas ou jurídicas que cedem os Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão;
CETIP	É a CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
Conta de Arrecadação	É a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo em uma instituição financeira aprovada em conjunto pela Administradora e pela Gestora, que será utilizada para o recebimento da totalidade dos recursos oriundos da liquidação dos Direitos de Crédito;
Conta do Fundo	É a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo em uma instituição financeira aprovada em conjunto pela Administradora e pela Gestora, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;

Contrato de Cessão	É cada um dos contratos de cessão de Direitos de Crédito celebrados entre o Fundo, a Administradora e a respectiva Cedente;
Contrato de Custódia	É o Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Valores Mobiliários e Ativos financeiros para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado em 12 de maio de 2005, entre o Custodiante e a Administradora em nome do Fundo;
Contrato de Distribuição	É o Contrato de Coordenação e Distribuição, em Regime de Garantia Firme e de Melhores Esforços de Colocação de Quotas Seniores de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Exodus I, celebrado em 12 de fevereiro de 2010 entre a Administradora e os Coordenadores Contratados para a distribuição pública da 11ª e da 12ª Série de Quotas Seniores do Fundo;
Contrato de Escrituração	É o Contrato de Emissão e Controle de Quotas Escriturais de Fundos de Investimentos, firmado em 12 de maio de 2005, entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo;
Contrato de Gestão	É o Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Carteira de Fundo de Investimento e Outras Avenças celebrado entre o Fundo e a Gestora;
Contrato de Serviços de Auditoria Independente	de É a Proposta de prestação de serviços da KPMG Auditores Independentes, aceita em 22 de novembro de 2007, pela Administradora;
Contrato de Serviços de Classificação de Risco	É o contrato para elaboração de classificação de risco das Quotas Seniores e Quotas Mezanino do Fundo, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e Administradora;
Coordenadora Líder	É a Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificada;
Coordenadores Contratados	É a SOCPA – Sociedade Corretora Paulista S.A., sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.355, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.285.390/0001-40 e a Corretora Geral de Valores e Câmbio Ltda., sociedade limitada com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dr. José Montauray n.º 139, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 92.858.380/0001-18, consideradas em conjunto;
Crítérios de Elegibilidade	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 28 do Regulamento;
Custodiante	É o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 13º, 14º e 15º andares, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, ou seu sucessor a qualquer título;
CVM	É a Comissão de Valores Mobiliários;
Datas de Amortização	São as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, quando for o caso;
Data de Aquisição e Pagamento	É a seguinte data: (i) data de verificação pelo Custodiante do atendimento, pelos Direitos de Crédito, aos Critérios de Elegibilidade; ou (ii) a data de pagamento do Preço de Aquisição; o que ocorrer por último;
Data de Emissão de Quotas	É a data em que os recursos decorrentes da integralização de cada série de Quotas Seniores, ou da integralização das distribuições de Quotas Subordinadas e/ou Quotas Mezanino, são colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo, e que deverá ser, necessariamente, um dia útil;
Data de Resgate	É a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores, indicada no Suplemento da respectiva série;

Direitos de Crédito	São todos os direitos de crédito adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo, de acordo com as condições previstas no Regulamento;
Diretor Designado	É o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a relativas ao Fundo;
Disponibilidades	São todos os ativos de titularidade do Fundo com liquidez diária, incluindo, mas não se limitando, aos recursos disponíveis na Conta do Fundo;
Documentos Comprobatórios	Tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 1º do Artigo 27 do Regulamento;
Documentos da Operação	São os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contrato de Cessão, Regulamento, o presente Prospecto Definitivo, Contrato de Distribuição, Contrato de Controladoria e Custódia, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, Contrato de Gestão e Contrato de Serviços de Auditoria Independente;
Empresa de Auditoria	É a KPMG Auditores Independentes, com sede à Rua Dr. Renato Pares de Barros 33, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou sua sucessora a qualquer título;
Encargos do Fundo	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 34 do Regulamento;
Eventos de Avaliação	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 64 do Regulamento;
Eventos de Liquidação	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 66 do Regulamento;
Excesso de Cobertura	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 53 do Regulamento;
FGC	Fundo Garantidor de Créditos;
Fundo ou Fundo Exodus I	Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I;
Gestora	É a SRM Consultoria e Administração de Recursos Ltda. sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alameda Cleveland, nº 509, 2º andar, Campos Elíseos, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.573.188/0001-55, ou sua sucessora a qualquer título;
Governo Federal	Governo da República Federativa do Brasil;
Grupo Rmansur	Significa as empresas Têxtil Thur de Americana Ltda., Comércio de Tecidos R. Mansur Ltda., R.M. NOR do Brasil Industria e Comercio Ltda., consideradas em conjunto;
Instrução CVM 356	Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;
Investidor Qualificado	São todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;
Obrigações do Fundo	São todas as obrigações do Fundo previstas no Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração, da amortização e do resgate das Quotas, tudo conforme estabelecido no Regulamento e nos demais Documentos da Operação;
Oferta	Distribuição Pública da 11ª e da 12ª Séries de Quotas Seniores do Fundo;

Partes Relacionadas	São (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa;
Patrimônio Líquido	Significa o patrimônio líquido do Fundo, calculado na forma do Capítulo XXIII do Regulamento;
Percentual de Provisão	É o percentual de provisionamento a ser aplicado sobre o Valor do Direito de Crédito antes da dedução de qualquer Valor Provisionado dos Direitos de Créditos vencidos e não pagos, nos termos do Artigo 61 do Regulamento;
Período de Carência	Período em que não há amortização do valor do principal das Quotas Seniores, com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo Fundo, conforme estipulado em cada um dos Suplementos de emissão de Quotas;
PIS	Contribuição ao Programa de Integração Social;
Plano Contábil	Plano Contábil das instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular nº 1.273, do BACEN, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos de crédito que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável;
Política de Cobrança	Política de cobrança descrita no Anexo III ao Regulamento do Fundo;
Prazo de Distribuição	As Quotas Seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data de publicação do Anúncio de Início relativo à Oferta;
Preço de Aquisição	É o valor efetivamente pago pelos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, estabelecidos nos respectivos Termos de Cessão;
Prospecto Definitivo	O presente Prospecto Definitivo e suas posteriores alterações;
Quotas	São as Quotas Seniores, as Quotas Mezanino e as Quotas Subordinadas, consideradas em conjunto;
Quotas Mezanino	São as Quotas Mezanino da Classe A, as Quotas Mezanino da Classe B e as Quotas Mezanino da Classe C consideradas em conjunto, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
Quotas Mezanino da Classe A:	São as quotas subordinadas mezanino da classe A, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
Quotas Mezanino da Classe B:	São as quotas subordinadas mezanino da classe B, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
Quotas Mezanino da Classe C:	São as quotas subordinadas mezanino da classe C, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
Quotas Seniores	São as quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
Quotas Subordinadas	São as quotas subordinadas júnior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
Quotistas	São os titulares das Quotas emitidas pelo Fundo;

Quotistas Subordinados	São os titulares das quotas subordinadas júnior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
Razão de Garantia	Relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do Fundo;
Regulamento	Regulamento do Fundo;
Resolução CMN 2.907	Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;
Rmansur	R.Mansur Factoring Fomento Mercantil Ltda.;
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
SomaFix	Sistema eletrônico administrado pela BM&FBOVESPA para a negociação e registro de títulos e valores mobiliários de renda fixa privada no Mercado de Balcão Organizado;
Suplemento	É o documento elaborado na forma do Anexo II do Regulamento contendo as seguintes informações relativas a cada uma das séries de quotas emitidas: quantidade de Quotas, Data de Emissão, Amortização Programada, se aplicável, Data de Resgate e meta de remuneração prioritária da respectiva série de Quotas;
Taxa de Administração	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 32 do Regulamento;
Taxa de Cessão Média Mensal	É a taxa média entre a taxa de rentabilidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e as respectivas Taxas de Desconto;
Termo de Cessão	É a taxa média entre a taxa de rentabilidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e as respectivas Taxas de Desconto;
Termo de Adesão ao Regulamento	Documento por meio do qual o Quotista adere ao Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo;
Valor Provisionado	Com relação a cada Direito de Crédito adquirido, é o valor do Direito de Crédito multiplicado pelo Percentual de Provisão; e
Valor Unitário de Emissão	Valor unitário de cada Quota na Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores ou na Data de Emissão de cada Quota Subordinada, conforme o caso.

**IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRADORA E COORDENADORA LÍDER E
DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO**

Administradora e Coordenadora Líder	Coordenador Contratado
Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. At.: Agostinho Renoldi Junior Av. Juscelino Kubitscheck, n.º 50, 5º e 6º andares, São Paulo – SP Telefone: (11) 3372-8300 Fac-símile: (11) 3372-8300 E-mail: arenoldi@gradualcorretora.com.br Internet: www.gradualcorretora.com.br	SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A. At.: Daniel Doll Lemos Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.355, 3º andar, São Paulo – SP, CEP 01452-002 Telefone: (11) 3299-2166 Fac-símile: (11) 3299-2150 E-mail: daniel@socopa.com.br Internet: www.socopa.com.br
Coordenador Contratado	Gestora
Corretora Geral de Valores e Câmbio Ltda. At.: Mauro Gasperin Gelain Rua Dr. José Montauray, n.º 139, 7º andar, Porto Alegre – RS, CEP 90010-090 Telefone: (51) 3213-2778 Fac-símile: (51) 3213-2738 E-mail: mauro@corretorageral.com.br Internet: www.corretorageral.com.br	SRM Consultoria e Administração de Recursos e Finanças Ltda. At.: Sr. Salim e Sr. Marcos Mansur Rua Alameda Cleveland, n.º 509, 2º andar, Campos Elíseos, CEP 01218-000 São Paulo – SP Fone: (11) 3334-2136 Fax: (11) 3334-2136 E-mail: marcos@rmansur.com.br Internet: www.srmasset.com.br
Custodiante e Agente Escriturador	Consultores Legais
Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão At.: Sr. Ricardo Nascimento Avenida Brigadeiro Faria Lima 3900, 13º, 14º e 15º andares São Paulo – SP Telefone: (11) 2113-5440 Fac-símile: (11) 2113-5440 E-mail: ricardo.nascimento@db.com Internet: www.db.com/brazil	Souza, Cescon, Barriau e Flesch Advogados At.: Sr. Eduardo Herszkowicz Rua Funchal, 418, 11º andar São Paulo – SP Tel: (11) 3089-6500 Fac-símile (11) 3089-6565 E-mail: eduardo@scbf.com.br Internet : www.scbf.com.br
Agência de Classificação de Risco	Auditor Independente
Standard & Poor's, uma divisão da McGraw-Hill Companies. At.: Sr. Jean-Pierre Cote Gil Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 201, 18 andar São Paulo – SP Tel.: (11) 3039-9700 Fax: (11) 3039-9701 E-mail: jp_gil@standardandpoors.com Internet: www.standardandpoors.com	KPMG Auditores Independentes At.: Sr. Ederson Carvalho Rua Dr. Renato Pares de Barros, n.º 33 Fone: (11) 2183.3000 Fax: (11) 2183.3001 E-mail: ecarvalho@kpmg.com.br Internet: www.kpmg.com.br

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA E COORDENADORA LÍDER DO FUNDO

A Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., na pessoa de seu diretor, Sr. Agostinho Renoldi Junior, na condição de Administradora e de Coordenadora Líder da Oferta declara que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta;
- (ii) que o Prospecto Definitivo da Oferta contém as informações relevantes, necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das características das Quotas, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira e riscos inerentes às suas atividades, bem como quaisquer outras informações relevantes, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes;
- (iii) que as informações prestadas por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Este sumário não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento no Fundo. Este Prospecto Definitivo deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na Seção “FATORES DE RISCO”, bem como o Regulamento do Fundo, constante do Anexo I a este Prospecto Definitivo.

Emissor:	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM 356, da Resolução CMN 2.907 e do seu Regulamento.
Direitos de Crédito:	Direitos de crédito oriundos da compra e venda mercantil de produtos e prestação de serviços do setor industrial, selecionados pela Gestora, e enquadrados nos Critérios de Elegibilidade, que vierem a ser cedidos ao Fundo. Tais direitos de crédito são direitos de crédito constituídos e performados que independem de evento futuro para sua existência, liquidação e cobrança.
Quantidade de Quotas Seniores da 11ª Série:	800 (oitocentas) Quotas Seniores da 11ª Série.
Quantidade de Quotas Seniores da 12ª Série:	800 (oitocentas) Quotas Seniores da 12ª Série.
Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores:	R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
Montante da Oferta:	R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais).
Valor Mínimo de Investimento:	O valor de investimento equivalente a 1 (uma) quota, limitado ao valor mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
Data de Emissão:	É a data da primeira integralização de Quotas Seniores da 11ª e 12ª Série.
Amortização das Quotas Seniores da 11ª Série:	Não haverá amortizações programadas para as Quotas Seniores da 11ª Série;
Amortização das Quotas Seniores da 12ª Série:	Serão realizadas 5 (cinco) amortizações programadas. Para maiores informações sobre as amortizações programadas das Quotas Seniores da 12ª Série, vide seção “Amortizações Programadas” deste Prospecto Definitivo.
Data de Resgate das Quotas Seniores da 11ª Série:	18 meses a contar da 1ª integralização de Quotas Seniores da 11ª Série;
Data de Resgate das Quotas Seniores da 12ª Série:	30 meses a contar da 1ª integralização de Quotas Seniores da 12ª Série;
Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores da 11ª Série:	125% (cento e vinte e cinco por cento) da taxa média do CDI (over) no respectivo período, base 252 dias úteis.
Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores da 12ª Série:	130% (cento e trinta por cento) da taxa média do CDI (over) no respectivo período, base 252 dias úteis.
Classificação de Risco das Quotas Seniores da 11ª Série:	“brAA+”

Classificação de Risco das Quotas Seniores da 12ª Série:	“brAAf”
Prazo de Distribuição das Quotas Seniores:	Em até 6 (seis) meses, contados da data de publicação do Anúncio de Início de Distribuição.
Procedimento de Distribuição das Quotas Seniores:	A Coordenadora Líder e os Coordenadores Contratados realizarão a distribuição pública das Quotas Seniores sob o regime de garantia firme parcial e de melhores esforços. Será adotado o procedimento diferenciado de distribuição, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas. Os pedidos serão atendidos na ordem cronológica de confirmação, de acordo com a disponibilidade de Quotas Seniores para subscrição.
Negociação:	As Quotas Seniores serão registradas para negociação em bolsa de valores, sistema de balcão organizado, ou no SomaFix e/ou BovespaFix e na CETIP (para distribuição primária, as referidas Quotas serão registradas na CETIP no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos e, para negociação no mercado secundário, no SF - Módulo de Fundos), a critério da Administradora, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados e que tiveram acesso ao Regulamento do Fundo e assinaram o Termo de Adesão.
Forma de Subscrição e Integralização:	No ato de subscrição das Quotas Seniores o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição, que também será assinado pela Administradora; (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas na forma prevista no anúncio de início da respectiva série, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento; e (iii) indicará um representante responsável e seu respectivo endereço físico para correspondências e endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações enviadas pela Administradora nos termos do Regulamento.
Aplicação dos Recursos pelo Fundo:	Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão utilizados, pelo Fundo, na aquisição dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição, de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.
Público Alvo:	Investidores Qualificados.
Maiores Informações:	Para maiores informações a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto Definitivo, os interessados deverão dirigir-se à CVM ou à sede da Administradora, nos endereços indicados abaixo, sendo que o Prospecto Definitivo encontra-se à disposição dos investidores na CVM para consulta e reprodução nos seguintes locais: GRADUAL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. Avenida Juscelino Kubitschek 50, 5º e 6º andares, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011 São Paulo – SP http://www.gradualinvestimentos.com.br/portal/pdfs/PROSP_DEF_EXODUS_I_120210_CVM.pdf

SOCOPA – SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.355, 3º andar
CEP 01452-002
São Paulo - SP
www.socopa.com.br

CORRETORA GERAL DE VALORES E CÂMBIO LTDA.
Rua Dr. José Montauray, n.º 139, 7º andar
CEP 90010-090
Porto Alegre - RS
<http://www.corretorageral.com.br/download/noticia1226.pdf>

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM
Rua Sete de Setembro, n.º 111
Rio de Janeiro, RJ
www.cvm.gov.br

CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS
Avenida República do Chile, n.º 230, 11 andar, Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (55 21) 2276-7474 / 2223-6464
Fax: (55 21) 2276-7435 / 2223-6435
ou
Rua Libero Badaró, n.º 425, 24 andar, São Paulo – SP
Tel.: (55 11) 3111-1400 / 3365-4925
Fax: (55 11) 3111-1563
www.cetip.com.br

BM&FBOVESPA
Rua XV de Novembro, n.º 275
São Paulo, SP
www.bmfbovespa.com.br

DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES

Relação entre a Administradora e o Custodiante

Na data deste Prospecto Definitivo, a Administradora e o Custodiante não mantinham qualquer relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto Definitivo, assim como do relacionamento existente em razão de a Administradora ser administradora de outros fundos de investimento em direitos creditórios que têm como custodiante o Custodiante.

Relação entre a Administradora e a Gestora

Na data deste Prospecto Definitivo, a Administradora e a Gestora não mantinham qualquer relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto Definitivo, assim como do relacionamento existente em razão de a Gestora ter sido contratada para prestar serviços de gestão em outros fundos de investimento também administrados pela Administradora.

Relação entre a Administradora e a Empresa de Auditoria

Na data deste Prospecto Definitivo, a Administradora e a Empresa de Auditoria não mantinham qualquer relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto Definitivo, assim como do relacionamento existente em razão de a Empresa de Auditoria ter sido contratada para prestar serviços de auditoria em outros fundos de investimento também administrado pela Administradora.

Relação entre a Administradora e a Agência de Classificação de Risco

Na data deste Prospecto Definitivo, a Administradora e a Agência de Classificação de Risco não mantinham qualquer relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto Definitivo, assim como do relacionamento existente em razão de a Agência de Classificação de Risco ter sido contratada para prestar serviços de classificação de risco em outros fundos de investimento também administrados pela Administradora.

Relação entre a Administradora e os Coordenadores Contratados

Na data deste Prospecto Definitivo, a Administradora e os Coordenadores Contratados não mantinham qualquer relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto Definitivo.

Contratos celebrados entre a Administradora e os demais Prestadores de Serviço do Fundo

Prestador de serviço: Deutsche Bank S.A.

Fundo	Serviço	Prazo	Valor
FIDC EXODUS I	Custódia, controladoria e escrituração de cotas	2008-2009	0,2% aa sobre o PL
FIDC EXODUS III BRZ	Custódia, controladoria, escrituração de cotas	2008-2009	0,2% aa sobre o PL

Prestador de serviço: Gestora

Fundo	Serviço	Prazo	Valor
FIDC EXODUS II	Gestora	2008-2009	1% aa sobre o PL
FIDC EXODUS III BRZ	Consultoria Especializada	2008-2009	1% aa sobre o PL

Prestador de serviço: KPMG

Fundo	Serviço	Prazo	Valor
FIDC EXODUS II	Auditoria	2007 – 2008	16.000,00
FIDC EXODUS III BRZ	Auditoria	2008 – 2009	16.000,00

Prestador de Serviço: Standard & Poor's

Fundo	Serviço	Prazo	Valor
FIDC EXODUS II	Rating	2008	US\$25,000.00
FIDC EXODUS III BRZ	Rating	2009	US\$25,000.00

CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflito de interesses entre as partes envolvidas nos processos de originação, distribuição, custódia, gestão e administração do Fundo.

PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, a Administradora deverá realizar a distribuição pública das Quotas Seniores, conforme plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, fixado nos seguintes termos:

MONTANTE TOTAL DA OFERTA E REGIME DE DISTRIBUIÇÃO

O Fundo está realizando uma oferta para distribuição pública de até 1.600 (um mil e seiscentas) Quotas Seniores, sendo 800 (oitocentas) Quotas Seniores da 11ª Série e 800 (oitocentas) Quotas Seniores da 12ª Série, todas com Valor Unitário de Emissão de R\$100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão, perfazendo o montante total de até R\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais). As Quotas Seniores serão distribuídas publicamente pela Administradora e pelos Coordenadores Contratados, em regime de garantia firme parcial e de melhores esforços.

A garantia firme parcial será prestada pela Administradora, em nome próprio, que se obriga a subscrever e integralizar 400 (quatrocentas) Quotas Seniores da 12ª Série que porventura não forem colocadas junto aos Investidores Qualificados até o final do Prazo de Distribuição, conforme estabelecido no Contrato de Distribuição.

INÍCIO E ENCERRAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS

A colocação e subscrição das Quotas Seniores somente terá início após: (i) o registro da Oferta na CVM; (ii) a publicação do anúncio de início; e (iii) a divulgação do presente Prospecto Definitivo aos investidores.

As Quotas Seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data de publicação do Anúncio de Início relativo à Oferta (“Prazo de Distribuição”). A distribuição das Quotas Seniores será encerrada ao final do Prazo de Distribuição, quando se dará a publicação do Anúncio de Encerramento. O prazo de colocação poderá ser prorrogado, mediante aprovação da CVM, nos termos do artigo 9º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 356.

NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

As Quotas Seniores serão registradas para negociação em bolsa de valores, sistema de balcão organizado, ou no SomaFix e/ou BovespaFix e na CETIP (para distribuição primária, as quotas serão registradas na CETIP no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos e, para negociação no mercado secundário, no SF – Módulo de Fundos), a critério da Administradora, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados e que tiverem acesso ao Regulamento do Fundo e assinaram o Termo de Adesão.

Na hipótese de negociação de Quotas, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriturador somente após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO

Os custos de distribuição das Quotas, referentes à comissão de colocação, custo de classificação de risco, assessores legais e despesas com publicações e divulgação da Oferta, dentre outros, serão de exclusiva responsabilidade do Fundo.

A tabela a seguir demonstra os custos estimados da distribuição das Quotas Seniores a serem suportados pelo Fundo:

Custos da Distribuição	Montante (R\$)	% em relação ao valor Total da Oferta
Taxas de registro na CVM	165.740,00	0,1035%
Taxa de registro na ANBID	3.200,00	0,00002%
Assessoria Jurídica	100.000,00	0,0625%
Custos de Classificação de Risco	50.000,00	0,0312%
Custos com Cartório	20.000,00	0,0111%
Despesas com Publicidade	50.000,00	0,0312%
Comissão de Colocação da 11ª Série de Quotas Seniores*	800.000,00	0,50%
Comissão de Colocação da 12ª Série de Quotas Seniores*	2.400.000,00	1,5%
Total	3.588.940,00	2,2430875%

*Nos termos do Contrato de Distribuição cada um dos Coordenadores Contratados fará jus ao recebimento de uma comissão de colocação, no valor correspondente a: (a) 1,0% (um por cento) sobre o montante total das Quotas Seniores da 11ª Série efetivamente colocadas junto a seus clientes; e (b) 3,0% (três por cento) sobre o montante total das Quotas Seniores da 12ª Série efetivamente colocadas junto a seus clientes.

CRONOGRAMA DA OFERTA

A Oferta terá o seguinte cronograma tentativo:

Evento	Data Estimada⁽¹⁾
Protocolo do Pedido de Registro na CVM	12/02/2010
Disponibilização do Prospecto Definitivo	12/02/2010
Concessão do registro da Oferta	24/02/2010
Publicação do Anúncio de Início	25/02/2010
Final do Prazo de Distribuição	24/08/2010
Publicação do Anúncio de Encerramento	25/08/2010

⁽¹⁾ As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações, sem aviso prévio, a critério da Administradora.

DISTRIBUIÇÃO PARCIAL

Será admitida a distribuição parcial das Quotas Seniores desta Oferta, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição da quantidade mínima de 480 (quatrocentas e oitenta) Quotas Seniores, sendo 80 (oitenta) referentes à 11ª Série de Quotas Seniores e 400 (quatrocentas) referentes à 12ª Série de Quotas Seniores, perfazendo o montante de R\$48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais).

Caso ocorra a distribuição parcial aqui referida, as Quotas Seniores que não forem efetivamente subscritas e integralizadas no Prazo de Distribuição serão canceladas pela Administradora.

Não sendo realizada a distribuição da quantidade mínima de Quotas Seniores estabelecida acima, a Oferta será imediatamente cancelada pela Administradora, que deverá comunicar imediatamente os investidores sobre o cancelamento da Oferta, mediante publicação de aviso no Periódico. Nesse caso, os valores até então integralizados pelos Quotistas serão devolvidos pela Administradora, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da publicação do aviso, sem nenhum acréscimo ou correção.

MODIFICAÇÃO DA OFERTA

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, que acarrete aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores. Em caso de revogação da Oferta os atos de aceitação anteriores ou posteriores tornar-se-ão sem efeito, sendo que os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora sem juros ou correção monetária, no prazo de 3 (três) Dias Úteis, contados da referida comunicação.

A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início. A Administradora deverá acautelar-se e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Tendo sido deferida a modificação da Oferta, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.

Na hipótese de modificação ou revogação da Oferta, a Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio do investidor.

Em caso de desistência da aceitação da Oferta pelo investidor, os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora sem juros ou correção monetária, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da referida comunicação.

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

As informações contidas nesta Seção foram retiradas do Regulamento, que é um documento anexo ao presente Prospecto Definitivo. Recomenda-se ao potencial investidor a leitura cuidadosa do Regulamento antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo.

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos no Regulamento.

O FUNDO

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas somente poderão ser resgatadas: (i) na Data de Resgate de cada série ou classe de Quotas; (ii) por deliberação especial da Assembléia Geral de Quotistas; (iii) ou em virtude de sua liquidação antecipada.

O prazo de duração do Fundo será indeterminado.

O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral, observado o previsto nos Capítulos XVIII e XXI do Regulamento.

A última versão do Regulamento do Fundo foi registrada no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, em 29 de janeiro de 2010, sob o nº 3.421.171.

O Fundo caracteriza-se por ser “multi-cedente” e “multi-sacado”, ou seja, é um Fundo voltado à aquisição de Direitos de Crédito de diferentes empresas, e de diferentes devedores, desde que tais Direitos de Crédito sejam originados preponderantemente do segmento industrial. O Fundo tem como objetivo identificar Direitos de Créditos disponíveis no mercado, selecionando para sua carteira aqueles com menor risco de crédito e maior rentabilidade. Os Direitos de Crédito só são adquiridos pelo Fundo após aprovação formal da Gestora.

Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo têm como devedor final preponderantemente empresas do segmento industrial, as quais representam, no mínimo, 50% do Patrimônio Líquido do Fundo. Os 50% remanescentes do patrimônio líquido são investidos em Direitos de Crédito originários dos setores de comércio e de serviços, e subsidiariamente em títulos do tesouro nacional e do Banco Central, e outros investimentos de renda fixa de baixo risco, conforme a seção “Política de Investimento e Composição da Carteira” deste Prospecto Definitivo.

Todos os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo contam com co-obrigação do Cedente, independente da qualidade do sacado.

BASE LEGAL

O Fundo tem como base legal a Resolução CMN 2.907 e a Instrução CVM 356.

PÚBLICO ALVO

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados, conforme a legislação da CVM em vigor.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos provenientes da presente Oferta serão utilizados, pelo Fundo, prioritariamente, para a aquisição dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição, de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.

O objetivo da presente captação é assegurar que o crescimento do Fundo ocorra sem aumento de risco da carteira. A integralização das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino deverá ser gradativa, na medida em que a Gestora selecione Direitos de Crédito com risco de crédito adequado para aplicação dos recursos ora captados, de acordo com os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Aquisição e desde que os Direitos de Crédito estejam comercialmente qualificados para aquisição pelo Fundo.

OBJETIVO DE INVESTIMENTO

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação de sua Carteira, a valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito; e (ii) de Ativos Financeiros.

Cada série de Quotas Seniores e cada classe de Quotas Mezanino terá características específicas, inclusive com relação à meta de rentabilidade das Quotas, de acordo com as características da emissão, prazo de duração, condições de mercado, entre outros fatores.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos no Regulamento e na legislação e regulamentação aplicáveis, observado ainda que:

- (i) o total de coobrigação e de cessão de créditos de qualquer Cedente, conforme previsto no respectivo Contrato de Cessão, não poderá vir a representar mais de 7% (sete por cento) do Patrimônio Líquido ou R\$3.000.000,00 (três milhões de reais);
- (ii) o total de obrigação de cada sacado não poderá ser superior a 2,5% (dois e meio por cento) do Patrimônio Líquido ou R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais);
- (iii) os Direitos de Crédito representados por duplicatas devem representar no mínimo 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (iv) os Direitos de Crédito representados por cheques devem representar no máximo 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (v) os Direitos de Crédito deverão ser lastreados em operações dos setores listados abaixo, de acordo com os seguintes limites:

Sector	Mínimo (%Patrimônio Líquido)	Máximo (%Patrimônio Líquido)
Industrial	50%	100%
Comercial	0%	50%
Prestação de Serviços	0%	30%

Os limites de concentração estabelecido acima deverão ser verificados pela Gestora e observados com relação ao grupo econômico da Cedente, incluindo desta forma, seu controlador, sociedades por ele direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum, incluindo empresas controladas por pessoas físicas com grau de parentesco até segundo grau (“Grupo Econômico”).

Caso por qualquer motivo aconteça o desenquadramento do Fundo aos limites de concentração estabelecidos acima, a Gestora deverá observar os seguintes procedimentos para reenquadramento dos limites de concentração, enquanto estes não constituírem Evento de Avaliação:

- (i) as aquisições de Direitos de Crédito deverão buscar minimizar o desenquadramento da Carteira do Fundo; e
- (ii) as aquisições deverão ser tais que não resultem em agravamento do desenquadramento existente e/ou ocasionem qualquer outro desenquadramento da Carteira do Fundo.

Os percentuais e limites referidos acima serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior.

O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias corridos contados da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, observados os Critérios de Elegibilidade, sendo que o saldo remanescente poderá ser mantido em moeda corrente nacional ou aplicado em Ativos Financeiros. O quadro a seguir apresenta um resumo das modalidades de investimento e dos limites de composição da Carteira do Fundo:

Composição da Carteira e Percentual Máximo em Relação ao Patrimônio Líquido	Mínimo	Máximo
• Direitos de Crédito do Segmento Industrial	50%	100%
• Direitos de Crédito dos Segmentos Comercial e de Prestação de Serviços	0%	50%
• Moeda corrente nacional	0%	50%
• Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN	0%	50%
• Operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos acima mencionado	0%	50%

O Fundo não poderá realizar aplicações em Direitos de Crédito da Administradora e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

O Fundo poderá realizar operações em mercado de derivativos em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, exclusivamente na modalidade com garantia, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO

O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade (“Critérios de Elegibilidade”):

- (i) devem ser representados por duplicatas, cheques ou notas promissórias originados por empresas com sede no país (independentemente de terem como sócios diretos ou indiretos pessoas físicas ou jurídicas sediadas no exterior), que atuem no setores industrial, comercial ou de prestação de serviços no Brasil;
- (ii) as Cedentes dos Direitos de Crédito devem ser pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- (iii) os prazos de vencimento dos Direitos de Crédito devem ser de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da formalização da respectiva cessão não podendo ser posterior à última data de vencimento das Quotas Seniores em circulação, sendo que o prazo médio ponderado da carteira não poderá exceder 65 (sessenta e cinco) dias, calculado *pro forma* antes da aquisição pretendida; e
- (iv) devem observar os limites mínimos e máximos de concentração com relação à carteira e ao Patrimônio Líquido, conforme disposto no Artigo 21 do Regulamento, calculado *pro forma* antes da aquisição pretendida, exceto com relação aos Grupos Econômicos que serão verificados pela Gestora, conforme o disposto no parágrafo 1º do Artigo 21 do Regulamento.

A verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade será de responsabilidade do Custodiante.

A Gestora será a única responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, observando a política de concessão de crédito e as Condições de Aquisição descritas abaixo. A Gestora ficará responsável ainda por confirmar à Administradora e ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão, o atendimento do Direito de Crédito adquirido às Condições de Aquisição e a enviar à Administradora e ao Custodiante a relação dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo para que o Custodiante proceda à verificação do enquadramento de tais Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade previamente à sua aquisição pelo Fundo.

Sem prejuízo do estabelecido acima, a Gestora deverá ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que atendam às seguintes condições (“Condições de Aquisição”):

- (i) os Direitos de Crédito Elegíveis devem ter sido originados e formalizados de acordo com a política de concessão de crédito;
- (ii) os Direitos de Crédito Elegíveis devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
- (iii) os sacados não devem apresentar apontamentos junto ao Serasa, SPC e/ou Equifax quanto a cheques sem fundos, execuções judiciais, exceto execuções fiscais, falência e recuperação judicial decretada. Excepcionalmente, a Gestora poderá ofertar ao Fundo Direitos de Crédito oriundos de sacados que apresentem protestos, e/ou execução judicial desde que a soma dos valores relativos a estas pendências não superem o montante equivalente a 5% (cinco por cento) do capital social do sacado;
- (iv) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito de sacados inadimplentes se o total de Direitos de Crédito inadimplidos acima de 60 (sessenta) dias representar mais do que 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido;
- (v) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito originados de operações de recompra acima do valor total equivalente a 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (vi) o Fundo poderá comprar Direito de Crédito de Cedentes que possuam Direitos de Crédito vencidos e não pagos acima de 60 (sessenta) dias, desde que o saldo devedor deste Cedente não represente mais do que 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (vii) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito de Cedentes cujo índice de Direitos de Crédito liquidados parcialmente for superior a 10% (dez por cento) nos últimos 12 (doze) meses;
- (ix) o somatório do valor total de Direitos de Crédito oriundos dos 10 (dez) maiores Cedentes, deverá ser igual ou inferior a 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido;
- (x) o somatório do valor total de Direitos de Crédito oriundos dos 4 (quatro) maiores Cedentes, deverá ser igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido;
- (xi) devem observar a taxa mínima de cessão;
- (xii) o respectivo sacado não esteja em processo de falência ou recuperação judicial; e
- (xiii) a Cedente deverá ter declarado que (i) não utiliza trabalho escravo e infantil; (ii) possui todas as licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, inclusive todas as licenças ambientais.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido do Fundo corresponderá ao somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, apurados na forma do Capítulo XIV do Regulamento, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas nos Artigos 60 e 61 do Regulamento.

Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, das Cedentes, dos sacados e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para preservação de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas, não estando a Administradora, a Gestora ou o Custodiante de qualquer forma obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. A Administradora, a Gestora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos, que tenham sido incorridos pelo Fundo em face de terceiros ou das Cedentes, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas, observado o disposto no parágrafo abaixo.

As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à preservação dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite do valor das Quotas Subordinadas em circulação. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos titulares das Quotas Seniores em Assembleia Geral convocada especialmente para esse fim e, se for o caso, será por eles aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de série de Quotas Seniores específica, considerando o valor da participação de cada titular de Quotas Seniores no valor total das Quotas em circulação, na data da respectiva aprovação. Os recursos aportados ao Fundo pelos Quotistas serão reembolsados por meio do resgate ou amortização da respectiva série de Quotas Seniores específica, de acordo com os procedimentos previstos no Regulamento.

Observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento referido acima; e (ii) da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Administradora, a Gestora e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à preservação de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto.

Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos acima deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte e de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente com suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas (“Encargos do Fundo”):

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- (iv) honorários e despesas devidos à contratação dos serviços da Empresa de Auditoria;
- (v) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- (ix) taxas de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (x) despesas com a contratação da Agência de Classificação de Risco;
- (xi) despesas de registro do Fundo em bolsa de valores e mercado de balcão organizado, conforme a legislação aplicável;
- (xii) despesas, emolumentos e comissões incorridos com a abertura e manutenção da Conta de Arrecadação e da Conta do Fundo; e
- (xiii) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos, na forma do inciso I do artigo 31 da Instrução CVM 356.

Quaisquer despesas não previstas acima como Encargos do Fundo correrão por conta da Administradora.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Administradora e a Gestora receberão, pela prestação de serviços ao Fundo, a título de taxa de administração, o percentual anual de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado e provisionado diariamente e pago mensalmente (“Taxa de Administração”), conforme a seguinte fórmula:

$$TA = (tx + RG/252) \times PL(D-1)$$

onde:

TA: Taxa de Administração;

tx: 0,5% (meio por cento);

PL(D-1): Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil imediatamente anterior à data de pagamento; e

RG: Remuneração da Gestora de 1% (um por cento) ao ano

O valor mínimo mensal da Taxa de Administração será de R\$5.000,00 (cinco mil reais) ao mês.

A Taxa de Administração será paga no quinto dia útil do mês subsequente à sua apuração e provisionamento. O Fundo pagará diretamente à Gestora a parcela da Taxa de Administração que lhe cabe.

O Fundo não cobrará taxa de performance.

ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Diariamente, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a ocorrência de um Evento de Liquidação, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (i) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (ii) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (iii) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 do Regulamento, por meio do resgate ou amortização da emissão de Quotas específica;
- (iv) devolução aos titulares das Quotas Mezanino dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 do Regulamento, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas específica;
- (v) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (vi) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

Na ocorrência de um Evento de Liquidação e, enquanto tal evento permanecer em curso, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (i) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (ii) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 do Regulamento, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas específica;
- (iii) devolução aos titulares das Quotas Mezanino dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 do Regulamento, por meio do resgate ou amortização da emissão de Quotas específica;
- (iv) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (v) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (vi) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS

FORMA E ESPÉCIE

As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

As quotas constituem frações ideais do patrimônio do Fundo e serão divididas em duas classes, sendo uma classe de Quotas Seniores e uma de Quotas Subordinadas.

EMIÇÃO DE QUOTAS SENIORES

O Fundo poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que:

- (i) nenhum Evento de Liquidação tenha ocorrido ou caso algum Evento de Avaliação esteja em vigor;
- (ii) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º do Regulamento;
- (iii) a Administradora obtenha manifestação favorável à emissão de novas Quotas Seniores dos Quotistas detentores da totalidade das Quotas Mezanino e Subordinadas em circulação, exceto se a referida emissão ocorrer a partir de 4 (quatro) meses de antecedência da Data de Resgate de qualquer série de Quotas Seniores e que seja condicionada à emissão de Quotas Mezanino, no mínimo, na mesma proporção da classe vigente;
- (iv) o Fundo não esteja em desacordo com sua Razão de Garantia, alocação mínima de Direitos de Crédito nos termos do Artigo 22 do Regulamento e com o Índice de Liquidez; e
- (v) nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação esteja em curso.

As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (i) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento;
- (ii) Valor Unitário de Emissão a ser fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (iii) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 45 do Regulamento; e
- (iv) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

O valor total das Quotas Seniores será equivalente ao somatório do valor das Quotas Seniores de cada série, ou o produto da divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas Seniores, dos dois o menor.

Caso as Quotas Seniores emitidas pelo Fundo forem parcialmente distribuídas, o saldo das Quotas Seniores não colocados no mercado será automaticamente cancelado.

EMIÇÃO DE QUOTAS MEZANINO

As Quotas Mezanino dividem-se em três classes (sendo denominadas individualmente “Quotas Subordinadas Mezanino Classe A”, “Quotas Subordinadas Mezanino Classe B” e “Quotas Subordinadas Mezanino Classe C”, e conjuntamente, “Quotas Mezanino”). O Fundo poderá criar e emitir novas classes de Quotas Mezanino, observado que:

- (i) o Regulamento do Fundo seja devidamente alterado e levado a registro na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º do Regulamento;

- (ii) nenhum Evento de Liquidação tenha ocorrido ou caso algum Evento de Avaliação esteja em vigor;
- (iii) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º do Regulamento; e
- (iv) após a 1ª Emissão de Quotas Mezanino, a Administradora deverá obter manifestação favorável à emissão de novas Quotas Mezanino dos Quotistas detentores da totalidade das Quotas Subordinadas em circulação.

As Quotas Mezanino da Classe A, B e C têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (i) subordinam-se às Quotas Seniores e têm prioridade em relação às Quotas Subordinadas para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto no Regulamento;
- (ii) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em circulação quando da sua emissão;
- (iii) Valor Unitário de Emissão a ser fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (iv) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no *caput* do Artigo 46 do Regulamento;
- (v) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Mezanino corresponderá 1 (um) voto; e
- (vi) não apresentam relação de subordinação entre si para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto no Regulamento, sendo expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Mezanino, exceção feitas às condições estabelecidas expressamente nos respectivos Suplementos.

EMIÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS

O Fundo poderá emitir quotas subordinadas júnior (“Quotas Subordinadas”), a serem colocadas em uma ou mais distribuições, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas.

As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações, conforme abaixo:

- (i) subordinam-se às Quotas Seniores e às Quotas Mezanino para efeito de amortização e resgate observado o disposto no Regulamento;
- (ii) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino em circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito;
- (iii) Valor Unitário de Emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª emissão de Quotas Subordinadas, sendo as Quotas Subordinadas emitidas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base na alínea (d) abaixo;
- (iv) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no parágrafo único do Artigo 46 do Regulamento; e
- (v) cada Quota Subordinada corresponderá a 1 (um) voto e terá direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, exceto aquelas que deliberarem a respeito da ocorrência de Eventos de Liquidação ou de Avaliação do Fundo, ou que deliberarem a respeito do descumprimento pela Gestora das suas obrigações estabelecidas no Regulamento.

EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

As Quotas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 45 e 46 do Regulamento, conforme o caso, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo (valor da Quota de $D + 1$), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista. Os Investidores Qualificados poderão efetuar aplicações de recursos no Fundo diretamente com a Administradora, observado o disposto no Capítulo VII do Regulamento e as normas e regulamentos aplicáveis.

Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o Termo de Adesão ao Regulamento, e indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora nos termos do Regulamento.

No ato de subscrição de Quotas Seniores e de Quotas Mezanino, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição (que também será assinado pela Administradora), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas na forma prevista no anúncio de início de distribuição da respectiva emissão de Quotas, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento.

O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes do Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Não serão cobradas taxas de ingresso ou de saída pela Administradora.

A partir da 1ª Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário da Quota Sênior no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida para a série no respectivo Suplemento.

Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte do Fundo, da Administradora ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.

A partir da 1ª Data de Emissão de cada classe de Quotas Mezanino, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário da respectiva classe de Quota Mezanino no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida para a respectiva classe no respectivo Suplemento.

A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino em circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de cálculo.

Em todo dia útil, após a incorporação dos resultados descritos no Artigo 45 do Regulamento nas Quotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas.

AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS

As Quotas Seniores de cada série e as Quotas Mezanino distribuídas serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate.

O Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores e de qualquer classe de Quotas Mezanino a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento.

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 69 do Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, poderá ocorrer alterações nas Amortizações Programadas de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores e de uma ou mais classes de Quotas Mezanino em circulação, nas datas e valores a serem estipulados, desde que deliberado pela totalidade dos quotistas das classes e séries afetadas.

Os titulares das Quotas do Fundo não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em condições diversas das previstas no Regulamento.

A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora deverá instruir o Custodiante a constituir uma Reserva de Amortização para pagamento das amortizações e resgates das Quotas (“Reserva de Amortização”). Para tanto, a Administradora e a Gestora deverão condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento do cronograma abaixo.

A tabela abaixo mostra os valores que deverão compor a Reserva de Amortização (em percentual sobre o valor estimado das amortizações e resgates), conforme o número de dias a decorrer até as próximas Datas de Amortização e Resgates:

Número de dias corridos antes das Datas de Amortização ou da Data de Resgate	Percentual do valor futuro estimado das respectivas amortizações e resgates
45	50%
20	100%

A Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos acima, quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos outros ativos que integram a Reserva de Amortização, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma acima.

A Administradora deverá manter no mínimo 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo alocado em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em Ativos Financeiros (“Reserva de Liquidez”).

A Administradora deverá calcular o Índice de Liquidez da carteira mensalmente, a ser definido como a razão entre: (i) Caixa + Ativos Financeiros + Direitos de Crédito de sacados adimplentes a vencer nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração; e (ii) as amortizações e encargos devidos pelo Fundo nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração (“Índice de Liquidez”).

Para fins de apuração, o Índice de Liquidez deverá ser maior ou igual a 1 (um), caso o Índice de Liquidez permaneça com valor menor a 1 (um) pelo período previsto na alínea (j) do Artigo 64 do Regulamento, a Administradora deverá tomar todas as providências relativas a ocorrência de um Evento de Liquidação.

Caso a relação entre as Quotas Subordinadas e as Quotas Mezanino seja superior ao Excesso de Cobertura, a Administradora poderá realizar a amortização parcial não programada das Quotas Subordinadas, até o do Excesso de Cobertura, mediante solicitação dos respectivos Quotistas, desde que a amortização não programada não desenquadre o limite mínimo estabelecido como Razão de Garantia no Artigo 62 do Regulamento.

Para fins do previsto acima, a Administradora deverá comunicar a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas mensalmente, todo primeiro dia útil do mês.

O montante do Excesso de Cobertura não utilizado para fins de amortização de Quotas Subordinadas deverá integrar o Patrimônio Líquido do Fundo.

A amortização supra somente ocorrerá mediante o enquadramento do Fundo ao Índice de Liquidez, Reservas de Amortização e de Liquidez, alocação mínima dos Direitos de Crédito, conforme previsto no Artigo 21 do Regulamento, se nenhum Evento de Avaliação ou de Liquidação esteja em curso, e desde que o Fundo continue enquadrado após a amortização prevista.

Caso exista previsão de amortização das Quotas Seniores e das Quotas Mezaninos em um respectivo mês a Administradora deverá priorizar o pagamento das amortizações programadas das referidas Quotas em detrimento da amortização das Quotas Subordinadas.

As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado ocorrendo qualquer Evento de Liquidação, conforme previsto no Regulamento.

O presente item não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma prioridade na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, bem como critérios de distribuição de rendimentos entre as quotas de diferentes classes. Portanto os quotistas somente receberão os rendimentos se os resultados e o patrimônio do Fundo assim o permitirem.

AMORTIZAÇÕES PROGRAMADAS

Quotas Seniores da 11ª Série

Não haverá amortizações programadas para as Quotas Seniores da 11ª Série.

Quotas Seniores da 12ª Série

Serão realizadas 5 (cinco) amortizações programadas, conforme indicado na tabela abaixo:

1ª Amortização	2ª Amortização	3ª Amortização	4ª Amortização	5ª Amortização
18º mês, contado da data da primeira integralização de Quotas Seniores desta 12ª Série.	21º mês, contado da data da primeira integralização de Quotas Seniores desta 12ª Série.	24º mês, contado da data da primeira integralização de Quotas Seniores desta 12ª Série.	27º mês, contado da data da primeira integralização de Quotas Seniores desta 12ª Série.	30º mês, contado da data da primeira integralização de Quotas Seniores desta 12ª Série.
1/5 do valor total da quota.	1/4 do valor total da quota.	1/3 do valor total da quota.	1/2 do valor total da quota.	100% do valor total da quota.

As Amortizações Programadas das Quotas Seniores da 12ª Série serão realizadas no dia 10 (dez) dos respectivos meses de amortização, sendo seu valor calculado com base no valor da Quota Sênior no último dia útil anterior à Data de Amortização.

PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 69 do Regulamento, a Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme os Artigos 45 e 46 do Regulamento, e (ii) após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, aos titulares das Quotas Subordinadas, nos montantes apurados conforme o Parágrafo único do Artigo 46 do Regulamento.

A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Os recursos depositados nas Contas do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, nas respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 68 do Regulamento, em Direitos de Crédito.

Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um dia útil, a Administradora efetuará o pagamento no dia útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos de Crédito devem ser registrados pelo valor efetivamente pago.

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora e aceitos pelo BACEN e pela CVM, e aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos no Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Os Direitos de Crédito vencidos e não pagos deverão ser provisionados de acordo com o disposto no Plano Contábil, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou a sua constituição, limitada ao seu respectivo valor, observado o previsto no parágrafo abaixo.

As perdas e provisões relacionadas aos Direitos de Crédito adquiridos vencidos e não pagos serão suportados única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do CMN 2.682, de acordo com os percentuais a seguir indicados (“Percentual de Provisão”), em cada dia útil:

Faixa	Período de Atraso	Percentual de Provisão sobre o Valor dos Direitos de Crédito adquiridos (antes de ser reduzido qualquer Valor Provisionado)
A	atraso entre 0 e 14 dias	0,5%
B	atraso entre 15 e 30 dias	1%
C	atraso entre 31 e 60 dias	3%
D	atraso entre 61 e 90 dias	10%
E	atraso entre 91 e 120 dias	30%
F	atraso entre 121 e 150 dias	50%
G	atraso entre 151 e 180 dias	70%
H	atraso superior a 180 dias	100%

A provisão para devedores duvidosos será realizada, incluindo provisão para todos os créditos a vencer de 0,5% (meio por cento) no início do Fundo (D+0), constituindo assim, uma reserva de provisão de 0,5% (meio por cento) do Patrimônio Líquido investido em Direitos de Crédito.

O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

A provisão para devedores duvidosos atingirá os demais Direitos de Créditos do mesmo devedor inadimplente, ou seja, será estabelecido um valor adicional de provisão, mesmo que ainda não conhecidas por se referirem a Direitos de Crédito a vencer, mas comuns ao mesmo devedor, ocorrendo, assim, o chamado “efeito vagão”.

ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA

Desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores até a Data de Rebaixamento da Razão de Garantia definida abaixo, a Administradora verificará, todo dia útil se a Razão de Garantia é igual ou superior a 150% (cento e cinquenta por cento).

A partir do dia 26 de fevereiro de 2010 (“Data do Primeiro Rebaixamento da Razão de Garantia”), até a data de resgate das Quotas Seniores da 10ª Emissão, a Administradora verificará, todo dia útil se a Razão de Garantia é igual ou superior a 137% (cento e trinta e sete por cento), sendo observados os procedimentos estabelecidos nos Artigos 63 e 50 do Regulamento.

Após a data de resgate das Quotas Seniores da 10ª Emissão (“Data do Segundo Rebaixamento da Razão de Garantia”), até a última Data de Resgate das Quotas Seniores, a Administradora verificará, todo dia útil se a Razão de Garantia é igual ou superior a 125% (cento e vinte e cinco por cento), sendo observados os procedimentos estabelecidos nos Artigos 63 e 50 do Regulamento.

Caso a Razão de Garantia seja inferior às razões estabelecidas nos parágrafos acima, a Administradora deverá comunicar os titulares de Quotas Subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas.

Caso os titulares das Quotas Subordinadas decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos indicado acima, ou não enviem resposta à Administradora em 30 (trinta) dias contados da comunicação da Administradora, a Administradora comunicará a Agência de Classificação de Risco do desenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, observado o Artigo 64, alínea (a) do Regulamento.

A relação entre as Quotas Subordinadas e o total de Quotas Subordinadas e Mezanino somadas deverá representar sempre no mínimo 62% (sessenta e dois por cento) (“Relação Mínima”).

Caso a relação mínima estipulada acima seja inferior a 62% (sessenta e dois por cento), a Administradora deverá comunicar os titulares de Quotas Subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Relação Mínima, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas.

Caso os titulares das Quotas Subordinadas decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos indicado acima, ou não enviem resposta à Administradora em 30 (trinta) dias contados da comunicação da Administradora prevista acima, a Administradora comunicará a Agência de Classificação de Risco do desenquadramento do Fundo à Relação Mínima, observado o Artigo 64, alínea (b) do Regulamento.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

São considerados eventos de avaliação do Fundo (“Eventos de Avaliação”) quaisquer dos seguintes eventos:

- (i) caso a Razão de Garantia não seja observada por um período de 30 (trinta) dias consecutivos contado da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelos Quotistas Subordinados;
- (ii) caso a Relação Mínima permaneça inferior a 62% (sessenta e dois por cento) por um período de 30 (trinta) dias consecutivos contado da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelos Quotistas Subordinados;
- (iii) caso haja a redução do nível de classificação de risco de qualquer das séries ou classes de quotas em circulação em dois sub-níveis;
- (iv) caso o Fundo não observe por 30 (trinta) dias consecutivos os limites de concentração por sacado e/ou Cedente, por tipo de ativo ou por segmento estabelecidos no Artigo 21 do Regulamento;
- (v) caso as amortizações programadas de qualquer série ou de qualquer classe não sejam efetuadas nas datas estabelecidas;
- (vi) caso os Direitos de Crédito vencidos e não pagos por período superior a 60 (sessenta) dias consecutivos contado da sua data de vencimento atinjam 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (vii) caso haja alteração dos procedimentos de cessão de Direitos de Crédito e de cobrança adotados pela Gestora, sem prévia aprovação da Assembléia Geral;
- (viii) caso o limite de recompra exceda 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido em dois Relatórios de Monitoramento consecutivos ou quatro alternados em um período de 12 (doze) meses;
- (ix) caso o montante total de Direitos de Crédito pagos com atraso de até 30 (trinta) dias da sua data de vencimento, seja superior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em dois Relatórios de Monitoramento consecutivos ou quatro alternados em um período de 12 (doze) meses; e
- (x) caso a Reserva de Amortização, a Reserva de Liquidez e o Índice de Liquidez não se encontrem enquadrados por mais que 15 (quinze) dias consecutivos.

Ocorrendo qualquer Evento de Avaliação, será convocada Assembléia Geral, nos termos do Capítulo XXI do Regulamento, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembléia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo, ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembléia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembléia Geral, e aplicando-se o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 66 do Regulamento.

Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembléia Geral, a referida Assembléia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

São considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (“Eventos de Liquidação”) quaisquer dos seguintes eventos:

- (i) cessação ou renúncia pela Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos no Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Regulamento;

- (ii) cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos do referido contrato; e
- (iii) cessação pela Gestora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão ou ainda em caso de alteração direta ou indireta no controle da Gestora.

Ocorrendo qualquer dos Eventos de Liquidação, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos abaixo.

Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os Quotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.

No caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, ficará assegurado o resgate antecipado das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas dissidentes.

Observada a deliberação da Assembleia Geral quanto a liquidação antecipada, o Fundo resgatará compulsoriamente todas as Quotas Seniores e posteriormente todas as Quotas Mezanino, ao mesmo tempo, em igualdade de condições entre os titulares de Quotas da mesma classe e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas de cada uma das referidas classes em circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (i) a Administradora liquidará todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- (ii) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e
- (iii) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XIX, a Administradora debitará a Conta do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Quotas Seniores e, posteriormente das Quotas Mezanino, em circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Os recursos auferidos pelo Fundo nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 66 do Regulamento, serão utilizados para o pagamento das Obrigações do Fundo de acordo com a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XIX. Os procedimentos descritos no Parágrafo 4º do Artigo 66 do Regulamento somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino.

Após o resgate integral antecipado das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino conforme estabelecido no Artigo 66 do Regulamento, os titulares das Quotas Subordinadas poderão deliberar pela interrupção do processo de liquidação do Fundo e retomada de suas atividades.

Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Liquidação e observadas as deliberações da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º do Artigo 66 do Regulamento, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores e Mezanino, será constituído pelos titulares das Quotas em circulação um condomínio nos termos do artigo 1.314 e ss. do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio.

ASSEMBLÉIA GERAL

COMPETÊNCIA

Sem prejuízo das demais atribuições previstas no Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (i) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (ii) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (iii) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxas que tenham sido objeto de redução;
- (iv) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XVIII do Regulamento;
- (v) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação, observado o disposto na hipótese da alínea (c) do Parágrafo Único do Artigo 11 do Regulamento; e
- (vi) aprovar a substituição do Custodiante, da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos no Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no Periódico ou enviado por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral. Admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada conjuntamente com a primeira convocação.

A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

A Assembléia Geral se instalará em primeira convocação com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Seniores em circulação, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Mezanino e Subordinadas em conjunto, em circulação e, em segunda convocação, com Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Mezanino e das Quotas Subordinadas em circulação. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

A presidência da Assembléia Geral caberá à Administradora.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo abaixo, a Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria, da Gestora ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Ressalvado o disposto nos parágrafos abaixo e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas presentes à Assembléia Geral, observado o quorum mínimo estabelecido no Parágrafo 2º do Artigo 74 do Regulamento.

Sem prejuízo do disposto acima, as matérias previstas nos itens (b), (c) e (d) do Artigo 72 do Regulamento, serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos presentes.

A alteração das características, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas dependerá da aprovação (i) da Assembléia Geral; e (ii) dos titulares da totalidade das Quotas Mezanino e Subordinadas em circulação. Além disso, a alteração das seguintes matérias dependerá da aprovação dos titulares das Quotas Mezanino e Subordinadas:

- (i) as matérias previstas nos itens (e) e (f) do Artigo 72 do Regulamento; e
- (ii) cobrança de taxas e encargos de qualquer natureza pela Administradora que não estejam expressamente prevista no Regulamento.

As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos no Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação e deliberação previstos no Regulamento.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

A presente análise foi feita com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto Definitivo e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo.

Objetivo de Tratamento Tributário

O Fundo têm como objetivo proporcionar aos seus Quotistas uma estrutura que permita a incidência de uma baixa carga tributária, de acordo com a legislação atualmente aplicável. Para tanto o Fundo dedicará esforços em buscar enquadramento como Fundo de Investimento de Longo Prazo.

As Amortizações Programadas poderão não ter o mesmo tratamento tributário aplicável ao resgate das Quotas Seniores, pois os prazos de amortização são menores que o prazo de resgate, o que implica em um tratamento tributário menos favorecido ao Quotista. Ademais, o Fundo não tem como garantir aos seus Quotistas que a legislação atual permanecerá em vigor pelo tempo de duração de cada série do Fundo, e não tem como garantir que não haverá alteração da legislação e regulamentação em vigor, e que esse será o tratamento tributário aplicável aos titulares de Quotas Seniores à época do resgate ou da amortização de Quotas Seniores de cada série.

Tributação Aplicável aos Quotistas

IOF

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência do Imposto sobre Títulos ou Valores Mobiliários (“IOF/Títulos”). Nos termos da legislação vigente, o IOF/Títulos será cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate (liquidação do Fundo), cessão ou repactuação das Quotas, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306/07. Segundo esse Decreto, resgates, cessões ou repactuações efetuados em prazo de até 29 dias (inclusive), sujeitam-se ao IOF/Títulos, calculado de forma percentual sobre o rendimento auferido, sendo que quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual de rendimento sujeito à incidência do imposto (0% a 96%). O IOF/Títulos pode ser deduzido no cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte.

A partir de 20 de outubro de 2009, as liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no País, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro e de capitais, estão sujeitas ao IOF/Câmbio à alíquota de 2%. Todavia, as liquidações de operações de câmbio relativas ao retorno dos recursos aplicados estão sujeitas à alíquota zero do imposto.

A alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25%, relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

Os rendimentos decorrentes da aplicação em fundos de investimentos estão sujeitos à incidência de imposto de renda de acordo com as seguintes regras:

- (i) Para o Quotista pessoa física residente no Brasil:
 - os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, às alíquotas regressivas abaixo indicadas:

Para fundos com carteira de longo prazo¹:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo de 181 até 360 dias;
- 17,5% em aplicações com prazo de 361 até 720 dias;
- 15% para aplicações com prazo acima de 720 dias.

A Gestora buscará manter a Carteira do Fundo como de longo prazo, de forma a proporcionar aos Quotistas o benefício das alíquotas regressivas acima indicadas até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a Carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

Para fundos com carteira de curto prazo²:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo acima de 180 dias;
- os ganhos auferidos na alienação das Quotas devem ser tributados à alíquota de 15%, devendo ser recolhidos pela própria pessoa física.

(ii) Para Quotista pessoa jurídica não-financeira domiciliado no Brasil³:

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, mediante aplicação das alíquotas regressivas supra;
- os ganhos auferidos na alienação (realizada dentro ou fora de bolsa) das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte, como ganhos de renda variável, pela diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição das Quotas à alíquota de 15%;

(iii) Para os Quotistas residentes ou domiciliados no exterior, como regra geral, a tributação segue a regra aplicável ao Quotista pessoa física residente no Brasil. As exceções dizem respeito a: (a) Quotistas sediados em localidades de tributação favorecida, para os quais pode haver uma tributação de 25% e (b) Quotistas registrados de acordo com a Resolução nº 2.689, que não sejam residentes ou domiciliados em país com tributação favorecida. Para essa última situação, as alíquotas aplicáveis no resgate, na amortização e na alienação (realizada em bolsa) de Quotas são de 15%, ou de 0%, no caso de alienação em bolsa de valores.

Na hipótese de alienação de Quotas do Fundo em bolsa de valores, sobre o valor da alienação, incidirá IR-Fonte à alíquota de 0,005%, neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediadora que receber a ordem de alienação do Quotista.

Exceções e Outras Incidências

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos produzidos pelo Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Quotista estiver sujeito.

¹ Fundos de longo prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio superior a 365 dias.

² Fundos de curto prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias.

³ Como regra, o imposto de renda retido na fonte – IRF será tratado como antecipação do imposto devido e a variação positiva do valor da quota integrará a base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica – IRPJ e da contribuição social sobre o lucro – CSLL da pessoa jurídica.

Tributação Aplicável ao Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Além disso, o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF incide sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

IOF

A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do Fundo estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos à alíquota zero.

Imposto de Renda

A atual legislação fiscal estabelece que a Carteira do Fundo é isenta do imposto de renda.

Outras Incidências

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.

ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

O Fundo é administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek 50, 5º e 6º andares, e inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.918.160/0001-73.

A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) do Regulamento, (iii) das deliberações da Assembléia Geral, (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

INFORMAÇÕES REFERENTES À SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA

A Administradora poderá ser substituída, a qualquer tempo, pelos titulares das Quotas reunidos em Assembléia Geral, na forma do Capítulo XXI do Regulamento, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

A Administradora, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, sempre com aviso prévio de 60 (sessenta) dias corridos, pode renunciar à administração do Fundo, desde que a Administradora convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre a sua substituição, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XXI do Regulamento.

Na hipótese de renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de realização da respectiva Assembléia Geral.

A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos do Regulamento.

Para informações sobre as atribuições, obrigações e responsabilidades da Administradora, vide os Capítulos III e IV do Regulamento.

Histórico

A Gradual é uma corretora tradicional, com mais de 15 anos de atuação no mercado de câmbio e de valores mobiliários, e conta com uma equipe de 120 profissionais experientes e especializados no mercado financeiro - operadores de mesa, *controllers*, *middle officers*, operadores e auxiliares de pregão, entre outros. A Gradual opera na bolsa mais importante do país, BM&FBOVESPA. Com matriz em São Paulo, mantém filiais no Rio, Campinas, Porto Alegre, Curitiba e Goiânia, e representações autônomas em Santos (SP), Presidente Prudente (SP), Botucatu (SP), Belo Horizonte (MG), Pelotas (RS), Passo Fundo (RS).

O objetivo da Gradual é oferecer aos clientes as melhores alternativas de portfólio, desde investimentos diretos, seja através de títulos ou ações, carteiras administradas, fundos de investimentos em ações e multimercados e clubes de investimento (já existentes ou próprios), buscando uma fórmula sob medida para cada caso. A Gradual conta atualmente com mais de 10.000 clientes ativos em carteira, entre pessoas físicas, instituições financeiras e não financeiras. A carteira de ativos de clientes sob sua administração e custódia ultrapassa hoje US\$ 400 milhões.

Em 2004 a Gradual iniciou suas atividades na área de FIDCs – Fundos de Investimento de Direitos Creditórios sendo hoje Administradora de 18 (dezoito) Fundos já em operação desde junho de 2005.

Fundada em 1991, inicialmente como Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, a Gradual responde atualmente por 1,6% do volume negociado em Bolsa. Em 2000, tornou-se membro número 227 da BM&FBOVESPA, antiga Bovespa, passando a operar nos sistemas eletrônicos Mega e Soma, com atuação nacional. Dois anos depois, estendeu sua atividade à Bolsa de Mercadorias & Futuros.

PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO

CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO

Para a prestação dos serviços de custódia, escrituração das Quotas do Fundo e controle dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM 356, o Fundo contratou o Deutsche Bank.

Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- (i) zelar pela boa ordem, operacionalizar e executar, por meio de sistema especialmente elaborado para tal fim, todos os procedimentos e rotinas definidos no Contrato de Custódia e no Contrato de Escrituração, celebrados entre o Custodiante e o Fundo;
- (ii) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural, por si ou por terceiros, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, dos registros eletrônicos da Base de Dados e dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo;
- (iii) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo listados, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte da Administradora, que ocorrerá, no máximo, anualmente:
 - (1) extratos da Conta de Arrecadação e da Conta do Fundo e comprovantes de pagamentos de valores creditados em cada uma das dessas contas;
 - (2) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos no Regulamento e no Contrato de Custódia;
 - (3) documentos referentes aos Ativos Financeiros; e
 - (4) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- (iv) efetuar a liquidação financeira dos Ativos Financeiros e receber quaisquer rendimentos ou valores referentes a esses ativos;
- (v) receber e realizar a cobrança dos valores relativos aos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, por si ou por terceiros, nos termos do Contrato de Custódia;
- (vi) efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, nos termos da legislação aplicável, mediante instrução da Administradora;
- (vii) verificar o enquadramento dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo aos Critérios de Elegibilidade;
- (viii) elaborar e fornecer à Administradora os relatórios e arquivos referentes aos Direitos de Crédito cedidos e pagos ao Fundo; e
- (ix) realizar auditoria por amostragem, no mínimo trimestral, nos Documentos Comprobatórios, de forma a verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento das obrigações da Gestora com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios nos termos do Contrato de Custódia. Os parâmetros de quantidade dos créditos cedidos e de diversificação de devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com os seguintes procedimentos:

(1) Utilização de metodologia e ferramentas de auditoria para amostragem. Admitindo um intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento), a amostra (n) selecionada será calculada mediante utilização da seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2}$$

$$A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Sendo:

E_0 = Erro Estimado

A = Tamanho da Amostra

N = População Total

n_0 = Fator Amostral

(1.1) O erro amostral tolerável representa a diferença entre o valor que a estatística pode acusar e o verdadeiro valor do parâmetro que se deseja estimar. Portanto, o erro amostral tolerável é a margem de erro aceitável em um estudo estatístico.

(2) Etapas

(2.1) Determinar o erro amostral tolerável. O erro amostral tolerável será mantido entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento), dependendo da avaliação prévia efetuada para o Fundo a ser analisado, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza do recebível; qualidade do Cedente a ser analisado; quantidade de revisões já efetuadas para determinado Fundo e seus respectivos resultados observados.

(2.2) Determinar o intervalo de confiança. O intervalo de confiança define os limites inferior e superior de um conjunto de valores que tem certa probabilidade de conter no seu interior o valor verdadeiro do efetivo da intervenção em estudo. Desse modo, o processo pelo qual um intervalo de confiança é de 95% (noventa e cinco por cento) é tal que ele tem 95% (noventa e cinco por cento) de probabilidade de incluir o valor real da eficácia da intervenção em estudo.

(2.3) Determinar itens chave. Quando se planeja uma amostragem, utiliza-se o julgamento para determinar qual parte da população deve ser examinada individualmente e quais itens devem fazer parte da amostra. Os itens que não justificam a aceitação de risco de amostragem, devem ser examinados individualmente. Isso inclui itens para os quais os erros potenciais podem igualar ou exceder o erro tolerável. Alguns itens testados 100% (cem por cento) não fazem parte da população da amostragem.

(2.4) Extração dos itens para teste. A seleção da amostra é feita por programa eletrônico, que leva em conta fatores como a representatividade das Cedentes e dos Clientes em relação ao total da carteira do Fundo. Ademais, a cada verificação, serão analisados documentos que deram origem aos Direitos de Crédito que sejam originados de todas as empresas.

A extração da quantidade de itens para teste, indicada pelo resultado observado após aplicação da fórmula mencionada no item (i), será realizada a partir do critério de amostragem probabilística estratificada proporcional, onde primeiramente dividi-se a base de dados em extratos para depois selecionar, de acordo com a representatividade de cada extrato, a amostra que será base para os testes.

(2.5) Escopo da análise. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes; Abaixo escopo detalhado:

- Obtenção de base de dados analítica por recebível;
- Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula acima;
- Verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao fiel depositário;
- Verificação da documentação acessória representativa dos Direitos de Crédito (identificação pessoal, comprovante de residência, comprovante de entrega de mercadorias, etc.);
- Verificação do registro de gravame do bem objeto do financiamento;
- Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados; e
- Verificação das condições de guarda física da documentação comprobatória junto ao fiel depositário.

Para a execução da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito, o Custodiante, sob sua responsabilidade, poderá contratar consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos de Crédito.

No exercício de suas funções, o Custodiante está autorizado, por conta e ordem da Administradora a:

- (i) abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (1) no SELIC; (2) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; ou (3) em instituições ou entidades autorizadas a prestação desses serviços pelo BACEN ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância do Regulamento e do Contrato de Custódia;
- (ii) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Ativos Financeiros; e
- (iii) efetuar o pagamento dos Encargos do Fundo, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto.

Histórico

O Deutsche Bank é uma subsidiária integral do Deutsche Bank AG. O banco, através de seus Serviços de Custódia e Guarda de Títulos, provê serviços fiduciários, de agenciamento, depositários, de custódia e outros relacionados sobre mais de US\$ 3 trilhões em títulos de dívida e de ações. A estratégia do Deutsche Bank AG é se tornar um líder em serviços de custódia doméstica na União Européia, Europa do Leste, América Latina (principalmente no Brasil, México e Argentina) e Ásia. Consistente com esta estratégia, o Deutsche Bank AG vendeu a sua operação norte-americana de custódia para o State Street em 2003, por um valor total de US\$ 1,5 bilhão, de modo a se concentrar em seus mercados-alvo. No Brasil, o Deutsche Bank S.A. iniciou seu negócio de custódia e serviços fiduciários em 1996, sendo o segundo maior provedor no país de serviços fiduciários, de agenciamento, depositários, de custódia e outros relacionados, com US\$ 500 milhões em ativos sob custódia, representando uma fatia de mercado de 3%. Na indústria de FIDC, o Deutsche Bank é o segundo maior custodiante.

GESTÃO

O Fundo contratou a SRM Consultoria e Administração de Recursos Ltda. (a “Gestora”) para prestar os serviços detalhados abaixo.

A Gestora será responsável, exclusivamente, por todos os serviços relativos à (i) análise e seleção de Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo, observados os Critérios de Elegibilidade, Condições de Aquisição, taxa mínima de cessão, limites de concentração e demais disposições aplicáveis estabelecidas no Regulamento; (ii) análise e seleção dos Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo, observada a política de investimento,

de composição e diversificação da carteira do Fundo, nos termos do Capítulo VII do Regulamento, devendo envidar esforços para manter o enquadramento fiscal do Fundo como de longo prazo; (iii) acompanhamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, e emitir relatório todo 5º (quinto) dia útil de cada mês destacando o atendimento ou não a cada um dos limites de concentração dispostos no Artigo 21 do Regulamento (“Relatório de Monitoramento”); (iv) cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo e as demais condições estabelecidas no Contrato de Gestão; (v) guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de fiel depositária, nos termos do Contrato de Custódia, sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante, nos termos da regulamentação aplicável; e (vi) negociação e venda, a qualquer terceiro, de quaisquer Direitos de Crédito que estejam vencidos e não pagos por prazo superior a 180 dias (cento e oitenta dias).

Sujeito às regras estabelecidas na Política de Cobrança do Fundo e visando possibilitar a prestação do serviço de cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito, a Gestora terá poderes para renegociar quaisquer características dos Direitos de Crédito com o sacado inadimplente, incluindo, mas não se limitando ao prazo e taxa de cessão do Direito de Crédito; bem como procurar formas alternativas que possibilitem a recuperação dos valores devidos pelo sacado inadimplente, tais como (i) substituição dos Direitos de Crédito inadimplidos por novos Direitos de Crédito a vencer ou (ii) recompra pela Cedente dos Direitos de Créditos inadimplidos ou a vencer.

Nenhum Direito de Crédito ou Ativo Financeiro poderá ser adquirido pelo Fundo sem que tenha sido previamente analisado e selecionado pela Gestora.

Histórico da Gestora

A Gestora foi constituída em 2005, fruto de uma reorganização societária do grupo R.Mansur, em que se incorporou toda a estrutura operacional e o expertise anteriormente adquiridos por seus controladores na R.Mansur Factoring.

A Gestora iniciou suas atividades em 2005 atuando na gestão do portfólio do FIDC Exodus I, administrando um patrimônio inicial de R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais). Atualmente a empresa presta serviços de gestão para três fundos de investimento em direitos creditórios, totalizando um patrimônio de R\$193.900.000,00 (cento e noventa e três milhões de reais) sob sua gestão.

Detentora de uma sólida estrutura operacional, a Gestora conta com 60 colaboradores em 9 escritórios estrategicamente localizados em 6 estados diferentes, nas cidades de São Paulo, Fortaleza, Belo Horizonte, Ribeirão Preto, Curitiba, Londrina, Blumenau, Porto Alegre e Caxias do Sul.

AGENTE DE COBRANÇA

Para prestação dos serviços de cobrança dos Direitos de Crédito, o Fundo contratou o Banco do Brasil S.A., o qual deverá realizar os procedimentos tradicionais para cobrança, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo, bem como é a instituição de centralização de recebimentos.

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

As Quotas Seniores e as Quotas Mezanino do Fundo têm classificação de risco atribuída pela Standard & Poor's, agência de classificação de risco contratada pelo Fundo. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora.

Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Seniores constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas. Dessa forma, havendo o rebaixamento da classificação de risco para uma nota inferior à inicialmente obtida, a Administradora comunicará imediatamente tal fato aos Quotistas e enviará, através de correspondência registrada, o material emitido pela Agência de Classificação de Risco com a nova nota e justificativa do rebaixamento.

Histórico

A Agência de Classificação de Risco é uma divisão da The McGraw-Hill Companies (NYSE:MHP), sendo a maior provedora mundial de *ratings*, índices, avaliação de risco, pesquisas de investimento, dados e avaliações. Com mais de 6.000 (seis mil) funcionários localizados em 21 (vinte e um) países, a Standard & Poor's é parte essencial da infra-estrutura financeira mundial e tem desempenhado um papel de liderança por mais de 140 (cento e quarenta) anos na provisão de "benchmarks" independentes para que investidores em todo o mundo possam tomar decisões financeiras e de investimento com mais confiança. A Standard & Poor's tem um longo histórico na criação de benchmarks para o setor financeiro, sendo a primeira a atribuir *ratings* a financiamentos securitizados; transações com títulos garantidas por seguro; cartas de crédito; solidez financeira de seguradoras não americanas; holdings bancárias; e empresas de garantias financeiras.

Fundada em 1.888, a The McGraw-Hill Companies é uma provedora global de serviços de informações que atende às necessidades mundiais de serviços financeiros, treinamento e informação sobre negócios e mercados, por intermédio de marcas importantes como Standard & Poor's, Business Week e McGraw-Hill Education. A corporação tem mais de 280 (duzentos e oitenta) escritórios em 37 (trinta e sete) países. Suas vendas atingiram US\$5,3 bilhões em 2004.

AUDITORIA

Para prestação de serviços de auditoria das contas do Fundo foi contratada a empresa KPMG Auditores Independentes.

Histórico

A KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 33, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 057.755.217/0001-29.

A KPMG foi criada em 1987, com a fusão da Peat Marwick International (PMI) e da Klynveld Main Goerdeler (KMG), assim como suas firmas-membro individuais. No Brasil, a KPMG está presente em onze cidades do Brasil, e conta com mais de 1.200 funcionários. A KPMG é uma rede global de firmas que prestam serviços profissionais nas áreas de Audit, Tax, e Advisory, com aproximadamente 103.000 pessoas em todo o mundo, distribuídas em 731 cidades, localizadas em 144 países. A KPMG será responsável pela execução dos serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo, a serem efetuadas em cada encerramento de exercício social do Fundo.

COORDENADORES CONTRATADOS

Foram contratadas as seguintes instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, legalmente habilitadas a executar o serviço de distribuição pública das Quotas Seniores do Fundo: SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. e Corretora Geral de Valores e Câmbio Ltda..

Histórico da SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A.

A SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A. iniciou suas atividades em 1967, sendo reconhecida pela sua experiência e pioneirismo no mercado de corretora de valores. Em julho de 1997 lançou o Socopa Online, primeiro site de investimentos online em bolsa no Brasil. A Socopa é corretora membro e agente de compensação da BOVESPA- Bolsa de Valores de São Paulo (nº 58), BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros (nº 58) e SOMA (nº 124). A corretora atua de forma integrada ao Banco Paulista, uma sólida instituição financeira, e juntos adotaram como seus princípios e valores: ética, responsabilidade, crescimento sustentado, lucratividade e solidez, os quais garantem o êxito de seus trabalhos e sucesso na relação com seus clientes. A SOCOPA é cadastrada na CVM como prestadora de serviços de administração de carteiras desde 1990.

Histórico da Corretora Geral de Valores e Câmbio Ltda.

Empresa do Grupo Dionísio Gasperin, a Corretora Geral de Valores e Câmbio foi fundada em 14 de março de 1967, e, nestes mais de 40 anos de atividades, firmou-se como uma das mais sólidas da Região Sul.

Pautada no trinômio confiança, agilidade e eficiência, a Corretora Geral conta com uma infra-estrutura voltada para o apoio constante ao cliente e uma equipe de profissionais especializada na prestação de assessoria financeira, especialmente no mercado de capitais e câmbio. Além de recursos humanos qualificados, oferece suporte e controle eletrônico de todas as operações, bem como acesso em tempo real às principais informações do mercado. Ao longo de sua trajetória, a Corretora Geral vem conquistando a preferência dos gaúchos. Isso se deve ao relacionamento transparente e ao atendimento personalizado que estabelece com seus clientes, no sentido de identificar suas necessidades e expectativas para, então, oferecer-lhes o produto mais adequado ao seu perfil.

SUBSTITUIÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO

A Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outras instituições credenciadas pela CVM para prestação dos serviços de custódia, gestão, classificação de risco e de auditoria, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral, nos termos da alínea (g) do Artigo 72 do Regulamento.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos fatos decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal DCI – Comércio, Indústria & Serviços ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; e (ii) de correio eletrônico enviado ao representante de cada Quotista indicado na forma do Parágrafo 1º do Artigo 43 do Regulamento.

As publicações aqui referidas deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuírem Quotas.

Qualquer mudança no periódico referido acima deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral.

No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada trimestre, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências da Administradora, informações sobre:

- (i) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do Período de Originação a que se referir; e
- (iii) o comportamento da carteira de Direitos de Crédito do Fundo e dos Ativos Financeiros.

Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de Classificação de Risco, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- (i) de 20 (vinte) dias corridos após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (ii) de 60 (sessenta) dias corridos após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento protocolado na CVM.

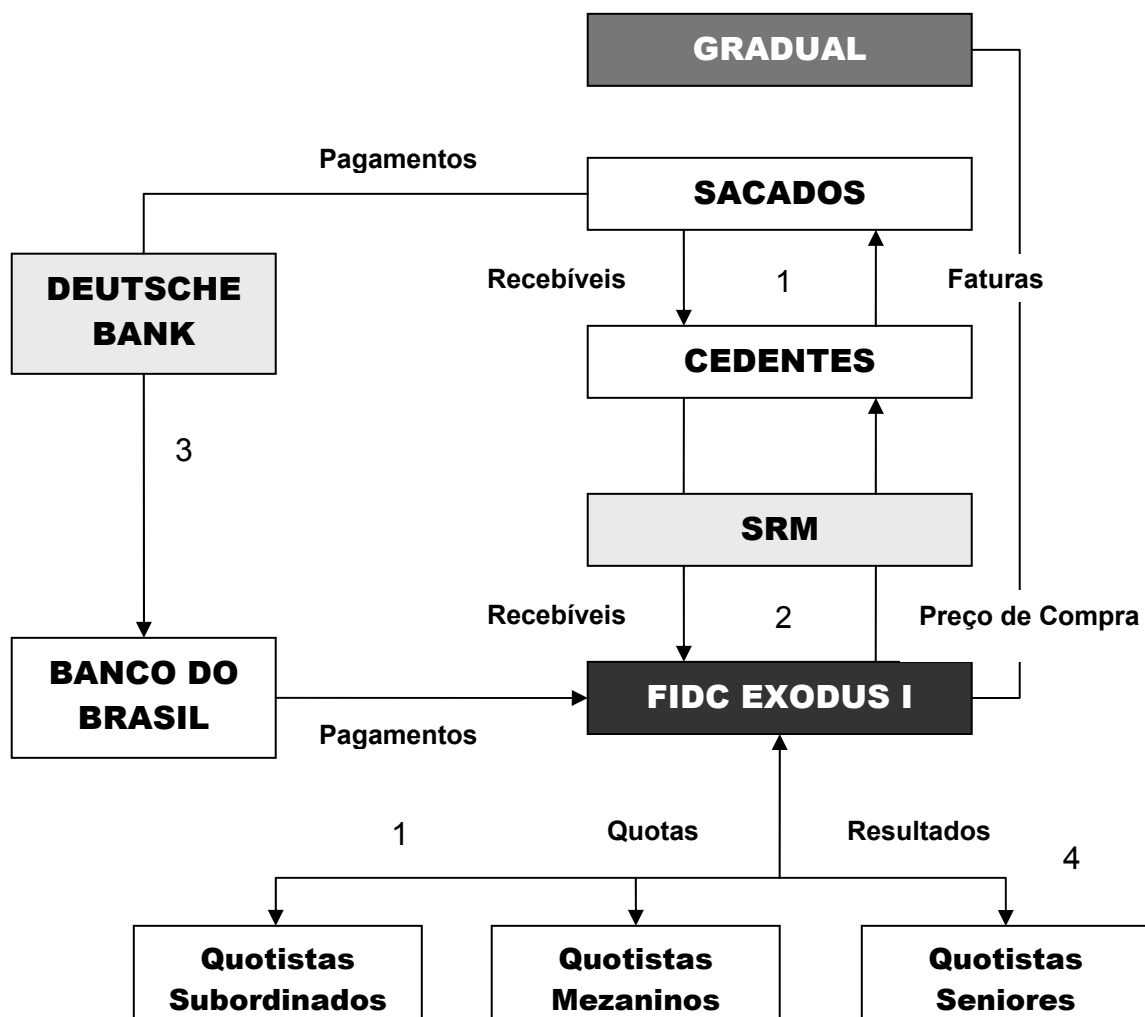
ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora por meio dos telefones e emails de atendimento ao Quotista abaixo indicados:

Francisco A Tertuliano	(11) 3372-8304	ftertuliano@gradualcorretora.com.br
Leonardo A Tertuliano	(11) 3372-8304	leonardo@gradualcorretora.com.br
Antônio Roberto Silva	(11) 3372-8334	roberto@gradualcorretora.com.br

ESTRUTURA DA OPERAÇÃO

FLUXOGRAMA FINANCEIRO



- (1) Os Direitos de Crédito são originados a partir das transações entre as Cedentes e seus respectivos clientes, que figuram como devedores dos Direitos de Crédito;
- (2) A Gestora seleciona Cedentes e Direitos de Crédito para serem adquiridos pelo Fundo. O Fundo adquire os Direitos de Crédito, liberando o pagamento para a Cedente, através do Custodiante;
- (3) O Banco Cobrador recebe os valores referentes aos Direitos de Crédito, e realiza transferências diárias para a conta do Fundo; e
- (4) Na data de resgate, o Fundo paga aos Quotistas o rendimento relativo à operação.

CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS DE CRÉDITO

DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo tem como objeto, preponderantemente, a aquisição de Direitos de Crédito oriundos de operações de natureza industrial, podendo adquirir, secundariamente, Direitos de Crédito oriundos de operações de natureza comercial e de prestação de serviços, representados por duplicatas, cheques e notas promissórias.

Os Direitos de Crédito devem representar créditos existentes da data da cessão que independam de qualquer evento futuro para sua liquidação e cobrança, ou seja, deverão ser Direitos de Crédito performados.

ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Os Direitos de Crédito cedidos e transferidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e da política de concessão de crédito constante do Anexo IV do Regulamento, compreendem os Direitos de Crédito identificados em cada Termo de Cessão, representados por duplicatas, cheques e notas promissórias, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito.

Cada uma das Cedentes é responsável pela origemação, existência e correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos.

Os Direitos de Crédito deverão contar com documentação que comprove a efetiva conclusão do negócio originador, sendo que as operações originadas por compras e venda à prazo deverão ter comprovação da entrega de tais produtos, bem como, as operações originadas por prestação de serviços deverão ter a comprovação da conclusão de tais serviços, e ainda, em ambos os casos, documentos que comprovem que os Direitos de Crédito não se enquadram nas especificações do artigo 40, §8º, I da Instrução CVM 356 (“Documentos Comprobatórios”).

CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

A cessão dos Direitos de Crédito se opera com relação a todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, nos termos do Contrato de Cessão.

O Contrato de Cessão, bem como cada respectivo Termos de Cessão é celebrado de forma irrevogável e irretratável.

Nos termos da regulamentação aplicável, os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo não serão acrescidos, removidos ou substituídos, exceto nos casos de Direitos de Crédito inadimplidos que forem substituídos por vinctos, à critério da Gestora, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 17 do Regulamento do Fundo.

POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

O Anexo IV ao Regulamento contém a descrição detalhada da política de concessão de crédito do Fundo.

TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Todas as cessões de Direitos de Crédito são celebradas, nos termos do Contrato de Cessão, em caráter irrevogável e irretratável, transferindo para o Fundo, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos de Crédito cedidos, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.

FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O recebimento e a análise dos arquivos físicos e eletrônicos que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo será de responsabilidade do Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Custódia.

TAXA DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo adquirirá Direitos de Crédito a uma taxa de cessão média mensal de 150% (cento e cinquenta por cento) do CDI, ou conforme a fórmula especificada abaixo, das duas a maior:

$$\left\{ \frac{\sum (QQS_n \times RAQS_n) + (QQM \times RAQM)}{(QQS + QQM)} + CT + 1\% \right\}$$

QQS: Quantidade de Quotas Seniores em circulação da série “n”;

RAQS_n: Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores da série ‘n’;

QQM: Quantidade de Quotas Mezanino em circulação;

RAQM: Meta de Rentabilidade das Quotas Mezanino em circulação; e

CT: Custos fixos e taxas de Administração e Gestão do Fundo.

A fórmula disposta acima será calculada previamente à emissão de novas quotas que possuam uma meta de rentabilidade determinada.

A Gestora deverá encaminhar ao Custodiante e à Administradora no momento da cessão relatório atestando que todos os Critérios de Elegibilidade e Condições de Aquisição foram devidamente atendidos e verificados por esta de acordo com o disposto no Regulamento (“Relatório de Aquisição”).

PRÉ-PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo não adota política de pré-pagamento dos Direitos de Crédito que compõem a sua carteira. Além disso, de acordo com os Contratos de Cessão e os Termos de Cessão utilizados na aquisição de Direitos de Crédito, o Fundo não está obrigado a aceitar o pré-pagamento dos Direitos de Crédito que integram sua carteira. Desse modo, nos termos do Código Civil (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002), salvo se acordado entre o Fundo e o devedor, o Fundo, na qualidade de credor dos Direitos de Crédito, não está obrigado a receber o valor correspondente ao Direito de Crédito antes do seu vencimento. No entanto, caso o Fundo venha a aceitar o pré-pagamento de Direitos de Crédito, isso não gerará nenhum efeito adverso sobre a rentabilidade das Quotas, uma vez que o Fundo não concederá qualquer desconto ou dedução sobre o valor do Direito de Crédito. Não haverá, portanto, em nenhuma hipótese, prejuízo para o Fundo, caso os devedores e o Fundo venham a acordar o pré-pagamento dos Direitos de Crédito.

RECOMPRA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Caso o devedor dos Direitos de Crédito, por qualquer motivo, inclusive força maior, não efetue a liquidação destes dentro do prazo de vencimento, o Fundo poderá requerer que a Cedente recompre tais Direitos de Crédito, com aplicação de multa e encargos de cobrança.

NÍVEIS DE CONCENTRAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

A tabela abaixo apresenta os percentuais de concentração da carteira do Fundo, em ordem decrescente de concentração por Cedente e sacado de Direitos de Crédito com base no Patrimônio Líquido de 30 de outubro de 2009:

Por Cedente		Por Sacado	
1º Cedente	2,61 %	1º sacado	1,34 %
2º Cedente	2,28 %	2º sacado	1,33 %
3º Cedente	2,05 %	3º sacado	1,26 %
4º Cedente	1,56 %	4º sacado	0,84 %
5º Cedente	1,29 %	5º sacado	0,71 %
6º Cedente	1,25 %	6º sacado	0,70 %
7º Cedente	1,19 %	7º sacado	0,66 %
8º Cedente	1,10 %	8º sacado	0,65 %
9º Cedente	1,06 %	9º sacado	0,55 %
10º Cedente	1,03 %	10º sacado	0,46 %

POLÍTICA DE COBRANÇA

O Anexo III ao Regulamento contém a descrição detalhada da atual Política de Cobrança adotada pelo Fundo.

RESCISÃO E RESTITUIÇÃO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO

Ocorrendo a rescisão de qualquer Contrato de Cessão, seja por descumprimento pela Cedente ou pelo Devedor Solidário de qualquer obrigação, pela não apresentação ou aprovação das garantias, início de procedimento de dissolução e/ou liquidação ou decretação de falência da Cedente ou do devedor solidário ou apresentação de pedido de autofalência por qualquer um deles, ou ainda, pela concessão de recuperação extrajudicial à Cedente ou ao devedor solidário, homologação de processamento de recuperação judicial ou de plano de recuperação extrajudicial a qualquer um deles, o Fundo será restituído dos preços pagos pelos Direitos de Crédito que não estejam integralmente liquidados, com atualização monetária pelo IGPM até a data da rescisão, atualizado anualmente a partir da data de rescisão até o efetivo pagamento, com incidência de juros de 1% ao mês.

GARANTIAS

As cessões dos Direitos de Crédito são garantidas por co-obrigação de cada Cedentes, e por um terceiro, na qualidade de devedor solidário, indicado pela Cedente na forma do Contrato de Cessão. A cessão dos Direitos de Crédito pode ainda contar com garantias fidejussórias e nota promissória prestadas ou emitidas, conforme o caso, por pessoas vinculadas ao devedor dos Direitos de Crédito, o que mitiga de maneira considerável os riscos inerentes aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS

CONTRATO DE CESSÃO PADRÃO

O Contrato de Cessão estabelece que a cessão dos Direitos de Crédito se opera com relação a todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito. Cada Cedente garante a existência e validade dos Direitos de Crédito.

O Contrato de Cessão, bem como cada respectivo Termos de Cessão é celebrado de forma irrevogável e irretroatável.

O Contrato de Cessão padrão é utilizado para qualquer Cedente que venha a ceder créditos ao Fundo, podendo variar o preço de aquisição, taxas e encargos, partes, permanecendo inalterado o teor do instrumento, o qual conta com co-obrigação solidária da Cedente. Adicionalmente, de acordo com o risco de cada Cedente o Fundo pode requerer garantias fidejussórias e nota promissória de pessoas vinculadas ao devedor dos Direitos de Crédito, o que mitiga os riscos dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo.

CONTRATO DE CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO DE QUOTAS

Por meio do Contrato de Custódia, Controladoria e Escrituração de Quotas, o Custodiante se obrigou a prestar ao Fundo os serviços (i) de custódia dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros; (ii) controladoria do Fundo; e (iii) escrituração de quotas, incluindo os serviços de que trata o artigo 38 da Instrução CVM 356.

O serviço de custódia qualificada compreende a liquidação física e financeira dos Ativos, sua guarda e responsabilidade, bem como a administração e informação de eventos associados a esses Ativos. A custódia qualificada compreenderá também a liquidação financeira de derivativos, contratos de permutas de fluxos financeiros – swap e operações a termo, bem como o pagamento das taxas relativas ao serviço prestado, tais como, mas não limitadas a, taxa de movimentação e registro dos depositários e câmaras e sistemas de liquidação.

O Custodiante receberá pela prestação dos seus serviços uma remuneração equivalente a 0,2% ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado e provisionado diariamente e pago mensalmente.

CONTRATO DE GESTÃO

Por meio do Contrato de Gestão, a Gestora se obrigara a prestar serviços descritos na página 51 deste Prospecto Definitivo e, pelo desempenho destas obrigações a Gestora fará jus a uma parcela da Taxa de Administração conforme prevista na página 29 deste Prospecto Definitivo.

CONTRATO DE SERVIÇOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Por meio do Contrato de Serviços de Classificação de Risco, a Agência de Classificação de Risco foi contratada para a prestação dos serviços de classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino.

Pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Serviços de Classificação de Risco, a Agência de Classificação de Risco fará jus a uma remuneração anual no valor de R\$ 57.470,00 (cinquenta e sete mil, quatrocentos e setenta reais) a ser paga pelo Fundo.

CONTRATO COM EMPRESA DE AUDITORIA

A Empresa de Auditoria foi contratada pelo Fundo para realizar a revisão anual das demonstrações financeiras e das contas do Fundo.

Como resultado dos trabalhos realizados pela Empresa de Auditoria, serão emitidos os seguintes documentos:

- (i) Relatório sobre as demonstrações financeiras do Fundo, compreendendo:
 - Demonstrações da composição e diversificação das aplicações;
 - Demonstrações das evoluções do Patrimônio Líquido; e
 - Notas explicativas às demonstrações financeiras;
- (ii) Parecer dos auditores independentes; e
- (iii) Relatório de recomendações e descumprimento de normas incluindo aspectos relacionados aos controles internos, práticas contábeis utilizadas e o não-cumprimento de leis e regulamentação, se aplicável.

Pela prestação de serviços de revisão anual das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, a Empresa de Auditoria fará jus à remuneração anual de R\$16.000,00 (dezesesseis mil reais).

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS

Por meio do Contrato de Distribuição, o Administrador contratou os Coordenadores Contratados para a prestação dos serviços de distribuição pública das Quotas Seniores referentes à 11ª e 12ª Séries . Para maiores informações ver seção “Procedimento de Distribuição das Quotas” deste Prospecto.

Não foi identificado quaisquer eventos nos contratos firmados pelo Fundo que possam acarretar a liquidação ou amortização antecipada dos Direitos de Créditos cedidos ao Fundo.

CARACTERÍSTICAS DA PERFORMANCE DA CARTEIRA

Informações de Inadimplementos, Perdas ou Provisão para Devedores Duvidosos

A tabela abaixo contém as informações sobre a inadimplência histórica do Fundo nos últimos 52 (cinquenta e dois) meses:

FIDC EXODUS I - Evolução da Inadimplência

<i>DATA</i>	<i>Patrimônio Líquido</i>	<i>Inadimplência (Direitos de Crédito Vencidos)</i>	<i>% sobre o PL</i>	<i>% de aumento sobre a inadimplência do mês anterior</i>
outubro-05	R\$ 4,123,107.56	R\$ 697,767.47	16.92%	
novembro-05	R\$ 5,565,109.81	R\$ 512,860.08	9.22%	-26.50%
dezembro-05	R\$ 7,109,755.78	R\$ 490,022.07	6.89%	-4.45%
janeiro-06	R\$ 8,002,461.56	R\$ 1,088,920.81	13.61%	122.22%
fevereiro-06	R\$ 9,276,879.77	R\$ 1,323,151.31	14.26%	21.51%
março-06	R\$ 13,280,871.32	R\$ 1,765,136.65	13.29%	33.40%
abril-06	R\$ 14,334,936.54	R\$ 2,320,757.76	16.19%	31.48%
maio-06	R\$ 16,684,042.40	R\$ 3,660,322.74	21.94%	57.72%
junho-06	R\$ 17,120,738.79	R\$ 4,433,484.01	25.90%	21.12%
julho-06	R\$ 17,677,408.32	R\$ 4,692,338.35	26.54%	5.84%
agosto-06	R\$ 20,699,151.36	R\$ 5,123,397.52	24.75%	9.19%
setembro-06	R\$ 20,946,566.93	R\$ 5,032,851.91	24.03%	-1.77%
outubro-06	R\$ 22,221,706.50	R\$ 5,400,692.10	24.30%	7.31%
novembro-06	R\$ 22,464,427.71	R\$ 6,471,515.02	28.81%	19.83%
dezembro-06	R\$ 23,714,506.65	R\$ 6,596,494.80	27.82%	1.93%
janeiro-07	R\$ 24,628,444.82	R\$ 6,941,013.39	28.18%	5.22%
fevereiro-07	R\$ 24,652,526.63	R\$ 8,071,837.41	32.74%	16.29%
março-07	R\$ 24,978,462.39	R\$ 8,188,772.94	32.78%	1.45%
abril-08	R\$ 27,253,600.75	R\$ 8,623,194.44	31.64%	5.31%
maio-07	R\$ 28,655,055.73	R\$ 9,125,667.44	31.85%	5.83%
junho-07	R\$ 31,149,721.75	R\$ 9,201,674.87	29.54%	0.83%
julho-07	R\$ 29,351,351.24	R\$ 10,427,353.05	35.53%	13.32%
agosto-07	R\$ 30,629,971.85	R\$ 7,706,289.86	25.16%	-26.10%
setembro-07	R\$ 28,167,853.06	R\$ 8,237,259.63	29.24%	6.89%
outubro-07	R\$ 27,671,110.17	R\$ 7,191,508.12	25.99%	-12.70%
novembro-07	R\$ 29,195,827.99	R\$ 8,721,339.67	29.87%	21.27%
dezembro-07	R\$ 29,511,567.70	R\$ 9,281,341.55	31.45%	6.42%
janeiro-08	R\$ 29,163,277.18	R\$ 8,648,827.98	29.66%	-6.81%
fevereiro-08	R\$ 36,909,948.18	R\$ 7,106,801.49	19.25%	-17.83%
março-08	R\$ 37,812,967.79	R\$ 6,551,015.10	17.32%	-7.82%
abril-08	R\$ 35,815,251.17	R\$ 5,886,405.04	16.44%	-10.15%
maio-08	R\$ 37,001,933.83	R\$ 7,815,669.66	21.12%	32.77%
junho-08	R\$ 42,179,946.99	R\$ 8,319,132.91	19.72%	6.44%
julho-08	R\$ 42,533,188.01	R\$ 8,265,700.89	19.43%	-0.64%
agosto-08	R\$ 43,181,946.50	R\$ 7,219,476.03	16.72%	-12.66%
setembro-08	R\$ 42,398,452.98	R\$ 10,153,325.78	23.95%	40.64%
outubro-08	R\$ 41,437,592.19	R\$ 9,309,732.02	22,47%	-8,31%
novembro-08	R\$ 40,420,821,53	R\$ 10,229,197,80	25,31%	9,88%
dezembro-08	R\$ 36,170,617,75	R\$ 10,019,787,36	27,70%	-2,05%
janeiro-09	R\$ 32,066,553,99	R\$ 10,415,301,31	32,48%	3,95%
fevereiro-09	R\$ 30,089,799,30	R\$ 11,569,581,67	38,45%	11,08%
março-09	R\$ 39,290,361,68	R\$ 10,181,007,08	25,91%	-12,00%

abril-09	R\$ 37.952.567,84	R\$ 9.900.686,03	26,09%	-2,75%
maio-09	R\$ 42.669.488,93	R\$ 10.541.105,70	24,70%	6,47%
junho-09	R\$ 44.138.308,77	R\$ 11.603.338,96	26,29%	10,08%
julho-09	R\$ 62.715.711,44	R\$ 10.207.624,55	16,28%	-12,03%
agosto-09	R\$ 72.412.272,51	R\$ 13.128.665,29	18,13%	28,62%
setembro-09	R\$ 76.400.540,92	R\$ 13.696.846,60	17,93%	4,33%
outubro-09	R\$ 80.392.795,58	R\$ 12.372.514,91	15,39%	-9,67%
novembro-09	R\$ 104.407.170,03	R\$ 14.588.334,08	13,97%	17,903%
dezembro-09	R\$ 106.294.046,93	R\$ 13.848.724,09	13,02%	-5,06%

As perdas e provisões com os Direitos de Crédito são reconhecidas no resultado do período conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E HISTÓRICO

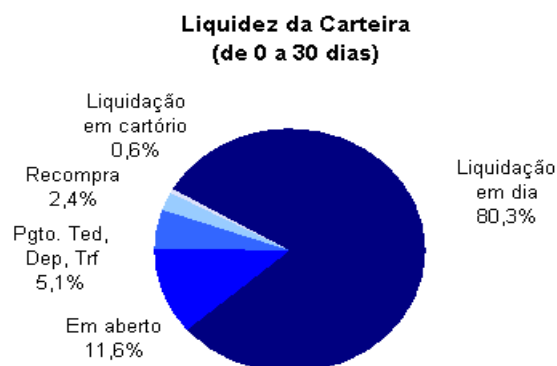
Características do Fundo

A tabela abaixo apresenta detalhadamente as características do Fundo no mês de dezembro de 2009.

Características do Fundo	
Número de Operações (mês)	995
Número de Cedentes	570
Número de Sacados	12.567
Ticket Médio (R\$)	60.307
Prazo Médio da Carteira (Dias)	38
Vencimento dos Ativos em até 90 dias (%)	92%
Ramo de Atividade	3
Pulverização setorial (ramo industrial)	24
Saldo médio devedor por cedente (R\$)	186.481
Saldo médio devedor por sacado (R\$)	8.458
Valor médio por título (R\$)	3.885
Valor total Operado no mês (R\$)	60.007.604

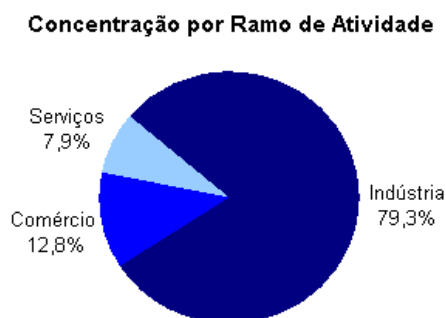
Liquidez da Carteira do Fundo

O gráfico abaixo apresenta a liquidez da Carteira do Fundo em porcentagem referente ao mês de dezembro de 2009.



Concentração dos Ativos por Ramo de Atividade

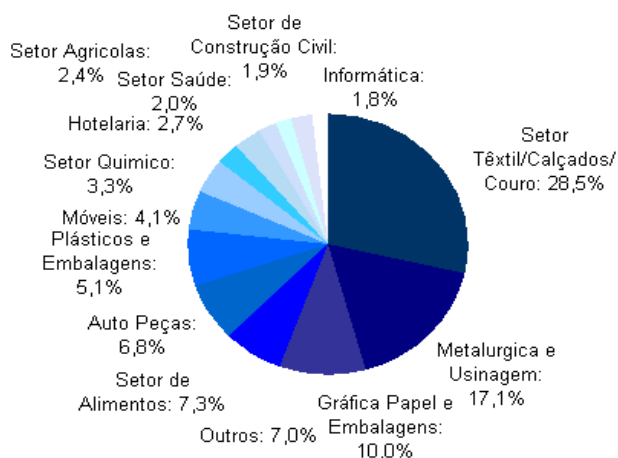
O gráfico abaixo apresenta a concentração no mês de dezembro de 2009, dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo em relação aos ramos/setores de atividade.



Pulverização Setorial

O gráfico abaixo apresenta mais detalhadamente a concentração no mês de dezembro de 2009, dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, por ramo/setor industrial.

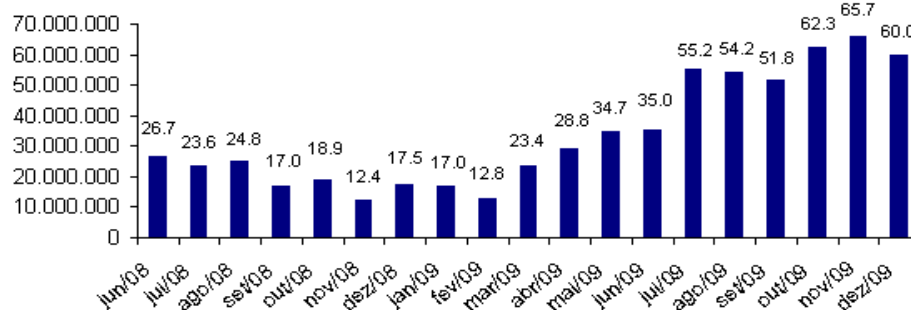
Pulverização Setorial (ramo industrial)



Total de Ativos Cedidos ao Fundo

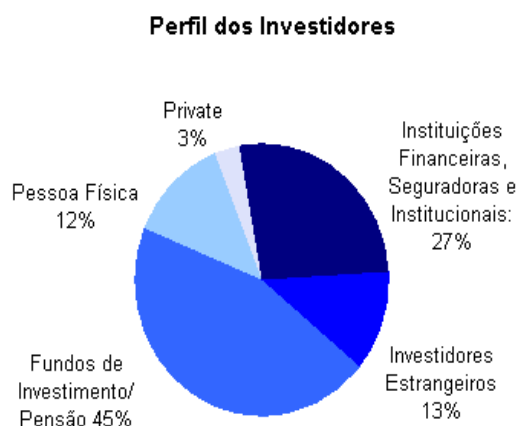
O gráfico abaixo apresenta o total de ativos cedidos ao Fundo no período entre junho de 2008 e dezembro de 2009.

**Total de Ativos Cedidos
(em milhões R\$)**



Perfil dos Investidores

O gráfico abaixo apresenta o perfil dos investidores do Fundo e suas respectivas participações no Fundo no mês de outubro de 2009.

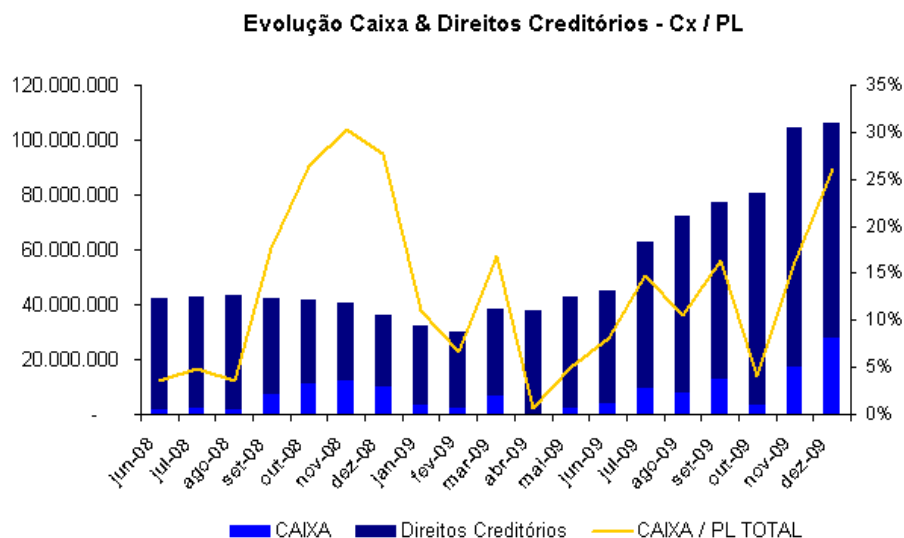


Histórico

Deste o início de suas operações até a data deste Prospecto Definitivo, o Fundo apresentou um excelente desempenho, atingindo as metas de rendimento prioritário e com substancial crescimento do patrimônio líquido.

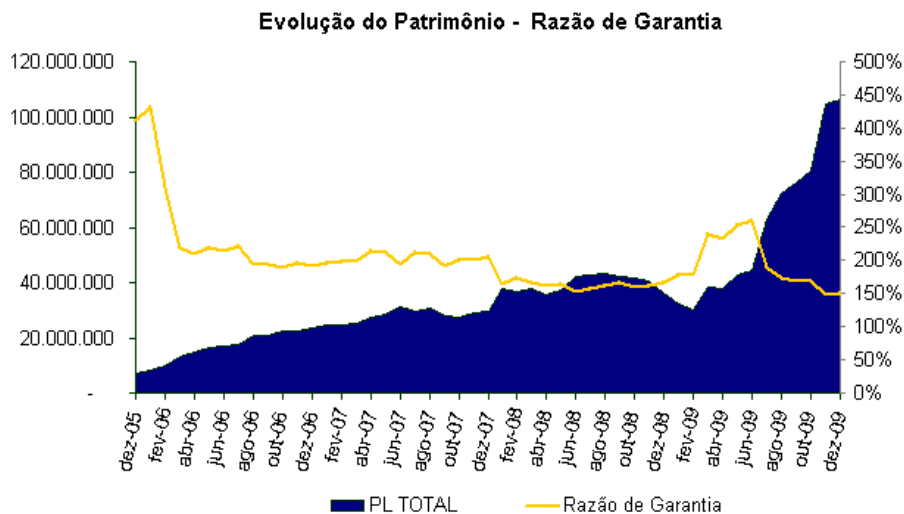
Evolução do Caixa e dos Direitos Creditórios do Fundo

O gráfico abaixo apresenta a relação entre a evolução do caixa do Fundo, dos Direitos de Crédito e do Patrimônio Líquido do Fundo referentes ao período entre junho de 2008 e dezembro de 2009.



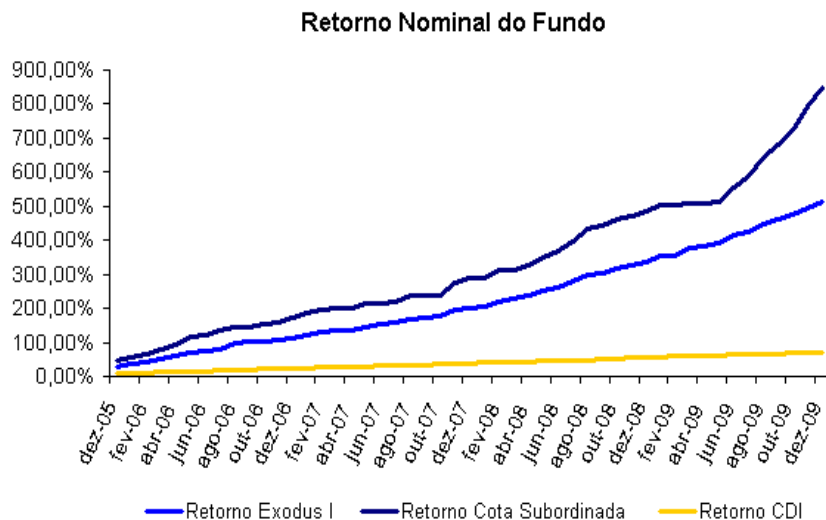
Evolução do Patrimônio Líquido e da Razão de Garantia

O gráfico abaixo apresenta a evolução do Patrimônio Líquido e da Razão de Garantia do Fundo de dezembro de 2005 até dezembro de 2009:



Retorno Nominal do Fundo

O gráfico abaixo apresenta o retorno nominal do Fundo de dezembro de 2005 até dezembro de 2009.



Os gráficos e dados acima evidenciam o desempenho da Carteira do Fundo, através da rentabilidade acumulada no período.

Embora a rentabilidade da carteira não seja integralmente transferida à rentabilidade prioritária atribuída às Quotas Seniores, esta rentabilidade demonstra a capacidade do Fundo em arcar com a rentabilidade prioritária, especialmente pelo aumento do fator de garantia representado pelo crescimento da participação das Quotas Subordinadas no Patrimônio Líquido do Fundo.

Para maiores informações financeiras do Fundo, o investidor pode acessar o site da CVM (www.cvm.gov.br), o qual disponibiliza os relatórios mensais e trimestrais do Fundo, bem como todos os documentos do Fundo, inclusive os documentos relativos à Oferta.

O presente item não constitui promessa de rendimentos. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

Histórico das outras séries e classes de Quotas emitidas pelo Fundo

Quotas Seniores (Séries)	Data de Emissão	Quantidade de Quotas	Remuneração	Amortizações	Data de Resgate
1ª A	31/05/2005	8	100% CDI	12 (doze) amortizações mensais e consecutivas a partir do 12º (décimo segundo) mês, contado da data da primeira subscrição.	30/04/2007
1ª B	12/07/2005	12	100% CDI	10 (dez) amortizações semestrais nos últimos dias úteis de novembro e maio, a partir de 30 de novembro de 2010.	31/05/2015
1ª C	10/08/2005	40	110% CDI	3 (três) amortizações mensais e consecutivas no último dia útil de cada mês a partir 24º (vigésimo quarto) mês, contado da data da primeira subscrição.	30/11/2007
2ª A	07/02/2006	125	110% CDI	5 (cinco) amortizações mensais e consecutivas, no último dia útil de cada mês a partir 7º (sétimo) mês contado da data da primeira subscrição.	30/03/07
2ª B	07/02/06	125	115% CDI	3 (três) amortizações semestrais, no último dia útil do sexto, décimo segundo e décimo oitavo mês, contado da data da primeira subscrição.	18/02/08
3ª	14/08/06	25	108% CDI	4 (quatro) amortizações mensais e consecutivas, no último dia útil de cada mês a partir 22º (vigésimo segundo) mês, contado da data da primeira subscrição.	26/09/08
4ª	10/10/06	10	115 % CDI	2 (duas) amortizações mensais, no último dia útil do 12º e 18º mês, contado da data da primeira subscrição.	29/04/08

5ª	19/10/06	100	CDI + 2% a.a.	6 (seis) amortizações mensais e consecutivas, no último dia útil de cada mês a partir 25º (vigésimo quinto) mês, contado da data da primeira subscrição.	28/04/09
6ª	03/10/07	200	CDI + 2% a.a.	6 (seis) amortizações mensais e consecutivas, no último dia útil de cada mês a partir 25º (vigésimo quinto) mês, contado da data da primeira subscrição.	Em andamento
7ª	11/02/08	34	CDI + 2% a.a.	6 (seis) amortizações mensais e consecutivas, no último dia útil de cada mês a partir 25º (vigésimo quinto) mês, contado da data da primeira subscrição.	Em andamento
8ª	25/02/08	20	CDI + 2% a.a.	6 (seis) amortizações mensais e consecutivas, no último dia útil de cada mês a partir 25º (vigésimo quinto) mês, contado da data da primeira subscrição.	Em andamento
9ª	13/05/08	100	115% CDI	2 (duas) amortizações mensais, sendo a primeira em 30 de dezembro de 2008 e a segunda em 31 de janeiro de 2009.	Em andamento
10ª	22/10/08	600	125% CDI	6 (seis) amortizações mensais, no último dia útil de cada mês a partir 20º (vigésimo) mês, contado da data da primeira subscrição.	Em andamento

Quotas Subordinadas Mezanino	Data de Emissão	Quantidade de Quotas	Remuneração	Amortizações	Data de Resgate
1ª Emissão	27/07/2009	100	140% CDI	3 (três) amortizações mensais e consecutivas partir do 12º (décimo segundo) mês, contados da data da primeira subscrição.	Em andamento

FATORES DE RISCO

Antes de decidir investir nas quotas do Fundo, os interessados devem analisar, cuidadosamente, considerando sua própria situação financeira e objetivos de investimento, todas as informações constantes deste Prospecto Definitivo e, especialmente, avaliar os fatores de risco descritos nesta Seção.

Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que a Administradora, o Custodiante, a Gestora ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.

As aplicações dos Quotistas não contam com garantia da Administradora, do Custodiante, de suas Partes Relacionadas, ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

RISCOS RELATIVOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO

Efeitos da política econômica do Governo Federal

O Fundo, seus ativos, quaisquer Cedentes e os devedores dos Direitos de Crédito estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados de cada Cedente, os setores econômicos específicos em que atuam, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito por cada um dos sacados podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por:

- flutuações das taxas de câmbio;
- alterações na inflação;
- alterações nas taxas de juros;
- alterações na legislação e regulamentação aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios;
- alterações na política fiscal; e
- outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados de cada Cedente ou sacado, bem como a originação e liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos devedores, respectivas Cedentes e eventuais garantidores.

A atividade do segmento industrial no Brasil, e, conseqüentemente, a originação dos Direitos de Crédito, está diretamente relacionada ao crescimento econômico e ao nível de investimento e consumo no país. Assim, a retração da economia brasileira, ocasionada por crises internas ou externas ou por ações governamentais, pode afetar negativamente os negócios de cada uma das Cedentes, e a originação e liquidação dos Direitos de Crédito.

Investimento de baixa liquidez

Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.

Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, o que impede o resgate de suas Quotas a qualquer momento e pode resultar em dificuldade adicional aos Quotistas para alienar seu investimento no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

Inexistência de garantia de rentabilidade

O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma prioridade estabelecida para o recebimento do resultado da carteira estabelecida pelo Fundo, não constituindo garantia mínima de rentabilidade aos investidores. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

Amortização e resgate condicionado das Quotas

As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos devedores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no Parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Liquidação antecipada do Fundo e resgate de Quotas

O Regulamento prevê hipóteses nas quais o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo qualquer uma dessas hipóteses, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Quotistas na hipótese de, por exemplo, os Direitos de Crédito ainda não terem sido liquidados pelos devedores.

Deste modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento não conseguindo recuperar o capital investido nas Quotas, e, ainda que recebam o capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo. Nesse caso, não será devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, os Custodiante e a Gestora qualquer multa ou penalidade.

Guarda dos Documentos Comprobatórios

A Gestora será responsável pela guarda dos respectivos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Custódia. Embora o Custodiante e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

Cobrança judicial dos Direitos de Crédito

Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos Quotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite do valor total das Quotas Subordinadas, sempre observado o que seja deliberado pelos titulares das Quotas Seniores reunidos em Assembléia Geral na forma do Capítulo XXI do Regulamento. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Capítulo XX do Regulamento.

Necessidade de realizar aporte de recursos no Fundo em decorrência de Patrimônio Líquido negativo

O Fundo não utiliza alavancagem como parte integrante de sua política de investimentos, entretanto, a variação do Patrimônio Líquido está ligada à precificação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros. Em caso de elevação da inadimplência histórica da carteira do Fundo e da falta de aportes por parte dos Quotistas Subordinados, as Quotas do Fundo poderão ter seu valor muito próximo ou igual a zero. Em decorrência das despesas e obrigações a que o Fundo está sujeito, os Quotistas poderão ser chamados a aportar novos recursos no Fundo de forma a arcar com os seus Encargos.

RISCOS RELATIVOS AOS DIREITOS DE CRÉDITO

Risco de mercado

O desempenho dos Ativos Financeiros que compõem a Carteira do Fundo está diretamente ligado a alterações nas perspectivas macroeconômicas de mercado, o que pode causar oscilações em seus preços. Tais oscilações também poderão ocorrer em função de alterações nas expectativas do mercado, acarretando mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos. As referidas oscilações podem afetar negativamente o desempenho do Fundo, e conseqüentemente a rentabilidade das Quotas.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos ativos integrantes da Carteira do Fundo e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos em honrar seus compromissos, conforme contratados. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais investidores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Adicionalmente, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

Liquidez restrita dos principais ativos do Fundo

Os principais ativos do Fundo são os Direitos de Crédito a serem originados por empresas do segmento industrial e selecionados pela Gestora, os quais não possuem um mercado secundário desenvolvido ou organizado. Caso o Fundo tenha de alienar os Direitos de Crédito de sua titularidade, é possível que não haja interessados ou que o preço de alienação resulte em perdas para o Fundo, o que resultará em prejuízo para os Quotistas.

Regularidade dos Direitos de Crédito

O Custodiante realizará verificação periódica do lastro dos Direitos de Crédito com base em análise por amostragem – ou seja, esta auditoria não compreenderá a revisão de todos os Direitos de Crédito, mas apenas de alguns selecionados aleatoriamente, de forma a verificar a regularidade de seus Documentos Comprobatórios. Mesmo com a realização dessa auditoria, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito, causando-lhe prejuízo.

Risco decorrente da precificação dos ativos

Os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros (“*mark-to-market*”), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

Movimentação dos valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo

Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão recebidos diretamente na Conta de Arrecadação. Os valores depositados na Conta de Arrecadação serão transferidos diariamente para a Conta do Fundo. Apesar do Fundo contar com a obrigação do respectivo banco de realizar diariamente as transferências dos recursos depositados na Conta de Arrecadação para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Quotas pode ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas, caso haja inadimplemento pelo Banco do Brasil, no cumprimento de sua referida obrigação, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo. Não há qualquer garantia de cumprimento pelo referido banco de suas obrigações acima destacadas.

Risco de não originação de Direitos de Crédito

A Gestora é a responsável pela seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, sendo que nenhum Direito de Crédito poderá ser adquirido pelo Fundo, de acordo com o Regulamento, se não forem previamente analisados e selecionados pela Gestora. Apesar de o Regulamento do Fundo prever Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação relativos à renúncia, substituição ou outros eventos relevantes relacionados à Gestora, caso exista qualquer dificuldade da Gestora em desenvolver suas atividades de análise e seleção de Direitos de Crédito, os resultados do Fundo poderão ser adversamente afetados.

Risco decorrente dos critérios adotados pela Cedente para a concessão do crédito.

O Fundo está apto a adquirir Direitos de Crédito de titularidade de múltiplos Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidos pelo Fundo, pela Gestora, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, de forma que eventuais problemas oriundos da relação comercial entre as Cedentes e os respectivos sacados podem não ser previamente identificados pelo Fundo, pela Gestora, pela Administradora e/ou pelo Custodiante. Os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente caso a Cedente não indenize o Fundo pelos Direitos de Crédito que não forem pagos integralmente pelos sacados em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o sacado e o respectivo Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda.

Risco decorrente de eventuais restrições de natureza legal ou regulatória.

A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão originados por operações de natureza financeira, industrial, comercial e de prestação de serviços entre as Cedentes e seus devedores. Os contratos e os demais documentos que formalizam tais relações podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

ANEXOS

ANEXO I	Regulamento do Fundo
ANEXO II	Suplemento da 11ª Série de Quotas Seniores do Fundo
ANEXO III	Suplemento da 12ª Série de Quotas Seniores do Fundo
ANEXO IV	Súmula de Classificação de Risco
ANEXO V	Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 30 de abril de 2009, 2008 e 2007
ANEXO VI	Informações Periódicas Trimestrais relativas aos períodos encerrados em junho, setembro e dezembro de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

Regulamento do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

2010
01/01/2010

REGULAMENTO

DO

**"FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA
EXODUS I"**

2

Outado de

28 de janeiro de 2010

1

2010
31/12/11

ÍNDICE:

CAPÍTULO I - FUNDO.....	4
CAPÍTULO II - PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO.....	4
CAPÍTULO III - ADMINISTRADORA.....	4
CAPÍTULO IV - RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA.....	6
CAPÍTULO V - CUSTODIANTE.....	10
CAPÍTULO VI - GESTORA.....	13
CAPÍTULO VII - OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DE COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA.....	14
CAPÍTULO VIII - DIREITOS DE CRÉDITO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE.....	16
CAPÍTULO IX - FATORES DE RISCO.....	19
CAPÍTULO X - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO.....	23
CAPÍTULO XI - QUOTAS.....	25
CAPÍTULO XII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS.....	28
CAPÍTULO XIII - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS.....	29
CAPÍTULO XIV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS.....	31
CAPÍTULO XV - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS.....	31
CAPÍTULO XVI - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO.....	31
CAPÍTULO XVII - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA.....	33
CAPÍTULO XVIII - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO.....	34
CAPÍTULO XIX - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS.....	36
CAPÍTULO XX - POLÍTICA E CUSTOS DE COBRANÇA.....	37
CAPÍTULO XXI - ASSEMBLÉIA GERAL.....	38
CAPÍTULO XXII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	40
CAPÍTULO XXIII - PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	41
CAPÍTULO XXIV - PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS.....	41
CAPÍTULO XXV - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.....	42
CAPÍTULO XXVI - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	42

ANEXO I - DEFINIÇÕES.....	44
ANEXO II - MODELO DE SUPLEMENTO.....	50
ANEXO III - POLÍTICA DE COBRANÇA.....	51
ANEXO IV - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO.....	53

D

4

2-RTD-1
1421-171

**REGULAMENTO
DO
"FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS
I"**

CAPÍTULO I - FUNDO

Artigo 1º O "FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA - EXODUS I", disciplinado pela Resolução CMN 2.907, pela Instrução CVM 356, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (o "Fundo"), será regido pelo presente Regulamento.

Parágrafo 1º Os termos iniciados em letra minúscula e utilizados neste Regulamento, estejam no singular ou no plural, terão os significados que lhes são atribuídos no Anexo I ao presente Regulamento.

Parágrafo 2º No prazo de até 10 (dez) dias corridos contados (i) da aprovação pela Administradora e, (ii) da aprovação pela Assembleia Geral, o Suplemento e eventuais aditamentos ao Regulamento, respectivamente, deverão ser levados a registro, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Artigo 2º O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas somente poderão ser resgatadas na Data de Resgate de cada série de Quotas Seniores ou de cada classe de Quotas Mezanino, ou em virtude de sua liquidação antecipada conforme o previsto no Capítulo XVIII deste Regulamento.

Parágrafo Único É admitida, ainda, a amortização de Quotas, nos termos do Capítulo XIII deste Regulamento.

Artigo 3º Somente podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Investidores Qualificados, nos termos da regulamentação em vigor.

CAPÍTULO II - PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

Artigo 4º O Fundo terá prazo de duração indeterminado, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas.

Parágrafo Único O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral, observado o previsto nos Capítulos XVIII e XXI deste Regulamento.

CAPÍTULO III - ADMINISTRADORA

Artigo 5º O Fundo é administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 50, 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.918.160/0001-73, doravante designada (a "Administradora").

Parágrafo 1º A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) deste Regulamento, (iii) das deliberações da Assembleia Geral, (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

Parágrafo 2º Observada a regulamentação em vigor e as limitações deste Regulamento, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros que integrem a carteira do Fundo.

Parágrafo 3º Observados os termos e as condições deste Regulamento e da regulamentação aplicável a Administradora, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:

- (a) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas cautelares e de preservação de direitos;
- (b) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses, contados da data de sua outorga, com exceção: (1) das procurações outorgadas à Gestora; e (2) das procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica; e
- (c) contratar em nome do Fundo e às custas deste, sem prejuízo de sua responsabilidade, terceiros para a execução dos serviços de (i) gestão da carteira do Fundo, controladoria, custódia, administração, cobrança e/ou guarda da documentação relativas aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo.

Artigo 6º A Administradora poderá ser substituída, a qualquer tempo, pelos titulares das Quotas reunidos em Assembleia Geral, na forma do Capítulo XXI, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

Artigo 7º A Administradora, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, sempre com aviso prévio de 60 (sessenta) dias corridos, pode renunciar à administração do Fundo, desde que a Administradora convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre a sua substituição, devendo ser observado o quórum de deliberação de que trata o Capítulo XXI deste Regulamento.

Parágrafo Único Na hipótese de renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembleia Geral, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de

realização da respectiva Assembleia Geral.

Artigo 8º A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

CAPÍTULO IV - RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA

Artigo 9º A Administradora tem as seguintes obrigações, sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável, neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação:

- (a) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
 - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (ii) o registro dos Quotistas;
 - (iii) o livro de atas de Assembleias Gerais;
 - (iv) o livro de presença de Quotistas;
 - (v) os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere o Artigo 12 deste Regulamento;
 - (vi) os registros contábeis do Fundo; e
 - (vii) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco.
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante ou terceiro autorizado;
- (c) disponibilizar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como cientificá-los do (i) nome do periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo; e (ii) da taxa de administração cobrada;
- (d) disponibilizar aos Quotistas, no prazo de 40 (quarenta) dias corridos contados do encerramento de cada trimestre civil, no periódico referido no Artigo 83 deste Regulamento, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuem Quotas, o valor do Patrimônio Líquido e das Quotas, e as rentabilidades acumuladas ao mês e no ano civil a que se referirem, a Razão de Garantia, apurada nos termos do Capítulo XVII abaixo, e o último relatório sobre o Fundo e suas Quotas disponibilizado pela Agência de Classificação de Risco;

27/03/2017
14:57:21

- (e) colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências, e nas instituições que distribuam Quotas, as demonstrações financeiras do Fundo, bem como os relatórios preparados pela Empresa de Auditoria;
- (f) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas de toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- (h) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino pela Agência de Classificação de Risco;
- (i) assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo, elabore os demonstrativos trimestrais referidos no Artigo 12 deste Regulamento;
- (j) observar estritamente a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo, conforme o disposto no Capítulo VII;
- (k) celebrar, em nome do Fundo, o Contrato de Cessão, seus eventuais aditamentos, todos os Termos de Cessão;
- (l) executar, diretamente ou por meio da contratação do Agente Escriitador, serviços que incluem, dentre outras obrigações,
 - (i) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas;
 - (ii) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas;
 - (iii) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e
 - (iv) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas, sua propriedade e respectivo valor;
- (m) fazer a guarda física ou escritural dos documentos abaixo listados, por si ou por terceiros contratados, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal:
 - (i) extratos da Conta de Arrecadação e da Conta do Fundo, e dos comprovantes de movimentações de valores em tais contas;
 - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia

e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia;

- (iii) documentos referentes aos Ativos Financeiros;
- (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- (v) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco:
 - (i) a substituição da Administradora, da Empresa de Auditoria, da Gestora ou do Custodiante;
 - (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação; e
 - (iii) a celebração de aditamentos ao Contrato de Cessão, Contrato de Custódia ou Contrato de Gestão.
- (o) providenciar o registro do Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos, nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 1º deste Regulamento;
- (p) franquear o acesso da Agência de Classificação de Risco aos relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia; e
- (q) manter a Conta de Arrecadação até a integral liquidação das Obrigações do Fundo, e transferir diariamente para a Conta do Fundo a totalidade dos recursos depositados na Conta de Arrecadação.

Artigo 10 É vedado à Administradora, em nome próprio:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

Parágrafo Único As vedações de que tratam as alíneas (a) a (c) do caput deste Artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de sua emissão ou coobrigação.

Artigo 11 É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de

derivativos;

- (b) realizar operações e negociar com Ativos Financeiros em desacordo com a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista no Capítulo VII deste Regulamento;
- (c) aplicar recursos diretamente ou indiretamente no exterior;
- (d) adquirir Quotas do Fundo;
- (e) pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão do descumprimento de normas previstas na legislação aplicável;
- (f) vender Quotas do Fundo a prestação;
- (g) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio, ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (h) obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa;
- (i) efetuar locação ou empréstimo, a qualquer título, dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, no todo ou em parte;
- (j) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros;
- (k) emitir qualquer classe ou série de Quotas em desacordo com este Regulamento; e
- (l) prometer rendimento predeterminado aos condôminos.

Parágrafo Único Salvo se expressamente autorizado por este Regulamento ou pelos titulares das Quotas, reunidos em Assembleia Geral, é vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços;
- (b) contratar, rescindir ou aditar qualquer Contrato de Cessão;
- (c) contratar, rescindir ou aditar o Contrato de Custódia, o Contrato de Gestão, o Contrato de Serviços de Classificação de Risco e o Contrato de Serviços de Auditoria Independente, ressalvadas as alterações de caráter operacional em tais contratos que não acarretem qualquer prejuízo ao Fundo; e
- (d) proceder à abertura de contas-correntes bancárias, de investimento e de custódia, além daquelas previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, e à

movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia.

Artigo 12 O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição do Quotistas, bem como submetido à auditoria independente anual, que evidencie que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente, e que as negociações foram realizadas a taxas de mercado.

CAPÍTULO V – CUSTODIANTE

Artigo 13 Os serviços de Custódia qualificada e de escrituração das Quotas é exercido pelo Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 13º, 14º e 15º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11 (“Custodiante”).

Artigo 14 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) zelar pela boa ordem, operacionalizar e executar, por meio de sistema especialmente elaborado para tal fim, todos os procedimentos e rotinas definidos no Contrato de Custódia e no Contrato de Escrituração, celebrados entre o Custodiante e o Fundo;
- (b) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural, por si ou por terceiros, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, dos registros eletrônicos da Base de Dados e dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo;
- (c) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo listados, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação comercial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte da Administradora, que ocorrerá, no máximo, anualmente:
 - (i) extratos da Conta de Arrecadação e da Conta do Fundo e comprovantes de pagamentos de valores creditados em cada uma das dessas contas;
 - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento e no Contrato de Custódia;
 - (iii) documentos referentes aos Ativos Financeiros; e
 - (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- (d) efetuar a liquidação financeira dos Ativos Financeiros e receber quaisquer

rendimentos ou valores referentes a esses ativos;

- (e) receber e realizar a cobrança dos valores relativos aos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, por si ou por terceiros, nos termos do Contrato de Custódia;
- (f) efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, nos termos da legislação aplicável, mediante instrução da Administradora;
- (g) verificar o enquadramento dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo aos Critérios de Elegibilidade;
- (h) elaborar e fornecer à Administradora os relatórios e arquivos referentes aos Direitos de Crédito cedidos e pagos ao Fundo; e
- (i) realizar auditoria por amostragem, no mínimo trimestral, nos Documentos Comprobatórios, de forma a verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento das obrigações da Gestora com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios nos termos do Contrato de Custódia. Os parâmetros de quantidade dos créditos cedidos e de diversificação de devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com os seguintes procedimentos:

(i) Utilização de metodologia e ferramentas de auditoria para amostragem. Admitindo um intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento), a amostra (n) selecionada será calculada mediante utilização da seguinte fórmula:

$$n = \frac{1}{E^2}$$

$$A = \frac{N \times n}{N + n}$$

Sendo:

E = Erro Estimado

A = Tamanho da Amostra

N = População Total

n = Fator Amostral

- (i.i) O erro amostral tolerável representa a diferença entre o valor que a estatística pode acusar e o verdadeiro valor do parâmetro que se deseja estimar. Portanto, o erro amostral tolerável é a margem de erro aceitável em um estudo estatístico.

(ii) Etapas

- (ii.a) Determinar o erro amostral tolerável. O erro amostral tolerável será mantido entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento), dependendo da avaliação prévia efetuada para o Fundo a ser

analisado, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza do recebível; qualidade do Cedente a ser analisado; quantidade de revisões já efetuadas para determinado Fundo e seus respectivos resultados observados;

- (ii.b) Determinar o intervalo de confiança. O intervalo de confiança define os limites inferior e superior de um conjunto de valores que tem certa probabilidade de conter no seu interior o valor verdadeiro do efetivo da intervenção em estudo. Desse modo, o processo pelo qual um intervalo de confiança é de 95% (noventa e cinco por cento) é tal que ele tem 95% (noventa e cinco por cento) de probabilidade de incluir o valor real da eficácia da intervenção em estudo.
- (ii.c) Determinar itens chave. Quando se planeja uma amostragem, utiliza-se o julgamento para determinar qual parte da população deve ser examinada individualmente e quais itens devem fazer parte da amostra. Os itens que não justificam a aceitação de risco de amostragem, devem ser examinados individualmente. Isso inclui itens para os quais os erros potenciais podem igualar ou exceder o erro tolerável. Alguns itens testados 100% (cem por cento) não fazem parte da população da amostragem.
- (ii.d) Extração dos itens para teste. A seleção da amostra é feita por programa eletrônico, que leva em conta fatores como a representatividade dos Cedentes e dos Clientes em relação ao total da carteira do Fundo. Ademais, a cada verificação, serão analisados documentos que deram origem aos Direitos de Crédito que sejam originados de todas as empresas.

A extração da quantidade de itens para teste, indicada pelo resultado observado após aplicação da fórmula mencionada no item (i), será realizada a partir do critério de amostragem probabilística estratificada proporcional, onde primeiramente divide-se a base de dados em extratos para depois selecionar, de acordo com a representatividade de cada extrato, a amostra que será base para os testes.

- (ii.e) Escopo da análise. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes. Abaixo escopo detalhado:

- Obtenção de base de dados analítica por recebível;
- Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula acima;
- Verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao fiel depositário;

- Verificação da documentação acessória representativa dos Direitos de Crédito (identificação pessoal, comprovante de residência, comprovante de entrega de mercadorias, etc.);
- Verificação do registro de gravame do bem objeto do financiamento;
- Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados; e
- Verificação das condições de guarda física da documentação comprobatória junto ao fiel depositário.

Parágrafo Único Para a execução da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito, o Custodiante, sob sua responsabilidade, poderá contratar consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos de Crédito.

Artigo 15 No exercício de suas funções, o Custodiante está autorizado, por conta e ordem da Administradora a:

- (a) abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (1) no SELIC; (2) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; ou (3) em instituições ou entidades autorizadas a prestação desses serviços pelo BACEN ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
- (b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Ativos Financeiros;
- (c) efetuar o pagamento dos encargos do Fundo, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto.

CAPÍTULO VI - GESTORA

Artigo 16 A atividade de gestão da carteira do Fundo ficará a cargo da **SRM Consultoria e Administração de Recursos e Finanças Ltda.**, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alameda Cleveland, nº 509, 2º andar, Campos Eliseos, CEP 01218-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.573.188/0001-55 ("Gestora"), autorizada a realizar a prestação de serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 8.896, datado de 01 de agosto de 2006.

Artigo 17 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Gestão, a Gestora será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) analisar e selecionar Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo, observados os Critérios de Elegibilidade, Condições de Aquisição, Taxa Mínima de Cessão, limites de concentração e demais disposições aplicáveis deste Regulamento;

- (b) analisar e selecionar Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo, observada a política de investimento, de composição e diversificação da carteira do Fundo, nos termos do Capítulo VII deste Regulamento, devendo emvidar esforços para manter o enquadramento fiscal do Fundo como de longo prazo;
- (c) realizar o acompanhamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, e emitir relatório, todo 5º (quinto) dia útil de cada mês, destacando o atendimento ou não a cada um dos limites de concentração dispostos no Artigo 21 abaixo ("Relatório de Monitoramento");
- (d) realizar a cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo e as demais condições estabelecidas no Contrato de Gestão;
- (e) realizar a guarda dos Documentos Compensatórios, na qualidade de fiel depositária, nos termos do Contrato de Custódia, sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante, nos termos da regulamentação aplicável; e
- (f) negociar e vender, a qualquer terceiro, quaisquer Direitos de Crédito que estejam vencidos e não pagos por prazo superior a 180 dias (cento e oitenta dias).

Artigo 18 Sujeito às regras estabelecidas na Política de Cobrança do Fundo e visando possibilitar a prestação do serviço de cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito, a Gestora terá poderes para renegociar quaisquer características dos Direitos de Crédito com o Sacado inadimplente, incluindo, mas não se limitando ao prazo e taxa de cessão do Direito de Crédito, bem como procurar formas alternativas que possibilitem a recuperação dos valores devidos pelo Sacado inadimplente, tais como (i) substituição dos Direitos de Crédito inadimplidos por novos Direitos de Crédito a vencer ou (ii) recompra pelo Cedente dos Direitos de Créditos inadimplidos ou a vencer.

Artigo 19 Nenhum Direito de Crédito ou Ativo Financeiro poderá ser adquirido pelo Fundo sem que tenha sido previamente analisado e selecionado pela Gestora, conforme o estabelecido neste Regulamento.

CAPÍTULO VII - OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DE COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 20 O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste Capítulo, valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros.

Artigo 21 Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos neste Regulamento e na legislação e regulamentação aplicáveis, observado ainda que:

- (a) o total de cobrança e de cessão de créditos de qualquer Cedente, conforme previsto no respectivo Contrato de Cessão, não poderá vir a representar mais de 7%

(sete por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$3.000.000,00 (três milhões de reais);

- (b) o total de obrigação de cada Sacado não poderá ser superior a 2,5% (dois e meio por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais);
- (c) os Direitos de Crédito representados por duplicatas devem representar no mínimo 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (d) os Direitos de Crédito representados por cheques devem representar no máximo 5% do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (e) os Direitos de Crédito deverão ser lastreados em operações dos setores listados abaixo, de acordo com os seguintes limites:

Sector	Mínimo (%Patrimônio Líquido)	Máximo (%Patrimônio Líquido)
Industrial	50%	100%
Comercial	0%	50%
Prestação de Serviços	0%	30%

Parágrafo 1º Os limites de concentração estabelecido no caput deste Artigo deverão ser verificados pela Gestora e observados com relação ao grupo econômico do Cedente, incluindo desta forma, seu controlador, sociedades por ele direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum, incluindo empresas controladas por pessoas físicas com grau de parentesco até segundo grau ("Grupo Econômico").

Parágrafo 2º Caso por qualquer motivo aconteça o desenquadramento do Fundo aos limites de concentração estabelecidos neste Artigo, a Gestora deverá observar os seguintes procedimentos para reenquadramento dos limites de concentração, enquanto estes não constituírem evento de avaliação:

- (a) as aquisições de Direitos de Crédito deverão buscar minimizar o desenquadramento da carteira; e
- (b) as aquisições deverão ser tais que não resultem em agravamento do desenquadramento existente e/ou ocasionar qualquer outro desenquadramento da carteira.

Artigo 22 O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias corridos contados da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, observados os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo VIII deste Regulamento. O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos de Crédito, em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em:

- (a) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN; e

- (b) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados acima (os "Ativos Financeiros")

Parágrafo 1º O Fundo não poderá realizar aplicações em direitos creditórios da instituição administradora e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Parágrafo 2º O Fundo poderá realizar operações em mercado de derivativos, em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, exclusivamente na modalidade com garantia, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

Artigo 23 A Administradora e o Custodiante não respondem pela solvência dos devedores dos Direitos de Crédito, ou pela originação, existência, liquidez e certeza de tais Direitos de Crédito.

Artigo 24 Cada um dos Cedentes é responsável pela originação, existência e correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos.

Artigo 25 Os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM.

Artigo 26 Os percentuais e limites referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior.

CAPÍTULO VIII - DIREITOS DE CRÉDITO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 27 Os Direitos de Crédito cedidos e transferidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e da Política de Concessão de Crédito constante do Anexo IV deste Regulamento, compreendem os Direitos de Crédito identificados em cada Termo de Cessão, representados por duplicatas, notas promissórias e cheques, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito.

Parágrafo 1º Os Direitos de Crédito deverão contar com documentação que comprove a efetiva conclusão do negócio originador, sendo que as operações originadas por compras e venda à prazo deverão ter comprovação da entrega de tais produtos, bem como, as operações originadas por prestação de serviços deverão ter a comprovação da conclusão de tais serviços, e ainda, em ambos os casos, documentos que comprovem que os Direitos de Crédito não se enquadram nas especificações do artigo 40, §8º, I da Instrução CVM 356 (os "Documentos Comprobatórios").

Parágrafo 2º A política de concessão dos créditos descrita neste Regulamento ficará a cargo da Gestora, que é a única responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, e tecnicamente habilitada para realizar a avaliação da capacidade econômica dos Cedentes, bem como dos respectivos devedores dos Direitos de Crédito.

Parágrafo 3º O Fundo adquirirá dos Cedentes, na Data de Aquisição e Pagamento, os

Direitos de Crédito adquiridos nos termos de cada Termo de Cessão.

Artigo 28 O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data da Aquisição e Pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade (os "Crêditos Elegíveis"):

- (a) devem ser representados por duplicatas, notas promissórias e cheques originados por empresas com sede no país (independentemente de terem como sócios diretos ou indiretos pessoas físicas ou jurídicas sediadas no exterior), que atuem no setores industrial, comercial ou de prestação de serviços no Brasil;
- (b) os Cedentes dos Direitos de Crédito devem ser pessoas jurídicas inscritas, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- (c) os prazos de vencimento dos Direitos de Crédito devem ser de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da formalização da respectiva cessão, não podendo ser posterior à última data de vencimento das Quotas Seniores em circulação, sendo que o prazo médio ponderado da carteira não poderá exceder 65 (sessenta e cinco) dias, calculado *pro forma* antes da aquisição pretendida; e
- (d) devem observar os limites mínimos e máximos de concentração com relação à carteira e ao Patrimônio Líquido, conforme disposto no Artigo 21 acima, calculado *pro forma* antes da aquisição pretendida, exceto com relação aos Grupos Econômicos que serão verificados pela Gestora, conforme o disposto no Parágrafo 1º do Artigo 21 deste Regulamento.

Parágrafo 1º A verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade será de responsabilidade do Custodiante.

Parágrafo 2º A Gestora será a única responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, observando a política de concessão de crédito definida no Anexo IV deste Regulamento e as Condições de Aquisição descritas no Parágrafo 3º abaixo. A Gestora ficará responsável ainda por confirmar à Administradora e ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão, o atendimento do Direito de Crédito adquirido às Condições de Aquisição e a enviar à Administradora e ao Custodiante a relação dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo para que o Custodiante proceda à verificação do enquadramento de tais Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade previamente à sua aquisição pelo Fundo.

Parágrafo 3º Sem prejuízo do estabelecido no caput deste Artigo, a Gestora deverá ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que atendam às seguintes condições ("Condições de Aquisição"):

- (a) os Direitos de Crédito Elegíveis devem ter sido originados e formalizados de acordo com a Política de Concessão de Crédito descrita no Anexo IV deste Regulamento;
- (b) os Direitos de Crédito Elegíveis devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
- (c) os Sacados não devem apresentar apontamentos junto ao Serasa, SPC e/ou Equifax.

quanto a cheques sem fundos, execuções judiciais, exceto execuções fiscais, falência e recuperação judicial decretada. Excepcionalmente, a Gestora poderá ofertar ao Fundo Direitos de Crédito oriundos de Sacados que apresentem protestos, e/ou execução judicial desde que a soma dos valores relativos a estas pendências não superem o montante equivalente a 5% (cinco por cento) do capital social do Sacado;

- (d) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito de Sacados inadimplentes se o total de Direitos de Crédito inadimplidos acima de 60 (sessenta) dias representar mais do que 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido;
- (e) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito originados de operações de recompra acima do valor total equivalente a 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (f) o Fundo poderá comprar Direito de Crédito de Cedentes que possuam Direitos de Crédito vencidos e não pagos acima de 60 (sessenta) dias, desde que o saldo devedor deste Cedente não represente mais do que 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (g) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito de Cedentes cujo índice de Direitos de Crédito liquidados parcialmente for superior a 10% (dez por cento) nos últimos 12 (doze) meses;
- (h) o somatório do valor total de Direitos de Crédito oriundos dos 10 (dez) maiores Cedentes, deverá ser igual ou inferior a 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido;
- (i) o somatório do valor total de Direitos de Crédito oriundos dos 4 (quatro) maiores Cedentes, deverá ser igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido;
- (j) devem observar a Taxa Mínima de Cessão prevista no Artigo 29 abaixo;
- (k) o respectivo Sacado não esteja em processo de falência ou recuperação judicial; e
- (l) o Cedente deverá ser declarado que (i) não utiliza trabalho escravo e infantil; (ii) possui todas as licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, inclusive todas as licenças ambientais.

Parágrafo 4º A Gestora deverá encaminhar ao Custodiante e à Administradora no momento da cessão relatório atestando que todos os Critérios de Elegibilidade e Condições de Aquisição foram devidamente atendidos e verificados por esta de acordo com o disposto neste Regulamento ("Relatório de Aquisição").

Artigo 29 O Fundo adquirirá Direitos de Crédito a uma taxa de cessão individual mínima equivalente a 150% do CDI, ou conforme a fórmula especificada abaixo, entre as duas a que for maior:

$$\left[\frac{\sum (QQS_n \times RAQS_n) + (QQM \times RAQM)}{(QQS + QQM)} + CT + 1\% \right]$$

QQS: Quantidade de Quotas Seniores em circulação da série "n";
 RAQS_n: Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores da série "n";
 QQM: Quantidade de Quotas Mezanino em circulação;
 RAQM: Meta de Rentabilidade das Quotas Mezanino em circulação; e
 CT: Custos fixos e taxas de Administração e Gestão do Fundo.

Parágrafo Único A fórmula disposta no caput deste Artigo será calculada previamente à emissão de novas quotas que possuam uma meta de rentabilidade determinada.

CAPÍTULO IX - FATORES DE RISCO

Artigo 20 Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que os Cedentes, a Administradora, o Custodiante não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo Único As aplicações dos Quotistas não contam com a garantia da Administradora, do Custodiante, de suas Partes Relacionadas, ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Artigo 21 Abaixo seguem os riscos associados ao investimento no Fundo e aos Ativos Financeiros e Direitos de Crédito.

- (a) Efeitos da política econômica do Governo Federal. O Fundo, seus ativos, quaisquer Cedentes e os devedores dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados de cada Cedente, os setores econômicos específicos em que atuam, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados de cada Cedente, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos devedores, pelos respectivos Cedentes e eventuais garantidores.

- (b) Investimento de baixa liquidez. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.

Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, o que impede o resgate de suas Quotas a qualquer momento e pode resultar em dificuldade adicional aos Quotistas para alienar seu investimento no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

- (c) Inexistência de garantia de rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo garantia mínima de rentabilidade aos investidores. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

- (d) Amortização e resgate condicionado das Quotas. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos devedores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação desta espécie de ativo.

2º TERCEIRO
3º TERCEIRO

Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no Parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- (e) Liquidação antecipada do Fundo e resgate de Quotas. O Regulamento prevê hipóteses nas quais o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo qualquer uma dessas hipóteses, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Quotistas.

Desse modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento não conseguindo recuperar o capital investido nas Quotas, e, ainda que recebam o capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo. Nesse caso, não será devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante e a Gestora qualquer multa ou penalidade.

- (f) Guarda dos Documentos Comprobatórios. A Gestora será responsável pela guarda dos respectivos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Custódia. Embora o Custodiante e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida originação e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

- (g) Cobrança judicial dos Direitos de Crédito. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos Quotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite do valor total das Quotas Subordinadas, sempre observado o que seja deliberado pelos titulares das Quotas Seniores reunidos em Assembleia Geral na forma do Capítulo XXI deste Regulamento. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Capítulo XX do Regulamento.

- (h) Necessidade de realizar aporte de recursos no Fundo em decorrência de Patrimônio Líquido negativo. O Fundo não utiliza alavancagem como parte integrante de sua política de investimentos, entretanto, a variação do Patrimônio Líquido está ligada à precificação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros. Em caso de elevação da inadimplência histórica da carteira do Fundo e da falta novos de aportes por parte dos Quotistas Subordinados, as Quotas do Fundo poderão ter seu valor muito próximo ou igual a zero. Em decorrência das despesas e obrigações a que o Fundo está sujeito, os Quotistas poderão ser chamados a aportar novos recursos no

Fundo de forma a arcar com os seus Encargos.

- (i) Risco de mercado. O desempenho dos Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo está diretamente ligado a alterações nas perspectivas macroeconômicas de mercado, o que pode causar oscilações em seus preços. Tais oscilações também poderão ocorrer em função de alterações nas expectativas do mercado, acarretando mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos. As referidas oscilações podem afetar negativamente o desempenho do Fundo, e conseqüentemente a rentabilidade das Quotas.
- (j) Risco de crédito. O risco de crédito decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos ativos integrantes da carteira do Fundo e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos em honrar seus compromissos, conforme contratados. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais investidores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Adicionalmente, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.
- (k) Liquidez restrita dos principais ativos do Fundo. Os principais ativos do Fundo são os Direitos de Crédito a serem originados por empresas do segmento industrial e selecionados pela Gestora, as quais não possuem um mercado secundário desenvolvido ou organizado. Caso o Fundo tenha de alienar os Direitos de Crédito de sua titularidade, é possível que não haja interessados ou que o preço de alienação resulte em perdas para o Fundo, o que resultará em prejuízo para os Quotistas.
- (l) Regularidade dos Direitos de Crédito. O Custodiante realizará verificação periódica do lastro dos Direitos de Crédito com base em análise por amostragem – ou seja, esta auditoria não compreenderá a revisão de todos os Direitos de Crédito, mas apenas de alguns selecionados aleatoriamente, de forma a verificar a regularidade de seus Documentos Comprobatórios. Mesmo com a realização dessa auditoria, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito, causando-lhe prejuízo.
- (m) Risco decorrente da precificação dos ativos. Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros (“mark-to-market”), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.
- (n) Movimentação dos valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo. Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito

codidos ao Fundo serão recebidos diretamente na Conta de Arrecadação. Os valores depositados na Conta de Arrecadação serão transferidos diariamente para a Conta do Fundo. Apesar do Fundo contar com a obrigação do respectivo banco de realizar diariamente as transferências dos recursos depositados na Conta de Arrecadação para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Quotas pode ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas, caso haja inadimplemento pelo banco, no cumprimento de sua referida obrigação, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo. Não há qualquer garantia de cumprimento pelo referido banco de suas obrigações acima destacadas.

- (o) Risco de não originação de Direitos de Crédito. A Gestora é a responsável pela seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, sendo que nenhum Direito de Crédito poderá ser adquirido pelo Fundo, de acordo com o Regulamento, se não forem previamente analisados e selecionados pela Gestora. Apesar de o Regulamento do Fundo prever Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação relativos à renúncia, substituição ou outros eventos relevantes relacionados à Gestora, caso exista qualquer dificuldade da Gestora em desenvolver suas atividades de análise e seleção de Direitos de Crédito, os resultados do Fundo poderão ser adversamente afetados.
- (p) Risco decorrente dos critérios adotados pelo Cedente para a concessão do crédito. O Fundo está apto a adquirir Direitos de Crédito de titularidade de múltiplos Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidos pelo Fundo, pela Gestora, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, de forma que eventuais problemas oriundos da relação comercial entre os Cedentes e os respectivos Sacados podem não ser previamente identificados pelo Fundo, pela Gestora, pela Administradora e/ou pelo Custodiante. Os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente caso o Cedente não indenize o Fundo pelos Direitos de Crédito que não forem pagos integralmente pelos Sacados em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o Sacado e o respectivo Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda.
- (q) Risco decorrente de eventuais restrições de natureza legal ou regulatória. A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito codidos ao Fundo serão originados por operações de natureza financeira, industrial, comercial e de prestação de serviços entre os Cedentes e seus devedores. Os contratos e os demais documentos que formalizam tais relações podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

CAPÍTULO X – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 32 A Administradora e a Gestora receberão, pela prestação de serviços ao Fundo, a título de taxa de administração, o percentual anual de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do Patrimônio Líquido, apurado e provisionado diariamente e pago mensalmente ("Taxa de Administração"), conforme a seguinte fórmula:

$$TA = (tx + RG/252) \times PL(D-1)$$

onde:

TA: Taxa de Administração;

tx: 0,5% (meio por cento);

PL(D-1): Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil imediatamente anterior à data de pagamento; e

RG: Remuneração da Gestora de 1% (um por cento) ao ano.

Parágrafo 1º O valor mínimo mensal da taxa de administração será de R\$5.000,00 (cinco mil reais) ao mês.

Parágrafo 2º A Taxa de Administração será paga no quinto dia útil do mês subsequente à sua apuração e provisionamento. O Fundo pagará diretamente à Gestora a parcela da Taxa de Administração que lhe cabe, nos termos do caput deste Artigo.

Parágrafo 3º O Fundo não cobrará taxa de performance.

Artigo 33 Caso seja deliberado Evento de Liquidação, a remuneração da Gestora não será mais devida até que o Fundo seja liquidado.

Artigo 34 Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas (os "Encargos do Fundo"):

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (c) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- (d) honorários e despesas devidos à contratação dos serviços da Empresa de Auditoria;
- (e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- (f) honorários de advogados, custos e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;

- (h) taxas de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (i) despesas com a contratação da Agência de Classificação de Risco;
- (j) despesas de registro do Fundo em bolsa de valores e mercado de balcão organizado, conforme a legislação aplicável;
- (k) despesas, emolumentos e comissões incorridos com a abertura e manutenção da Conta de Arrecadação e da Conta do Fundo; e
- (l) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos, na forma do inciso I do artigo 31 da Instrução CVM 356.

Parágrafo Único – Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como Encargos do Fundo correrão por conta da Administração.

CAPÍTULO XI - QUOTAS

Artigo 35 – O Fundo poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que:

- (a) nenhum Evento de Liquidação tenha ocorrido ou caso algum Evento de Avaliação esteja em vigor;
- (b) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º deste Regulamento;
- (c) a Administradora obtenha manifestação favorável à emissão de novas Quotas Seniores dos Quotistas detentores da totalidade das Quotas Mezanino e Subordinadas em circulação, exceto se a referida emissão ocorrer a partir de 4 (quatro) meses de antecedência da Data de Resgate de qualquer série de Quotas Seniores e que seja condicionada à emissão de Quotas Mezanino, no mínimo, na mesma proporção da emissão vigente;
- (d) o Fundo não esteja em desacordo com sua Razão de Garantia, alocação mínima de Direitos de Crédito nos termos do Artigo 22 deste Regulamento e com o Índice de Liquidez; e
- (e) nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação esteja em curso.

Artigo 36 – As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão a ser fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais);


- (c) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 45 desse Regulamento; e
- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

Parágrafo 1º O valor total das Quotas Seniores é equivalente ao somatório do valor das Quotas Seniores de cada série, ou o produto da divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas Seniores, dos dois o menor.

Parágrafo 2º As Quotas Seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição da respectiva série de Quotas Seniores.

Parágrafo 3º Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Quotas Seniores emitidas pelo Fundo.

Artigo 37 As Quotas Mezanino dividem-se em três classes (sendo denominadas individualmente "Quotas Subordinadas Mezanino Classe A", "Quotas Subordinadas Mezanino Classe B" e "Quotas Subordinadas Mezanino Classe C", e conjuntamente, "Quotas Mezanino"). O Fundo poderá criar e emitir novas classes de Quotas Mezanino, observado que:

- 
- (a) o presente Regulamento seja devidamente alterado e levado a registro na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º deste Regulamento;
 - (b) nenhum Evento de Liquidação tenha ocorrido ou caso algum Evento de Avaliação esteja em vigor;
 - (c) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º deste Regulamento; e
 - (d) após a 1ª Emissão de Quotas Mezanino, a Administradora deverá obter manifestação favorável à emissão de novas Quotas Mezanino dos Quotistas detentores da totalidade das Quotas Subordinadas em circulação.

Artigo 38 As Quotas Mezanino da Classe A, B e C têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e têm prioridade em relação às Quotas Subordinadas para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em circulação quando da sua emissão;
- (c) Valor Unitário de Emissão a ser fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (d) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no caput

do Artigo 46 deste Regulamento;

- (e) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Mezanino corresponderá 1 (um) voto; e
- (f) não apresentam relação de subordinação entre si para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento, sendo expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Mezanino, exceção feita às condições estabelecidas expressamente nos respectivos Suplementos.

Parágrafo 1º As características individuais das Quotas Mezanino da Classe A, das Quotas Mezanino da Classe B e das Quotas Mezanino da Classe C serão estabelecidas nos respectivos Suplementos a serem formalizados quando de sua respectiva emissão.

Parágrafo 2º O resgate integral de qualquer das classes de Quotas Mezanino não dará causa à liquidação ou encerramento das operações do Fundo, o qual poderá continuar suas operações regularmente com as demais classes de Quotas então existentes.

Parágrafo 3º As Quotas Mezanino serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição da respectiva emissão de Quotas Mezanino.

Artigo 39 O Fundo poderá emitir Quotas subordinadas júnior ("Quotas Subordinadas"), a serem colocadas em uma ou mais distribuições, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas.

Parágrafo Único As Quotas Subordinadas têm as seguintes características e vantagens e os mesmos direitos e obrigações, conforme abaixo:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e às Quotas Mezanino para efeito de amortização e resgate observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino em circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito;
- (c) Valor Unitário de Emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª emissão de Quotas Subordinadas, sendo as Quotas Subordinadas emitidas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base na alínea (d) abaixo;
- (d) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Parágrafo único do Artigo 46 deste Regulamento; e
- (e) cada Quota Subordinada corresponderá a 1 (um) voto e terá direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, exceto aquelas que deliberarem a respeito da ocorrência de Eventos de Liquidação ou de Avaliação do Fundo, ou que deliberarem a respeito do descumprimento pela Gestora das suas obrigações estabelecidas neste Regulamento.

Artigo 40 As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

Artigo 41 As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação.

CAPÍTULO XII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

Artigo 42 As Quotas do Fundo serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 45 e 46 deste Regulamento, conforme o caso, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo (valor da Quota de D + I), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Artigo 43 A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista. Os Investidores Qualificados poderão efetuar aplicações de recursos no Fundo diretamente com a Administradora, observado o disposto no Capítulo VII e as normas e regulamentos aplicáveis.

Parágrafo 1º Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o Termo de Adesão ao Regulamento, e indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora nos termos deste Regulamento.

Parágrafo 2º No ato de subscrição de Quotas Seniores e de Quotas Mezanino, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição (que também será assinado pela Administradora), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas na forma prevista no anúncio de início de distribuição da respectiva emissão de Quotas, respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento.

Parágrafo 3º O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Artigo 44 Não serão cobradas taxas de ingresso ou de saída pela Administradora.

Artigo 45 A partir da 1ª Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário da Quota Sênior no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida para a série no respectivo Suplemento.

Parágrafo 1º Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores, definidos no caput deste Artigo, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte da Administradora, do Fundo ou do Custodiante. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas

Seniores não farão jus, em hipótese alguma, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.

Parágrafo 2º Em todo dia útil, após a incorporação dos resultados descritos no caput deste Artigo nas Quotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas.

Artigo 46 A partir da 1ª Data de Emissão de cada classe de Quotas Mezanino, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário da respectiva classe de Quota Mezanino no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida para a respectiva classe no respectivo Suplemento.

Parágrafo Único A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino em circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em circulação, na respectiva data de cálculo.

CAPÍTULO XIII - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

Artigo 47 As Quotas Seniores e as Quotas Mezanino de cada emissão serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate, observado o previsto neste Capítulo.

Artigo 48 Sem prejuízo do previsto no Artigo 49 abaixo, o Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores e de qualquer classe de Quotas Mezanino a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento.

Artigo 49 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 69 deste Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, poderá ocorrer alterações nas Amortizações Programadas de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores e de uma ou mais classes de Quotas Mezanino em circulação, nas datas e valores a serem estipulados, desde que deliberado pela totalidade dos quotistas das classes e séries afetadas.

Parágrafo Único Os titulares das Quotas do Fundo não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em condições diversas das previstas neste Regulamento.

Artigo 50 A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora deverá instruir o Custodiante a constituir uma Reserva de Amortização para pagamento das amortizações e resgates das quotas (a "Reserva de Amortização"). Para tanto, a Administradora e a Gestora deverão condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento do cronograma do Parágrafo 1º abaixo.

Parágrafo 1º A tabela abaixo mostra os valores que deverão compor a Reserva de Amortização (em percentual sobre o valor estimado das amortizações e resgates), conforme o

número de dias a decorrer até as próximas Datas de Amortização e Resgates:

Número de dias corridos antes das Datas de Amortização ou da Data de Resgate	Percentual do valor futuro estimado das respectivas amortizações e resgates
45	50%
20	100%

Parágrafo 2º A Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos neste Artigo, quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos outros ativos que integram a Reserva de Amortização, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma do Parágrafo 1º acima.

Artigo 51 A Administradora deverá manter no mínimo 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo alocado em moeda corrente nacional, ou aplicá-la, exclusivamente, em Ativos Financeiros ("Reserva de Liquidez").

Artigo 52 A Administradora deverá calcular o índice de liquidez da carteira mensalmente, a ser definido como a razão entre: (i) Caixa + Ativos Financeiros + Direitos de Crédito de Sacados adimplentes a vencer nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração; e (ii) as amortizações e encargos devidos pelo Fundo nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração ("Índice de Liquidez").

Parágrafo Único Para fins de apuração, o Índice de Liquidez deverá ser maior ou igual a 1 (um), caso o Índice de Liquidez permaneça com valor menor a 1 (um) pelo período previsto na alínea (j) do Artigo 64, a Administradora deverá tomar todas as providências relativas a ocorrência de um Evento de Liquidação.

Artigo 53 Caso a relação entre as Quotas Subordinadas e as Quotas Mezanino seja superior a 38% (trinta e oito por cento) (o "Excesso de Cobertura"), a Administradora poderá realizar a amortização parcial não programada das Quotas Subordinadas, até o do Excesso de Cobertura, mediante solicitação dos respectivos Quotistas, desde que a amortização não programada não desequilibre o limite mínimo estabelecido como Razão de Garantia no Artigo 62 deste Regulamento.

Parágrafo 1º Para fins do previsto no caput deste Artigo, a Administradora deverá comunicar a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas mensalmente, todo primeiro dia útil do mês.

Parágrafo 2º O montante do Excesso de Cobertura não utilizado para fins de amortização de Quotas Subordinadas, na forma deste Artigo, deverá integrar o Patrimônio Líquido do Fundo.

Parágrafo 3º A amortização prevista neste Artigo somente ocorrerá mediante o enquadramento do Fundo ao Índice de Liquidez, Reservas de Amortização e de Liquidez, alocação mínima dos Direitos de Crédito, conforme previsto no Artigo 21 deste Regulamento, se nenhum Evento de Avaliação ou de Liquidação esteja em curso, e desde que o Fundo continue enquadrado após a amortização prevista.

Parágrafo 4º Caso exista previsão de amortização das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino em um respectivo mês, a Administradora deverá priorizar o pagamento das amortizações

programadas destas quotas em detrimento da amortização dos Quotistas Subordinados.

CAPÍTULO XIV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Artigo 54 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 69 deste Regulamento, a Administração deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme os Artigos 45 e 46 deste Regulamento, e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas na hipótese prevista no Artigo 53 deste Regulamento ou após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, nos montantes apurados conforme o Parágrafo único do Artigo 46 deste Regulamento.

Parágrafo 1º A Administração efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Parágrafo 2º Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, nas respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

Parágrafo 3º Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 68 deste Regulamento, em Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um dia útil, a Administração efetuará o pagamento no dia útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

CAPÍTULO XV - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 55 As Quotas Seniores e cada uma das classes das Quotas Mezanino serão registradas para negociação em bolsa de valores, sistema de balcão organizado, ou no SomaFix e/ou BovespaFix e na CETIP (para distribuição primária, as Quotas serão registradas para negociação na CETIP no Módulo de Distribuição de Cotas e, para negociação no mercado secundário, no Sistema de Fundos Fechados), a critério da Administração, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados e que tiverem acesso ao Regulamento do Fundo e assinaram o Termo de Adesão.

Artigo 56 Na hipótese de negociação de Quotas, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriturador somente após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

CAPÍTULO XVI - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 57 Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos de Crédito devem

ser registrados pelo valor efetivamente pago.

Artigo 58 Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 59 Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora e aceitos pelo BACEN e pela CVM, e aplicáveis nos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Parágrafo Único Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos neste Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 60 Os Direitos de Crédito vencidos e não pagos deverão ser provisionados de acordo com o disposto no Plano Contábil, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou a sua constituição, limitada ao seu respectivo valor, observado o previsto no Artigo 61 abaixo.

Artigo 61 As perdas e provisões relacionadas aos Direitos de Crédito adquiridos vencidos e não pagos serão suportados única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do CMN 2.682, de acordo com as percentuais a seguir indicados ("Percentual de Provisão"), em cada dia útil:

Faixa	Período de Atraso	Percentual de Provisão sobre o Valor dos Direitos de Crédito adquiridos (antes de ser reduzido qualquer Valor Provisionado)
A	atraso entre 0 e 14 dias	0,5%
B	atraso entre 15 e 30 dias	1%
C	atraso entre 31 e 60 dias	3%
D	atraso entre 61 e 90 dias	10%
E	Atraso entre 91 e 120 dias	30%
F	atraso entre 121 e 150 dias	50%
G	atraso entre 151 e 180 dias	70%
H	Atraso superior a 180 dias	100%

Parágrafo 1º A provisão para devedores duvidosos será realizada, incluindo provisão para todos os créditos a vencer de 0,5% (meio por cento) no início do Fundo (D+0), continuando assim, uma reserva de provisão de 0,5% (meio por cento) do Patrimônio Líquido investido em Direitos de Crédito.

Parágrafo 2º O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e

provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Parágrafo 3º A provisão para devedores duvidosos atingirá os demais Direitos de Créditos do mesmo devedor inadimplente, ou seja, será estabelecido um valor adicional de provisão, mesmo que ainda não conhecidas por se referirem a Direitos de Crédito a vencer, mas comuns ao mesmo devedor, ocorrendo, assim, o chamado "efeito vagão".

CAPÍTULO XVII - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA

Artigo 62 Desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores até a Data de Rebaixamento da Razão de Garantia definida abaixo, a Administradora verificará, todo dia útil se a Razão de Garantia é igual ou superior a 150% (cento e cinquenta por cento).

Parágrafo 1º A partir do dia 26 de fevereiro de 2010 ("Data do Primeiro Rebaixamento da Razão de Garantia"), até a data de resgate das Quotas Seniores da 10ª Emissão, a Administradora verificará, todo dia útil se a Razão de Garantia é igual ou superior a 137% (cento e trinta e sete por cento), sendo observados os procedimentos estabelecidos nos Artigos 63 abaixo e 50 acima.

Parágrafo 2º Após a data de resgate das Quotas Seniores da 10ª Emissão ("Data do Segundo Rebaixamento da Razão de Garantia"), até a última Data de Resgate das Quotas Seniores, a Administradora verificará, todo dia útil se a Razão de Garantia é igual ou superior a 125% (cento e vinte e cinco por cento), sendo observados os procedimentos estabelecidos nos Artigos 63 abaixo e 50 acima.

Parágrafo 3º Caso a Razão de Garantia seja inferior às razões estabelecidas no caput e nos Parágrafos 1º e 2º deste Artigo, a Administradora deverá comunicar os titulares de Quotas Subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas.

Parágrafo 4º Caso os titulares das Quotas Subordinadas decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos indicado no Parágrafo 3º deste Artigo, ou não enviem resposta à Administradora em 30 (trinta) dias contados da comunicação da Administradora prevista no Parágrafo 3º deste Artigo, a Administradora comunicará a Agência de Classificação de Risco do desenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, observado o Artigo 64, alínea (a) abaixo.

Artigo 63 A relação entre as Quotas Subordinadas e o total de Quotas Subordinadas e Mezzanine somadas deverá representar sempre no mínimo 62% (sessenta e dois por cento) ("Relação Mínima").

Parágrafo 1º Caso a relação mínima estipulada no caput deste Artigo seja inferior a 62% (sessenta e dois por cento), a Administradora deverá comunicar os titulares de Quotas Subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Relação Mínima, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas.

Parágrafo 2º Caso os titulares das Quotas Subordinadas decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos indicado no Parágrafo 1º deste Artigo, ou não enviem resposta à Administradora em 30 (trinta) dias contados da comunicação da Administradora prevista no

Parágrafo 1º deste Artigo, a Administradora comunicará a Agência de Classificação de Risco do desenquadramento do Fundo à Relação Mínima, observado o Artigo 64, alínea (b) abaixo:

CAPÍTULO XVIII - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Artigo 64 São considerados eventos de avaliação do Fundo (os "Eventos de Avaliação") quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) caso a Razão de Garantia não seja observada por um período de 30 (trinta) dias consecutivos contado da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelos Quotistas Subordinados;
- (b) caso a Relação Mínima permaneça inferior a 62% (sessenta e dois por cento) por um período de 30 (trinta) dias consecutivos contado da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelos Quotistas Subordinados;
- (c) caso haja a redução do nível de classificação de risco de qualquer das séries ou classes de Quotas em circulação em dois sub-níveis;
- (d) caso o Fundo não observe por 30 (trinta) dias consecutivos os limites de concentração por Sacado e/ou Cedente, por tipo de ativo ou por segmento estabelecidos no Artigo 21 deste Regulamento;
- (e) caso as amortizações programadas de qualquer série ou de qualquer classe não sejam efetuadas nas datas estabelecidas;
- (f) caso os Direitos de Crédito vencidos e não pagos por período superior a 60 (sessenta) dias consecutivos contado da sua data de vencimento atinjam 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (g) caso haja alteração dos procedimentos de cessão de Direitos de Crédito e de cobrança adotados pela Gestora, sem prévia aprovação da Assembleia Geral;
- (h) caso o limite de recompra exceda 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido em dois Relatórios de Monitoramento consecutivos ou quatro alternados em um período de 12 (doze) meses;
- (i) caso o montante total de Direitos de Crédito pagos com atraso de até 30 (trinta) dias da sua data de vencimento, seja superior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em dois Relatórios de Monitoramento consecutivos ou quatro alternados em um período de 12 (doze) meses; e
- (j) caso a Reserva de Amortização, a Reserva de Liquidez e o Índice de Liquidez não se encontrem enquadrados por mais que 15 (quinze) dias consecutivos.

Artigo 65 Ocorrendo qualquer Evento de Avaliação, será convocada Assembleia Geral, nos termos do Capítulo XXI, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembleia Geral deliberar (i) pela

27/01/2024
14:12:12

não liquidação do Fundo, ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembleia Geral, e aplicando-se o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 66 deste Regulamento.

Parágrafo Único Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista no caput deste Artigo, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Artigo 66 São considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (os "Eventos de Liquidação") quaisquer dos seguintes eventos:

- P
- (a) cessação ou renúncia pela Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos neste Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Regulamento;
 - (b) cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos do referido contrato; e
 - (c) cessação pela Gestora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão, ou ainda em caso de alteração direta ou indireta no controle da Gestora.

Parágrafo 1º Ocorrendo qualquer dos Eventos de Liquidação, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos nos próximos Parágrafos deste Artigo.

Parágrafo 2º Na hipótese prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os Quotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.

Parágrafo 3º No caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, ficará assegurado o resgate antecipado das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas dissidentes.

Parágrafo 4º Observada a deliberação da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º deste Artigo, o Fundo resgatará compulsoriamente todas as Quotas Seniores e, posteriormente, todas as Quotas Mezanino, ao mesmo tempo, em igualdade de condições entre os titulares de Quotas da mesma classe e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas de cada uma das referidas classes em circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora liquidará todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
 - (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e
 - (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XIX, a
- 35
- 4

Administradora debitará a Conta do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Quotas Seniores e, posteriormente das Quotas Mezanino, em circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Artigo 67 Os recursos auferidos pelo Fundo nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 66 acima, serão utilizados para o pagamento das Obrigações do Fundo de acordo com a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XIX. Os procedimentos descritos no Parágrafo 4º do Artigo 66 acima somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino.

Parágrafo Único Após o resgate integral antecipado das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino conforme estabelecido no Artigo 66 acima, os titulares das Quotas Subordinadas poderão deliberar pela interrupção do processo de liquidação do Fundo e retomada de suas atividades.

Artigo 68 Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Liquidação e observadas as deliberações da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º do Artigo 66 acima, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores e Mezanino, será constituído pelos titulares das Quotas em circulação um condomínio nos termos do artigo 1.314 e ss. do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio.

CAPÍTULO XIX - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 69 Diariamente, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a ocorrência de um Evento de Liquidação, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (c) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 deste Regulamento, por meio do resgate ou amortização da emissão de Quotas específica;
- (d) devolução aos titulares das Quotas Mezanino dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 deste Regulamento, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas específica;
- (e) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (f) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

Parágrafo Único Na ocorrência de um Evento de Liquidação e, enquanto tal evento permanecer em curso, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 deste Regulamento, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas específica;
- (c) devolução aos titulares das Quotas Mezzanino dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 deste Regulamento, por meio do resgate ou amortização da emissão de Quotas específica;
- (d) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (e) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (f) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

CAPÍTULO XX - POLÍTICA E CUSTOS DE COBRANÇA

Artigo 70 O Anexo III a este Regulamento contém a descrição detalhada da atual Política de Cobrança adotada pelo Fundo, e deverá ser adotado e registrado na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º acima sempre que houver qualquer alteração relevante na Política de Cobrança, a critério da Administradora e da Gestora.

Artigo 71 Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para preservação de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas, não estando a Administradora, a Gestora ou o Custodiante de qualquer forma obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. A Administradora, a Gestora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos, que tenham sido incorridos pelo Fundo em face de terceiros ou dos Cedentes, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas, observado o disposto no Parágrafo 1º abaixo.

Parágrafo 1º As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à preservação dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite do valor das Quotas Subordinadas em circulação. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos titulares das Quotas Seniores em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim e, se for o caso, será por eles aportada diretamente ao Fundo.

por meio da subscrição e integralização de série de Quotas Seniores específica, considerando o valor da participação de cada titular de Quotas Seniores no valor total das Quotas em circulação, na data da respectiva aprovação. Os recursos aportados ao Fundo pelos Quotistas serão reembolsados por meio do resgate ou amortização da respectiva série de Quotas Seniores específica, de acordo com os procedimentos previstos neste Regulamento.

Parágrafo 2º Fica estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o caput deste Artigo; e (ii) da anulação, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Administradora, a Gestora e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não proposição (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à preservação de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Quotistas não aporem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.

Parágrafo 3º As despesas a que se refere o caput deste Artigo são aquelas mencionadas na alínea (f) do Artigo 34 deste Regulamento.

Parágrafo 4º Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos do caput deste Artigo deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte e de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente com suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO XXI - ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 72 Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral, observados os respectivos quorums de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XVIII deste Regulamento;
- (e) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação, observado o disposto na hipótese da alínea (c) do Parágrafo Único do Artigo 11 deste Regulamento; e

- (f) aprovar a substituição do Custodiante, da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco.

Artigo 73 O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

Artigo 74 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no periódico, mencionado no Artigo 83 deste Regulamento ou enviado por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral. Admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada conjuntamente com a primeira convocação.

Parágrafo 1º A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

Parágrafo 2º A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Seniores em circulação, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Mezanino e Subordinadas em conjunto, em circulação e, em segunda convocação, com Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Mezanino e das Quotas Subordinadas em circulação. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 3º A presidência da Assembleia Geral caberá à Administradora.

Parágrafo 4º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º deste Artigo, a Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria, da Gestora ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo 5º Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo 6º Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Artigo 75 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do

Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

Artigo 76 Reservado o disposto nos Parágrafos deste Artigo e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas presentes à Assembleia Geral, observado o quorum mínimo estabelecido no Parágrafo 2º do Artigo 74 acima.

Parágrafo 1º Sem prejuízo do disposto no caput deste Artigo, as matérias previstas nas alíneas (b), (c) e (d) do Artigo 72 acima, serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos presentes.

Parágrafo 2º A alteração das características, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas dependerá da aprovação (i) da Assembleia Geral e (ii) dos titulares da totalidade das Quotas Mezanino e Subordinadas em circulação. Além disso, a alteração das seguintes matérias dependerá da aprovação dos titulares das Quotas Mezanino e Subordinadas:

- (a) as matérias previstas nas alíneas (e) e (f) do Artigo 72 deste Regulamento; e
- (b) cobrança de taxas e encargos de qualquer natureza pela Administradora que não estejam expressamente prevista neste Regulamento.

Artigo 77 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quorum estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na mesma.

Artigo 78 Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação e deliberação previstos neste Regulamento.

CAPÍTULO XXII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 79 O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

Artigo 80 As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- (a) opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;
- (b) demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e

- (c) notas explicativas contendo informações julgadas, pela Empresa de Auditoria, como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

Parágrafo Único A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do Artigo 12 deste Regulamento.

Artigo 81 O exercício social do Fundo terá a duração de 1 (um) ano e se encerrará no dia 30 de abril de cada ano.

CAPÍTULO XXIII - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 82 O Patrimônio Líquido corresponderá ao somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, apurados na forma do Capítulo XVI acima, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas nos Artigos 60 e 61 deste Regulamento.

Parágrafo Único Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, dos Cedentes e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

CAPÍTULO XXIV - PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 83 Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos fatos decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal DCI – Comércio, Indústria & Serviços ou em qualquer outro veículo de circulação e alcance equivalente; e (ii) de correio eletrônico enviado ao representante de cada Quotista indicado na forma do Parágrafo 1º do Artigo 43 deste Regulamento.

Parágrafo 1º As publicações referidas no caput deste Artigo deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuem Quotas.

Parágrafo 2º Qualquer mudança no periódico referido no caput deste Artigo deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral.

Artigo 84 No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada trimestre, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências da Administradora, informações sobre:

- (a) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- (b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do Período de Originação a que se referir; e
- (c) o comportamento da carteira de Direitos de Crédito do Fundo e dos Ativos Financeiros.

Artigo 85 Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de Classificação de Risco, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

Artigo 86 A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- (a) de 20 (vinte) dias corridos após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (b) de 60 (sessenta) dias corridos após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 87 As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento protocolado na CVM.

CAPÍTULO XXV - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Artigo 88 A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco às Quotas Seniores e às Quotas Mezanino. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora.

Parágrafo Único Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas. Dessa forma, havendo o rebaixamento da classificação de risco para uma nota inferior à inicialmente obtida, a Administradora comunicará imediatamente tal fato aos Quotistas e enviará, através de correspondência registrada, o material emitido pela Agência de Classificação de Risco com a nova nota e justificativa do rebaixamento.

CAPÍTULO XXVI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 89 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

Artigo 90 Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por "dia útil" segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na cidade de São Paulo, e (ii) feriados de âmbito nacional.

Artigo 91 Os Anexos a este Regulamento constituem parte integrante e inseparável do presente Regulamento.

Artigo 92 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

2487.5J

3421.7J

2

.

43

4

ANEXO I - DEFINIÇÕES

<u>Administradores:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 5º deste Regulamento;
<u>Agência de Classificação de Risco:</u>	é a Standard & Poor's Rating Services, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, ou sua sucessora, a qualquer título;
<u>Agente Escriturador:</u>	é o Deutsche Bank, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>Amortização Programada:</u>	é a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento da respectiva série;
<u>Assembleia Geral:</u>	é a Assembleia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI;
<u>Ativos Financeiros:</u>	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõe o Patrimônio Líquido;
<u>BACEN:</u>	é o Banco Central do Brasil;
<u>Base de Dados:</u>	é a base de dados que contém dados e informações relativas aos Direitos de Crédito e aos Clientes, mantida pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia;
<u>Cedentes:</u>	são todas as pessoas físicas ou jurídicas que cedem os Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão;
<u>CETIP:</u>	é a CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
<u>Conta de Arrecadação:</u>	é a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo em uma instituição financeira aprovada em conjunto pela Administradora e pela Gestora, que será utilizada para o recebimento da totalidade dos recursos oriundos da liquidação dos Direitos de Crédito;
<u>Conta do Fundo:</u>	é a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo em uma instituição financeira aprovada em conjunto pela Administradora e pela Gestora, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;

230140
342112

<u>Contrato de Cessão:</u>	é cada um dos contratos de cessão de Direitos de Crédito celebrados entre o Fundo, a Administradora e o respectivo Cedente;
<u>Contrato de Custódia:</u>	é o Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado em 12 de maio de 2005, entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo com a intervenção da Gestora;
<u>Contrato de Escrituração:</u>	é o Contrato de Emissão e Controle de Quotas Escriturais de Fundos de Investimentos, firmado em 12 de maio de 2005, entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Gestão:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Carteira de Fundo de Investimento e Outras Avenças celebrado entre o Fundo e a Gestora;
<u>Contrato de Serviços de Auditoria Independente:</u>	é a Proposta de Prestação de Serviços da KPMG Auditores Independentes, aceita, em 22 de novembro de 2007, pela Administradora;
<u>Contrato de Serviços de Classificação de Risco:</u>	é o contrato para elaboração de classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino do Fundo, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e a Administradora;
<u>Creritos de Elegibilidade:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 28 deste Regulamento;
<u>Custodiante:</u>	é o Deutsche Bank, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>CVM:</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Datas de Amortização:</u>	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, quando for o caso;
<u>Data de Aquisição e Pagamento:</u>	é a seguinte data: (i) data de verificação pelo Custodiante do atendimento, pelos Direitos de Crédito, dos Critérios de Elegibilidade; ou (ii) data de pagamento do Preço de Aquisição; o que por último ocorrer;
<u>Data de Emissão de Quotas:</u>	é a data em que os recursos decorrentes da integralização de cada série de Quotas Seniores, ou da integralização das distribuições de Quotas Subordinadas, são colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo, e que deverá ser, necessariamente, um dia útil;

<u>Data de Resgate:</u>	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores e de cada classe de Quotas Mezanino, indicada no Suplemento da respectiva série ou emissão;
<u>Deutsche Bank:</u>	é o Deutsche Bank S/A, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 13º, 14º e 15º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11;
<u>Direitos de Crédito:</u>	são todos os direitos de crédito adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo, de acordo com as condições previstas neste Regulamento;
<u>Director Designado:</u>	é o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a relativas ao Fundo;
<u>Disponibilidades:</u>	são os todos os ativos de titularidade do Fundo com liquidez diária, incluindo, mas não se limitando, aos recursos disponíveis na Conta do Fundo;
<u>Documentos Comprobatórios:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 1º do Artigo 27 deste Regulamento;
<u>Documentos da Operação:</u>	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contratos de Cessão, Regulamento, Prospecto, Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração, Contrato de Gestão, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, e Contrato de Serviços de Auditoria Independente;
<u>Encargos do Fundo:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 34 deste Regulamento;
<u>Empresa de Auditoria:</u>	é a empresa de auditoria contratada pela Administradora, nos termos deste Regulamento, ou sua sucessora a qualquer título, encarregada da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
<u>Eventos de Avaliação:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 64 deste Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 66 deste Regulamento;
<u>Excesso de Cobertura:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 53 deste Regulamento;

<u>Fundo:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º deste Regulamento;
<u>Instrução CVM 356:</u>	é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução CVM 393, datada de 22 de julho de 2003;
<u>Investidor Qualificado:</u>	são todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
<u>Obrigações do Fundo:</u>	são todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Quotas;
<u>Patrimônio Líquido:</u>	significa o patrimônio líquido do Fundo, calculado na forma do Capítulo XXIII;
<u>Percentual de Provisão:</u>	é o percentual de provisionamento a ser aplicado sobre o Valor do Direito de Crédito antes da dedução de qualquer Valor Provisionado dos Direitos de Créditos vencidos e não pagos, nos termos do Artigo 61 deste Regulamento;
<u>Preço de Aquisição:</u>	é o valor efetivamente pago pelos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, estabelecidos nos respectivos Termos de Cessão;
<u>Plano Contábil:</u>	é o Plano Contábil das instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular nº 1.273, do BACEN, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável;
<u>Política de Cobrança:</u>	é a política de cobrança adotada pelo Fundo em face dos devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito, conforme previsto no Anexo III a este Regulamento;
<u>Quotas:</u>	são as Quotas Seniores, as Quotas Mezanino e as Quotas Subordinadas, consideradas em conjunto;
<u>Quotas Seniores:</u>	são as quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
<u>Quotas Subordinadas:</u>	são as quotas subordinadas júnior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;

<u>Quotas Mezanino:</u>	são as Quotas Mezanino da Classe A, as Quotas Mezanino da Classe B e as Quotas Mezanino da Classe C consideradas em conjunto, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Quotas Mezanino da Classe A:</u>	são as quotas subordinadas mezanino da classe A, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Quotas Mezanino da Classe B:</u>	são as quotas subordinadas mezanino da classe B, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Quotas Mezanino da Classe C:</u>	são as quotas subordinadas mezanino da classe C, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Quotistas:</u>	são os titulares das Quotas;
<u>Quotistas Subordinados:</u>	são os titulares das quotas subordinadas júnior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Razão de Garantia:</u>	é a relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do Fundo;
<u>Resolução CMN 2.907:</u>	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;
<u>SELIC:</u>	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
<u>Suplemento:</u>	é o documento elaborado na forma do Anexo II a este Regulamento contendo as seguintes informações relativas a cada uma das séries ou classes de quotas emitidas: quantidade de Quotas, Data de Emissão, Amortização Programada (se for o caso), Data de Resgate e meta de remuneração prioritária da respectiva série de Quotas;
<u>Taxa de Administração:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 32 deste Regulamento;
<u>Taxa de Cessão Média Mensal:</u>	é a taxa média entre a taxa de rentabilidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e as respectivas Taxas de Desconto;
<u>Termo de Cessão:</u>	são os documentos pelos quais o Fundo adquire os Direitos de Crédito dos Cedentes nos termos de cada Contrato de Cessão;
<u>Termo de Adesão ao Regulamento:</u>	é o documento por meio do qual o Quotista adere a este Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo;

<u>Valor Provisionado:</u>	com relação a cada Direito de Crédito Adquirido, é o Valor do Direito de Crédito multiplicado pelo Percentual de Provisão;
<u>Valor Unitário de Emissão:</u>	é o valor unitário de cada Quota na Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores ou na Data de Emissão de Quotas Mezanino e Subordinadas, conforme o caso.

2

h
/

ANEXO II - MODELO DE SUPLEMENTO

Suplemento da [•] série de Quotas [•]

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria - EXODUS I
CNPJ/MF nº [•]

A [•] série de Quotas [•] do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria - EXODUS I (o "Fundo"), emitida nos termos do Regulamento do Fundo, registrado em [•] de [•] de [•] no [•]º Ofício de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo sob nº [•], terá as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas [•]: [•] ([•]);
- b) Data de Emissão: [•] de [•] de [•];
- c) Período de Carência: de [•] de [•] de [•] até [•] de [•] de [•];
- d) Datas de Amortização: [•];
- e) Data de Resgate: [•] de [•] de [•];
- f) Remuneração alvo: [•]; e
- g) Valor Unitário de Emissão: [•]

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, [•] de [•] de [•]

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA - EXODUS I

Por:

Cargo:

Testemunhas:

1. _____
Nome:
RG:
C.P.F.:

2. _____
Nome:
RG:
C.P.F.:

ANEXO III – POLÍTICA DE COBRANÇA

A Gestora adotará os seguintes procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito:

1. após 3 (três) dias da assinatura do Termo de Cessão, a Gestora enviará aos respectivos devedores dos Direitos de Crédito:
 - (i) o boleto de cobrança para liquidação dos Direitos de Crédito na Conta Fundo; e
 - (ii) notificação aos respectivos devedores da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, em atendimento ao artigo 290 do Código Civil;
2. após 10 (dez) dias da cessão dos Direitos de Crédito, a Gestora confirmará junto aos respectivos devedores o recebimento do boleto de cobrança.
 - 2.1. a confirmação descrita no item 2 acima será realizada através de contato telefônico e carta simples para todos os Direitos de Crédito.
 - 2.2. a critério da Gestora, poderá ser enviada carta para os respectivos devedores dos Direitos de Crédito, solicitando confirmação, por escrito, acerca da existência e legitimidade do Direito de Crédito.
3. em até 10 (dez) dias antes do vencimento do Direito de Crédito, a Gestora entrará em contato por telefone com o respectivo devedor que não confirmar o recebimento dos boletos de cobrança, a fim de providenciar a emissão da segunda via do boleto, quando necessário.
4. após 2 (dois) dias do vencimento do Direito de Crédito, a Gestora entrará em contato com os respectivos devedores para dar ciência do vencimento do Direito de Crédito e da respectiva necessidade de liquidação em até 3 (três) dias úteis.
5. caso o Direito de Crédito não seja liquidado no prazo de 3 (três) dias úteis mencionado no item 4 acima, o título representativo do Direito de Crédito é levado a protesto no competente Cartório de Protestos.
 - 5.1. caso o protesto não seja sustado em até uma semana pelos respectivos Sacados, a Gestora entrará em contato com tais devedores e com o Cedente para iniciar a renegociação para liquidação do Direito de Crédito.
 - 5.2. Caso o Cedente receba qualquer valor por engano em nome do Fundo, este deverá repassar para a conta do Fundo no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data do recebimento.
6. caso sejam constatadas quaisquer divergências durante todo o processo de acompanhamento e cobrança dos Direitos de Crédito, a critério da Gestora, poderá ser concedida prorrogação, desconto ou parcelamento dos valores dos Direitos de Crédito, ou outras alternativas eficazes para efetivar o recebimento extrajudicial dos

valores referentes aos Direitos de Créditos.

6.1 as prorrogações poderão ser feitas respeitando-se o prazo máximo de 35 (trinta e cinco) dias e serão concedidas somente uma vez, mesmo se concedidas inicialmente em prazo inferior ao prazo máximo aqui previsto.

7. não havendo acordo ou negociação que permita o recebimento do valor dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, conforme o procedimento acima previsto, o Fundo iniciará o procedimento de cobrança judicial contra o Cedente e o respectivo garantidor (devedor solidário), de acordo com as disposições do respectivo Contrato de Cessão.
8. Decorridos 180 dias a partir da data de vencimento do ativo no fundo, a Gestora estará autorizada a negociar este ativo com deságio a ser discutido caso a caso, desde que o Fundo não esteja em Evento de Avaliação ou Liquidação antecipada, e que os níveis de garantia estejam enquadrados dentro dos respectivos limites.

ANEXO IV – POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

A política de concessão dos créditos ficará a cargo da Gestora, que é a única responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, e tecnicamente capacitada para realizar a avaliação da capacidade econômica dos Cedentes, bem como dos respectivos Sacados dos Direitos de Crédito.

A aprovação do crédito é realizada mediante um processo de análise do Cedente e do Sacado, que envolve aspectos financeiros e mercadológicos.

Se for comprovada a existência de Direitos de Crédito performados e possivelmente elegíveis, todos os documentos necessários para a análise do Cedente serão requisitados, quais sejam:

- Contrato Social;
- Relatório do faturamento mensal dos últimos 12 (doze) meses;
- Cadastro de Pessoa Física dos sócios;
- Comprovante de endereço dos sócios e da empresa;
- Imposto de renda dos sócios.

Além dos Documentos solicitados, a Gestora deverá conferir se a empresa e os Direitos de Crédito atendem aos pré-requisitos básicos, antes da operação seguir para as demais etapas de avaliações de risco, quais sejam:

- Os Cedentes dos Direitos de Crédito devem ser pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- Os prazos de vencimento dos Direitos de Crédito devem ser de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da formalização da respectiva cessão, não podendo ser posterior à última data de vencimento das Quotas Seniores em circulação;
- Devem observar os limites mínimos e máximos de concentração com relação à carteira e ao Patrimônio Líquido, conforme disposto no Artigo 21 deste Regulamento, calculado pro forma antes da aquisição pretendida.

Após a análise inicial do Cedente, este firma um Contrato de Cessão com o Fundo, estabelecendo os termos e condições aplicáveis a todas as futuras cessões de Direitos de Crédito entre as partes, incluindo o estabelecimento dos sócios do Cedente como devedores solidários. O Contrato de Cessão juntamente com os documentos requisitados para análise é enviado para a Gestora onde é feita a sua guarda física.

Os dados cadastrais dos Cedentes são incluídos em um *software* especializado e analisados de acordo com critérios identificados na seção "Risco do Cedente" abaixo. Este é responsável pelo apontamento dos Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo, através de inclusão das informações no *software*, a partir das quais é realizada a análise do Sacado.

Após a análise do Cedente e dos Sacados, a Gestora seleciona os Direitos de Crédito que serão aceitos para aquisição do Fundo. Se houver qualquer objeção quanto ao Sacado, este tem seu cadastro bloqueado no sistema, e somente pode ser liberado para mais operações mediante análise

mais detalhada, caso a caso.

A cada nova aprovação da aquisição de Direitos de Crédito, um aditivo ao Contrato de Cessão é enviado ao Cedente, com informações referentes ao valor presente e valor futuro dos Direitos de Crédito, explicitando a taxa de desconto pré-fixada e descrição de eventuais tarifas adicionais. Adicionalmente ao aditivo ao Contrato de Cessão, os sócios também emitem uma nota promissória de valor equivalente ao valor da operação.

Diariamente é enviado ao Custodiante do Fundo um arquivo com informações referentes a todos os títulos adquiridos, para que seja garantido o cumprimento quanto aos critérios de elegibilidade definidos neste Regulamento. Uma vez confirmada a elegibilidade, o Custodiante libera via TED o montante relativo à operação diretamente ao Cedente.

Um dia após a aquisição, o software da Gestora emite Carta Registrada para todos os Sacados informando a aquisição pelo Fundo dos Direitos de Crédito, além de indicar a conta do Fundo na qual deverá ser efetuado o pagamento.

Neste mesmo instante, a Gestora envia ao Banco Cobrador um arquivo com discriminação dos Direitos de Crédito adquiridos para que seja enviado boleto de cobrança para os Sacados. É obrigação do Custodiante comparar ambos os arquivos para garantir que os títulos cedidos foram indicados para cobrança.

Processo de Aprovação de Crédito

O processo de aprovação do crédito do Cedente e do Sacado é realizado pela Gestora, que realiza a análise segundo alguns critérios:

- Risco do Cedente;
- Risco da Operação;
- Risco do Sacado; e
- Critérios Subjetivos.

I. Risco do Cedente

Com o intuito de mitigar o risco por Cedente, são realizados os seguintes procedimentos:

- (i) Limite de Crédito por Cedente de 30% (trinta por cento) do faturamento mensal;
- (ii) No caso de novos Cedentes:
 - (a) Durante o primeiro mês de operações, todos os Direitos de Crédito são confirmados com os Sacados via telefone antes da execução da transação; e
 - (b) Entre o primeiro e segundo mês de operações, a confirmação é realizada em até 5 dias contados da data de formalização da transação.

(iii) Nos primeiros dois meses de operações com o Sacado, as transações somente são efetuadas mediante envio dos seguintes documentos para a Gestora:

- (a) Documento Original do Direito de Crédito;
- (b) Canhoto original; e
- (c) Cópia da Nota Fiscal;

Após dois meses de operações, o Cedente pode enviar os documentos em até 5 (cinco) dias após a formalização da transação.

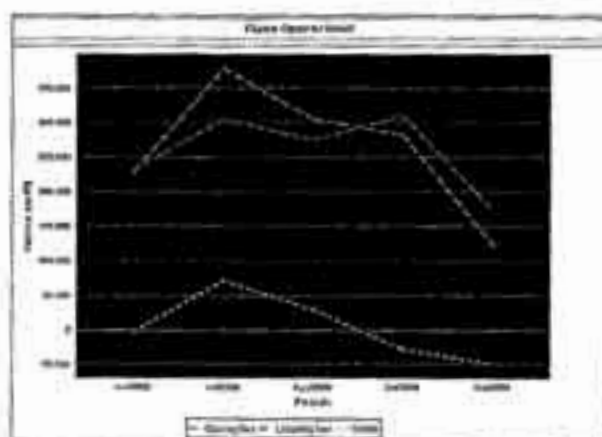
Todos os dados dos Cedentes são incluídos no software especializado, que possui uma base de dados da própria Gestora, que automaticamente gera uma análise do perfil do Cedente contendo as seguintes informações:

- (i) Evolução do saldo devedor, onde é analisado o montante total operado pelo Cedente nos últimos 12 (doze) meses:



Fonte: SRM Consultoria e Administração de Recursos e Finanças Ltda.

- (ii) Fluxo Operacional do Cedente, com discriminação de saldo a vencer, vencido, total do saldo devedor e o limite crédito



Fonte: SRM Consultoria e Administração de Recursos e Finanças Ltda.

- (iii) Índice de Liquidez, que acompanha o comportamento da carteira do Cedente nos últimos 30 (trinta) dias, incluindo a forma de liquidação dos títulos. Nesse caso, é limitado em 5% (cinco por cento) do saldo devido para liquidações por recompra e 5% (cinco por cento) para liquidações via TED ou transferência bancária.

II. Risco da Operação

Cada nova operação de aquisição de Direitos de Crédito de um Cedente já cadastrado e analisado será avaliada *isoladamente*. Neste caso deverá ser analisado o enquadramento do Cedente e dos Direitos de Crédito aos seguintes critérios:

- O prazo médio ponderado da carteira do Fundo não poderá exceder 65 (sessenta e cinco) dias, calculado pro forma antes da aquisição pretendida;
- O total de cobrança e de cessão de créditos de qualquer Cedente, conforme previsto no respectivo Contrato de Cessão, não poderá vir a representar mais de 7% (sete por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$3.000.000,00 (três milhões de reais);
- O total de obrigação de cada Sacado não poderá ser superior a 2,5% (dois e meio por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais);
- Os Direitos de Crédito representados por duplicatas devem representar no mínimo 70%

(setenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo investido em Direitos de Crédito;

- (v) Os Direitos de Crédito representados por cheques devem representar no máximo 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo investido em Direitos de Crédito; e
- (vi) Os Direitos de Crédito deverão ser lastreados em operações dos setores listados abaixo, de acordo com os seguintes limites:

Setor	Mínimo (% do Patrimônio Líquido)	Máximo (% do Patrimônio Líquido)
Industrial	50%	100%
Comercial	0%	50%
Prestação de Serviços	0%	30%

III. Risco do Sacado

O Cedente recebe uma senha de acesso ao software utilizado para análise das operações e inclui dados dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo:

- (i) Informações cadastrais do Sacado;
- (ii) Número da fatura;
- (iii) Valor do Direito de Crédito; e
- (iv) Vencimento.

Uma vez incluídas as informações no *software*, os Sacados são analisados conforme os seguintes parâmetros:

- (i) Não são aceitos Sacados com apontamentos no Serasa, exceto se forem execuções fiscais ou se o valor relativo a essas pendências seja equivalente a no máximo 5% (cinco por cento) do capital social do Sacado; e
- (ii) Se houver histórico de operações com o Fundo, é levado em consideração o fluxo de pagamentos de cada Sacado.

IV. Critérios subjetivos

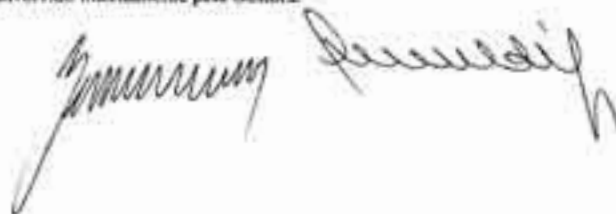
Os Critérios subjetivos podem influenciar positiva ou negativamente a aprovação do crédito. Cedentes pertencentes a setores com elevados níveis de concorrência, com poucas barreiras à entrada de novos competidores também são evitados.

Além disso, Cedentes que apresentam deficiências evidentes de gestão e estratégia também são evitados.

Monitoramento

A atualização dos registros é feita a cada 3 (três) meses ou a cada nova cessão, uma vez que o próprio *software* impede a realização de qualquer operação do Cedente que não tenha registros atualizados relativos aos critérios indicados no "Risco do Cedente".

O monitoramento da operação é diário, e se dá via o sistema de controle dos Direitos de Crédito desenvolvido internamente pela Gestora.



ANEXO II

Suplemento da 11ª Série de Quotas Seniores do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO
11ª EMISSÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIORES**

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS I
C.N.P.J. nº 07.399.646/0001-32**

Suplemento ao regulamento para a 11ª emissão pública de Quotas Seniores ("11ª Série") do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I ("Fundo"), emitidas nos termos do Regulamento do Fundo, tendo as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas Seniores: até 800 (oitocentas);
- b) Valor Unitário de Emissão: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- c) Data de Emissão: data da primeira integralização de Quotas Seniores desta 11ª Série;
- d) Amortizações Programadas: Não haverá amortizações programadas para as Quotas Seniores desta 11ª Série;
- e) Data de Resgate: 18 meses a contar da 1ª integralização de Quotas Seniores desta 11ª Série;
- f) Remuneração Provisória: 12,5% (doze e cinco por cento) da taxa média do CDI (over) no respectivo período, base 252 dias úteis;

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (exceto no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, 28 de janeiro de 2010.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS I

Por: Agostinho Rêgo Junior
Cargo: Administrador

Testemunhas:

1.

Nome:

R.G.:

C.P.F.: **Leonardo de A. Teytiere**
CPF 292.215.766-05

2.

Nome:

R.G.:

C.P.F.:

Augusto Roberto da Silva
CPF 061.304.858-42

2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil da

Pessoa Jurídica de Capital

DEL GENÍO DOMINGUES DOS SANTOS, OFICIAL

R. Senador Pinheiro Neto, 11 - Fung, 110 São Paulo/SP, 04062-000, SP, Brasil

Apresentado hoje, protocolado e registrado no cartório sob o nº 3.421.172, inscrita à matrícula do registro nº 3.421.171.

São Paulo, 28 de janeiro de 2010.

Protocolo nº 11.887.881

ESCRITURANTE AUTORIZADO

Miguel da Silva, Escrição

Miguel da Silva, Escrição

SUBSTITUTO DO OFICIAL

Del. Paulo Sigismundo Domingues

Carteira Assi

Roberto Ferreira de Souza

10/01/2010	07:00:00	10/01/2010	07:00:00	10/01/2010	07:00:00
10/01/2010	10:00:00	10/01/2010	10:00:00	10/01/2010	10:00:00

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO III

Suplemento da 12ª Série de Quotas Seniores do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUPLEMENTO AO REGULAMENTO

**12ª EMISSÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIORES
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS I**

C.N.P.J. nº 07.399.646/0001-32

Suplemento ao regulamento para a 12ª emissão pública de Quotas Seniores ("12ª Série") do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I ("Fundo"), emitidas nos termos do Regulamento do Fundo, tendo as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas Seniores: até 800 (oitocentas);
- b) Valor Unitário de Emissão: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- c) Data de Emissão: data da primeira integralização de Quotas Seniores desta 12ª Série;
- d) Amortizações Programadas: Serão realizadas 5 (cinco) amortizações programadas, conforme indicado na tabela abaixo:

1ª Amortização	2ª Amortização
18º mês, contado da data da primeira integralização de Quotas Seniores desta 12ª Série	21º mês, contado da data da primeira integralização de Quotas Seniores desta 12ª Série
1/5 do valor total da quota	1/4 do valor total da quota


3ª Amortização	4ª Amortização	5ª Amortização
24º mês, contado da data da primeira integralização de Quotas Seniores desta 12ª Série	27º mês, contado da data da primeira integralização de Quotas Seniores desta 12ª Série	30º mês, contado da data da primeira integralização de Quotas Seniores desta 12ª Série
1/3 do valor total da quota	1/2 do valor total da quota	100% do valor total da quota

As Amortizações Programadas serão realizadas no dia 10 dos respectivos meses de amortização, sendo seu valor calculado com base no valor da quota no último dia útil anterior à Data de Amortização.

- e) Data de Resgate: 30 meses a contar da 1ª integralização de Quotas Seniores desta 12ª Série; e
- f) Remuneração Prioritária: 120% (cento e trinta por cento) da taxa média do CDI (over) no respectivo período, base 252 dias úteis.

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, 28 de janeiro de 2016.


FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS I
 Por: Agostinho Leopoldo Junior
 Cargo: Administrador

Nome _____
RG _____
CPF _____

ANEXO IV

Súmula de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 28 de janeiro de 2010

Síntese Analítica

FIDC da Indústria Exodus I - 11ª e 12ª séries de cotas seniores

Resumo

- A Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar 'brAAf' à 11ª e a 12ª séries de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I (FIDC da Indústria Exodus I). Também atribuímos os ratings finais 'brAAf' e 'brBBBf', respectivamente, à 10ª série de cotas seniores e à 1ª emissão de cotas mezanino do FIDC.
- O desempenho dos ativos que formam o colateral do FIDC da Indústria Exodus I demonstrou uma forte recuperação durante o segundo semestre de 2009. Como resultado, os indicadores de inadimplência retomaram a patamares consistentes com o desempenho histórico, após uma elevação pontual observada durante o auge da crise financeira e de liquidez, no final de 2008.
- O FIDC da Indústria Exodus I é estruturado como um condomínio fechado multisséries, cujos direitos creditórios são oriundos de vendas de mercadorias ou prestação de serviços performados, e originados por diversas cedentes selecionadas pela SRM Consultoria e Administração de Recursos e Finanças Ltda (SRM).

Fundamentos

A Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar 'brAAf', em sua Escala Nacional Brasil, à 11ª e à 12ª séries de cotas seniores a serem emitidas pelo FIDC da Indústria Exodus I, no montante combinado de até R\$ 160 milhões. Ao mesmo tempo, atribuímos os ratings finais 'brAAf' e 'brBBBf', respectivamente, à 10ª série de cotas seniores e à 1ª emissão de cotas mezanino do FIDC.

Os investidores das 11ª e 12ª séries de cotas seniores terão a mesma prioridade de pagamento que os investidores da 10ª série de cotas seniores do FIDC, beneficiando-se dos mesmos mecanismos de reforço de qualidade de crédito e das características determinadas pela documentação da operação. As séries diferem-se apenas pelo prazo, pelo fluxo de amortização e pela rentabilidade-alvo. Uma subordinação mínima de cotas de 26% prevista para a 10ª série de cotas seniores deverá ser mantida até seu resgate total. Subsequentemente, uma subordinação mínima de 20% passará a ser exigida. A 11ª série de cotas seniores do FIDC deverá vencer 18 meses após a data de subscrição inicial de cotas, e seu resgate será realizado mediante um único pagamento. Já a 12ª série de cotas seniores terá seu resgate programado para 30 meses após a data de subscrição inicial de cotas, e as amortizações serão realizadas trimestralmente, após um período de carência de 18 meses. A rentabilidade-alvo da 11ª série de cotas seniores será equivalente a 125% da taxa DI, enquanto a rentabilidade-alvo da 12ª série de cotas seniores será equivalente a 130% da Taxa DI Over.

A atribuição do rating final à 10ª série de cotas seniores e a 1ª emissão de cotas mezanino do FIDC da Indústria Exodus I reflete o recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's, após o encerramento da distribuição destas cotas em 13 de novembro de 2009.

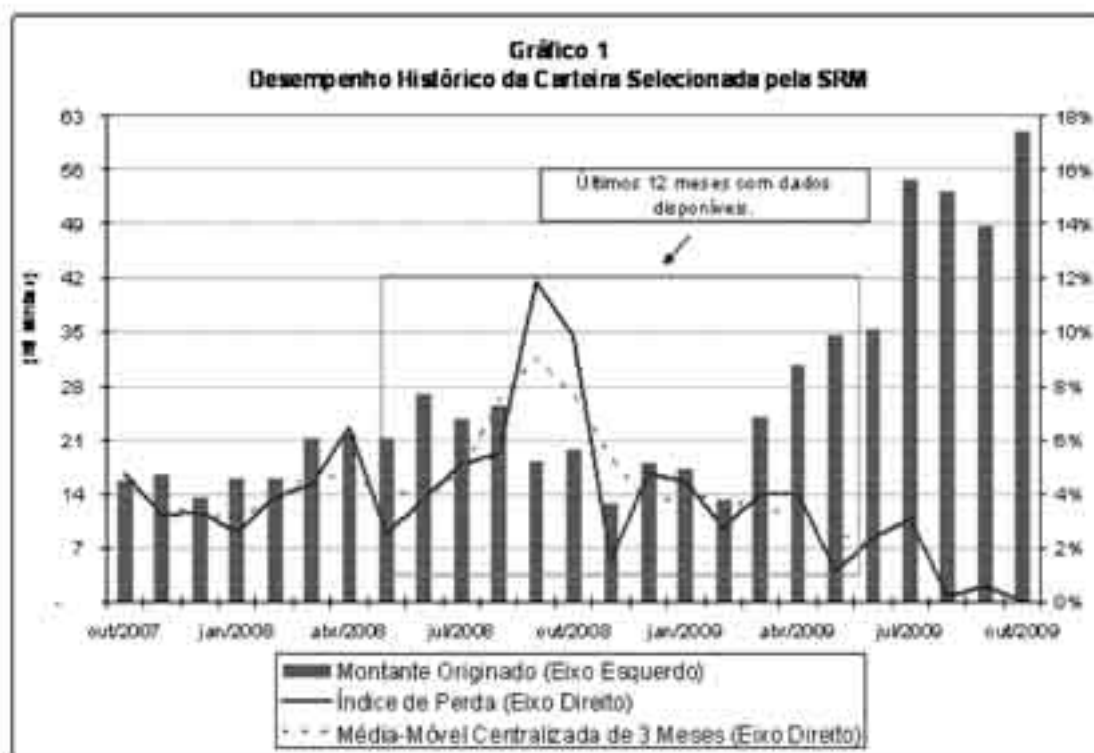
O colateral do FIDC é composto por direitos creditórios resultantes de vendas de mercadorias ou prestação de serviços performados, e representados por duplicatas e cheques, além de caixa e de outros investimentos específicos.

Desempenho Histórico

O gráfico abaixo demonstra o volume de originação de créditos selecionados pela SRM, por meio do FIDC da Indústria Exodus I, entre outubro de 2007 e outubro de 2009. Nesse período, o patrimônio líquido (PL) do FIDC aumentou de R\$ 27,6 milhões para R\$ 80,4 milhões. Tal evolução demonstra um aumento significativo da capacidade de originação da SRM por meio do FIDC da Indústria Exodus I.

No auge da crise financeira e de liquidez, entre os meses de agosto e dezembro de 2008, a SRM diminuiu a originação de novos créditos, mesmo mantendo uma razoável capacidade de produção por meio dos recursos disponíveis no FIDC da Indústria Exodus I. Entendemos que essa postura conservadora contribuiu significativamente para uma rápida recuperação dos índices de inadimplência do FIDC, os quais, a partir de novembro de 2008, retomaram a um nível compatível com o desempenho histórico da carteira. Apesar de ainda não haver dados suficientes para o cálculo do índice de inadimplência dos créditos originados entre julho e novembro de 2009, indicadores de performance calculados com menor período de tempo transcorrido, como o índice de pagamentos pontuais, nos permitem estimar, com alto grau de confiabilidade, que os índices de inadimplência desses meses também continuarão consistentes com o histórico da carteira no período pré-crise. Considerando-se todos esses fatores, definimos o índice de perda, no caso base, em 5%.

Em novembro de 2009, os direitos creditórios do FIDC estavam relacionados a 564 diferentes cedentes e 12.480 diferentes devedores. Os cedentes atuavam em 23 tipos de indústrias diferentes.



Análise de Crédito

Cálculo do Reforço de Qualidade de Crédito

O reforço de qualidade de crédito – reserva necessária para cobrir eventuais diferenças geradas pela potencial deterioração da qualidade de crédito dos recebíveis – será obtido por meio de subordinação estrutural. Para a carteira de recebíveis comerciais, o reforço de qualidade de crédito é determinado pelo maior resultado entre o cálculo da reserva dinâmica e da reserva mínima, e mediante a utilização de premissas consistentes com os ratings atribuídos.

Dimensionamento do Reforço de Qualidade de Crédito

A maior das reservas (mínima e dinâmica) deverá ser mantida durante a vigência do FIDC. Portanto, caso os indicadores de inadimplência e de perda apresentem deterioração, de modo que a proteção de crédito calculada pela reserva dinâmica seja superior ao cálculo da reserva mínima, esta última será aplicada. Da mesma forma, caso se verifique maiores níveis de concentração por sacados e por cedentes, o rating poderá ser alterado de maneira a refletir o maior risco de concentração potencial da carteira.

A análise da Standard & Poor's concentra-se na qualidade de crédito dos ativos subjacentes do FIDC da Indústria Exodus I (os direitos creditórios cedidos), e leva em consideração o eventual efeito positivo gerado pela existência de mecanismos de coobrigação por parte das cedentes.

Reserva Dinâmica

A reserva dinâmica é calculada por meio da soma dos cálculos de duas reservas distintas: a Reserva de Perdas e a Reserva de Diluição. No caso de carteiras originadas por vários cedentes e selecionadas por empresas de fomento mercantil ou de consultoria de crédito, como no caso do FIDC da Indústria Exodus I, os dados de diluição estão frequentemente incorporados nos dados de inadimplência e de perda na base de dados fornecida à Standard & Poor's. Este fato decorre da incapacidade comum das empresas de fomento mercantil ou de consultoria de crédito de rastrear o desempenho dos recebíveis após a recompra por parte dos cedentes, o que pode ocorrer poucos dias após o atraso no pagamento do direito creditório.

Por esta razão, o cálculo da reserva dinâmica da Standard & Poor's para as transações originadas por empresas de fomento mercantil ou de consultorias de crédito não incorpora uma Reserva de Diluição separada, uma vez que a diluição já é capturada nos dados de perda analisados. Entendemos também que a diversificação entre cedentes serve como um fator atenuante dos riscos de diluição e dos riscos operacionais em transações com vários cedentes.

Cálculo da Reserva de Perdas: A reserva necessária contra reduções nos níveis de proteção, em consequência da falta de pagamento, é representada pela reserva dinâmica de perdas. O cálculo da reserva de perdas baseia-se nos dados de desempenho histórico do índice que mede as perdas como um percentual das vendas, na data em que o recebível inadimplente foi gerado.

O índice de perdas (*loss ratio - LR*) calculado sobre as vendas é submetido a um fator de estresse (*stress factor - SF*) estipulado pela Standard & Poor's de acordo com os seguintes fatores principais: a categoria de rating da operação; o prazo médio dos direitos creditórios elegíveis ao FIDC; e as características e a qualidade da originação (único cedente ou vários cedentes selecionados por uma empresa de fomento mercantil ou consultoria de crédito, políticas de concessão de crédito e cobrança, critérios de elegibilidade, entre outros).

Desta forma: reserva de perdas = $LR \times SF$, sendo:

LR - Índice de perda: dado o histórico de recuperação de direitos creditórios inadimplentes originados pela SRM, a Standard & Poor's utilizou como *proxy* de perda observada uma série temporal com o percentual dos direitos creditórios vencidos após 60 dias de sua data de vencimento sobre o total de direitos creditórios originados em cada mês. A *proxy* de perda adotada para a operação foi de 5%, como explicado acima.

SF - Fator de estresse utilizado: 4x para o rating atribuído às cotas seniores ('bAAf').

Resultado do cálculo da Reserva de Perdas para as cotas seniores: $5\% \times 4 = 20\%$

Reserva Mínima

Cálculo da Reserva Mínima: O componente da reserva mínima de crédito baseia-se nos limites de concentração em um único devedor ou em único cedente, na condição de grupo econômico.

A reserva mínima foi estabelecida pela análise de concentração máxima por sacados e cedentes, e a utilização de um múltiplo de concentração consistente com os ratings atribuídos:

Múltiplo de concentração utilizado para cálculo da Reserva Mínima das cotas seniores: 4,0x.

A documentação da operação estabelece um limite de concentração de 30% do PL do FIDC nos dez maiores cedentes, e de 20% do PL do FIDC nos quatro maiores cedentes. O limite de concentração por sacado é de 2,5% do PL do FIDC.

O cálculo da reserva dinâmica indica que o reforço de crédito para a carteira de recebíveis disponível para proteção das cotas seniores, em uma categoria de rating "brAA", deve ser equivalente a 20%. O resultado do cálculo da reserva mínima, com base no nível de concentração por cedentes, também indica um reforço de crédito necessário equivalente a 20% para as cotas seniores. Dado que o reforço de crédito disponível deve ser o maior entre a reserva dinâmica e a reserva mínima, inicialmente, o mesmo deve ser equivalente a 20% para as cotas seniores.

Resumo das Ações de Rating

Instrumento	De	Para	Subordinação Mínima Inicial	Montante Preliminar (em milhões de R\$)	Vencimento Legal Final
Décima Série de Cotas Seniores	brAA ¹ Preliminar	brAA ²	27%	53,6**	Julho de 2010
Décima Primeira Série de Cotas Seniores	Não Classificadas	brAA ¹ Preliminar*	20%	60,0	18 meses após a data de subscrição inicial
Décima Segunda Série de Cotas Seniores	Não Classificadas	brAA ¹ Preliminar*	20%	60,0	30 meses após a data de subscrição inicial
Primeira Emissão de Cotas Subordinadas Mezanino	brBBB ¹ Preliminar	brBBB ²	12,4%	2,6	Julho de 2010
Cotas Subordinadas	Não Classificadas	Não Classificadas	Não aplicável	53,4**	Indefinido

* Os ratings de crédito atribuídos a 11ª e 12ª séries de cotas seniores é preliminar, uma vez que a documentação final, com seus respectivos suplementos, ainda não está disponível, e a distribuição de tais cotas ainda não se encerrou. A atribuição de um rating final está condicionada ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's. Quaisquer informações subsequentes poderão resultar na atribuição de um rating final diferente do preliminar.

** Valores aproximados do PL em circulação da 10ª série de cotas senior e das cotas subordinadas em 30 de novembro de 2009. No caso das cotas subordinadas, também foi somado o montante estimado para proteção nas novas séries de cotas seniores que estão sendo emitidas.

Para informações adicionais sobre o FIDC da Indústria Exodus I, consultar o relatório de rating preliminar emitido em 18 de junho de 2009, [clique aqui](#).

Analista principal: Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo, 55 (11) 3039-9743, jp_gil@standardandpoors.com

Analista de monitoramento: Leandro de Albuquerque, São Paulo, 55 (11) 3039-9729, leandro_albuquerque@standardandpoors.com

Copyright© 2010 pela Standard & Poor's Financial Services LLC (S&P). Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta informação pode ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma ou nem meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da S&P. A S&P, suas afiliadas e/ou seus provedores externos detêm direitos de propriedade exclusivos sobre a informação, incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito. Esta informação não deverá ser utilizada para nenhum propósito lícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem suas afiliadas, nem seus provedores externos garantem a exatidão, completude, tempestividade ou disponibilidade de qualquer informação. A S&P, suas afiliadas e/ou seus provedores externos diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões, independentemente da causa, ou pelos resultados obtidos mediante o uso de tal informação. A S&P, SUAS AFILIADAS E SEUS PROVEDORES EXTERNOS ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, ENTRE OUTRAS, QUALQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZAÇÃO OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO ESPECÍFICO. Em nenhuma circunstância, deverão a S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos e seus diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes ser responsabilizados por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, entre outras, perda de renda ou lucros cessantes e custos de oportunidade) com relação a qualquer uso da informação aqui contida, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Os ratings e as análises creditícias da S&P e de suas afiliadas e as observações aqui contidas são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos ou recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar

qualquer decisão de investimento. Após sua publicação, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar a informação. Os usuários da informação aqui contida não deverão nela se basear ao tomar qualquer decisão de investimento. As opiniões da S&P e suas análises não abordam a adequação de quaisquer títulos. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz uma auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (due diligence) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. A fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades, a S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas das outras. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter o sigilo de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico. A S&P Ratings Services pode receber remuneração por seus ratings e análises creditícias, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na Web, www.standardandpoors.com / www.standardandpoors.com.mx / www.standardandpoors.com.ar / www.standardandpoors.com.br (gratuitos), www.ratingsdirect.com e www.globalcreditportal.com (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO V

Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados
em 30 de abril de 2009, 2008 e 2007

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
da Indústria Exodus I**

CNPJ. 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e
Valores Mobiliários S.A. – CNPJ. 33.918.160/0001-73)

**Demonstrações financeiras
em 30 de abril de 2009 e 2008**



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores
Mobiliários S.A.)

Demonstrações financeiras

em 30 de abril de 2009 e 2008

Conteúdo

Parecer dos auditores independentes	3
Demonstração da composição e diversificação das aplicações	4
Demonstrações das evoluções do patrimônio líquido	5
Notas explicativas às demonstrações financeiras	6 - 21



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Pires de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01000-870 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Aos

Cotistas e à Administradora do

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

São Paulo - SP


Examinamos a demonstração da composição e diversificação das aplicações do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I em 30 de abril de 2009 e as demonstrações das evoluções do patrimônio líquido, correspondentes aos exercícios findos em 30 de abril de 2009 e 2008, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Fundo; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I em 30 de abril de 2009 e as mutações de seu patrimônio líquido, correspondentes aos exercícios findos em 30 de abril de 2009 e 2008, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 26 de junho de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Silbert Christiano Sasdelli Junior
Convidado CRC 1SP230685/O-0

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria
Exodus I - (CNPJ. 07.399.646/0001-32)

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores
Mobiliários S.A. CNPJ. 33.918.160/0001-73)

Demonstração da composição e diversificação das aplicações
em 30 de abril de 2009

(Em milhares de Reais)

Aplicações/especificação	Valor atual	% sobre patrimônio líquido
Disponibilidades	264	0,70
Banco conta movimento	264	0,70
Títulos públicos	29	0,08
Notas do Tesouro Nacional - Série B	29	0,08
Direitos creditórios	38.063	100,29
Direitos creditórios a vencer	30.843	81,27
Direitos creditórios vencidos	9.901	26,09
(-) Provisão para devedores duvidosos	(3.012)	(7,94)
Valores a receber	331	0,87
Valores a pagar	(403)	(1,06)
Taxa de administração	(46)	(0,12)
Provisão para contingências	(251)	(0,66)
Impostos e contribuições a recolher	(47)	(0,12)
Custódia	(22)	(0,06)
Rating	(36)	(0,09)
Outros	(1)	(0,00)
Patrimônio líquido	37.953	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria
Exclus 1 - (CNPJ: 07.399.686/0001-32)**

(Administração pela Gestora Corretora de Câmbio, Título e Valores
Mobiliários S.A. - CNPJ: 20.918.148/0001-70)

Demonstrações das evoluções do patrimônio líquido

Exercícios findos em 30 de abril de 2009 e 2008

(em milhares de reais, salvo indicação em contrário)

	2009	2008
Patrimônio líquido ao início do exercício		
Classe comum (I) - F distribuído 15.000 cotas a R\$ 13,350/15.000	9.980	-
Classe comum (II) - F distribuído 15.000 cotas a R\$ 12,266/15.000	9.957	-
Classe comum (III) - F distribuído 15.000 cotas a R\$ 11,371/15.000	16.949	-
Classe comum (IV) - F distribuído 15.000 cotas a R\$ 10,466/15.000	9.798	-
Classe comum (V) - F distribuído 15.000 cotas a R\$ 9,560/15.000	9.811	-
Classe subordinada (VI) - F distribuído 15.000 cotas a R\$ 8,655/15.000	11.975	-
Classe comum (I) - F distribuído 15.000 cotas a R\$ 17,911/15.000	-	9.899
Classe comum (II) - F distribuído 15.000 cotas a R\$ 16,966/15.000	-	2.740
Classe comum (III) - F distribuído 15.000 cotas a R\$ 15,971/15.000	-	1.879
Classe comum (IV) - F distribuído 15.000 cotas a R\$ 14,976/15.000	-	1.188
Classe subordinada (VI) - F distribuído 15.000 cotas a R\$ 13,981/15.000	-	16.675
Classe subordinada (VII) - F distribuído 15.000 cotas a R\$ 12,986/15.000	-	2.097
Entre exercícios		
Classe comum (I) - F distribuído 15.000 cotas	7.499	-
Classe comum (II) - F distribuído 15.000 cotas	1.704	-
Classe subordinada (VI) - F distribuído 15.000 cotas	11.975	-
Classe comum (I) - F distribuído 15.000 cotas	-	1.246
Classe comum (II) - F distribuído 15.000 cotas	-	11.057
Classe comum (III) - F distribuído 15.000 cotas	-	1.798
Classe comum (IV) - F distribuído 15.000 cotas	-	1.188
Resultado do exercício		
Classe comum (I) - F distribuído	12.718	-
Classe comum (II) - F distribuído	14.808	-
Classe comum (III) - F distribuído	17.816	-
Classe subordinada (VI) - F distribuído	11.975	-
Classe comum (I) - F distribuído	-	9.875
Classe subordinada (VII) - F distribuído	-	2.863
Resgate de cotas		
Classe comum (I) - F distribuído 15.000 cotas	(2.961)	-
Classe comum (II) - F distribuído 15.000 cotas	(9.499)	-
Classe comum (III) - F distribuído 15.000 cotas	-	(9.798)
Classe comum (IV) - F distribuído 15.000 cotas	-	(9.811)
Classe subordinada (VI) - F distribuído 15.000 cotas	-	(11.975)
Exercício do resgate de cotas		
Classe comum (I) - F distribuído	(2.961)	-
Classe comum (II) - F distribuído	(14.808)	-
Classe comum (III) - F distribuído	-	(9.798)
Classe comum (IV) - F distribuído	-	(9.811)
Classe subordinada (VI) - F distribuído	-	(11.975)
Patrimônio líquido antes do resultado do exercício		
	27.121	27.121
Resultado do exercício		
	31.097	31.094
Resgate		
Resgate em operações de cotas	11.944	9.125
Resgate de cotas em operações de cotas	114	8
Resgate de cotas e valores mobiliários	1.817	815
Resgate em operações de cotas	464	-
Resgate de cotas em operações de cotas	-	1.395
Resgate		
Resgate em operações de cotas	(11.944)	(9.125)
Resgate de cotas em operações de cotas	(114)	(8)
Resgate de cotas e valores mobiliários	(1.817)	(815)
Resgate em operações de cotas	(464)	-
Resgate de cotas em operações de cotas	-	(1.395)
Resultado do exercício		
	31.097	31.094
Patrimônio líquido ao final do exercício		
	58.218	58.215
Classe comum (I) - F distribuído 30.000 cotas a R\$ 19,406/30.000	11.841	-
Classe comum (II) - F distribuído 30.000 cotas a R\$ 18,576/30.000	11.995	-
Classe comum (III) - F distribuído 30.000 cotas a R\$ 17,746/30.000	26.969	-
Classe comum (IV) - F distribuído 30.000 cotas a R\$ 16,916/30.000	12.517	-
Classe subordinada (VI) - F distribuído 30.000 cotas a R\$ 16,086/30.000	19.895	-
Classe comum (I) - F distribuído 30.000 cotas a R\$ 21,231/30.000	-	12.880
Classe comum (II) - F distribuído 30.000 cotas a R\$ 20,401/30.000	-	4.197
Classe comum (III) - F distribuído 30.000 cotas a R\$ 19,571/30.000	-	10.748
Classe comum (IV) - F distribuído 30.000 cotas a R\$ 18,741/30.000	-	4.798
Classe comum (V) - F distribuído 30.000 cotas a R\$ 17,911/30.000	-	1.811
Classe subordinada (VI) - F distribuído 30.000 cotas a R\$ 17,081/30.000	-	16.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 30 de abril de 2009 e 2008

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I iniciou suas atividades em 22 de junho de 2005 e foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, a partir da 1ª data de emissão de cotas.

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros.

Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo são originados, preponderantemente, por operações de natureza industrial, facultado à Administradora destinar o que exceder à parcela preponderante do patrimônio líquido do Fundo à aquisição de Direitos de Créditos originados por operações comerciais e de prestação de serviços.

O Fundo poderá, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos de Créditos em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em (i) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil - BACEN; (ii) certificado e recibos de depósito bancário de emissão de instituições financeiras que contêm classificação de baixo risco de crédito por agências classificadoras de risco autorizadas a atuar no país; e/ou (iii) fundos mútuos de investimento de renda fixa de perfil conservador que sejam administrados por instituições financeiras que contêm classificação de baixo risco de crédito por agências classificadoras de risco autorizadas a atuar no país, até o limite de 10% do Patrimônio Líquido.

Os Direitos de Crédito cedidos e transferidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e da Política de Concessão de Crédito compreendem os Direitos de Crédito identificados em cada Termo de Cessão, representados por duplicatas e cheques, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

O Fundo não poderá realizar aplicações em direitos creditórios da instituição administradora e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

A atividade de gestão da carteira do Fundo ficará a cargo da SRM Consultoria e Administração de Recursos e Finanças Ltda.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Cedente, da Administradora, do Custodiante ou de suas partes relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, a política de investimento coloca em risco o patrimônio deste, pelas características dos ativos que o compõem os quais o sujeitam às oscilações do mercado e aos riscos de crédito inerente a tais investimentos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido.

2 Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e por demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. *Aplicações interfinanceiras de liquidez*

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

b. Títulos públicos

Os títulos públicos integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação dos títulos - Nota 4.

c. Direitos creditórios a receber

i. Direitos creditórios a vencer

São avaliados pelo seu valor de aquisição, e acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério *pro rata temporis*. A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

ii. Direitos creditórios vencidos e não pagos

Estão integralmente registrados pelo valor contratado, acrescido dos rendimentos até a data do seu vencimento.

iii. Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)

A metodologia utilizada pelo Fundo está expressa nos artigos 60 e 61 do Regulamento do Fundo. De acordo com o artigo 61 do Regulamento do Fundo, as perdas e provisões relacionadas aos direitos de crédito adquiridos e que se encontrem vencidos e não pagos serão suportados única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução CMN nº 2.682.

Adicionalmente, o Fundo realiza a provisão para todos os créditos a vencer na razão de 0,5% (meio por cento), constituindo assim, uma reserva de provisão de 0,5% (meio por cento) sobre o total de direitos creditórios a vencer.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

A provisão para devedores duvidosos feita pelo Fundo atinge ainda os demais direitos de créditos do mesmo devedor inadimplente, ou seja, estabelece-se um valor adicional de provisão, mesmo que ainda não conhecidas, por se referirem a direitos de crédito a vencer, mas comuns ao mesmo devedor, ocorrendo, assim, o chamado "efeito vagão".

4 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias específicas de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

- i. **Títulos para negociação** - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado;
- ii. **Títulos mantidos até o vencimento** - Incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

a. Composição da carteira

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira e suas respectivas faixas de vencimento estão assim classificados:

Títulos para negociação	R\$ mil			Faixas de vencimento
	Curva	Valor de mercado	Resultado	
Títulos de emissão do Tesouro Nacional:				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	29	29	=	Após 1 ano
Total dos títulos para negociação	29	29	=	

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

b. Títulos de renda fixa

- **Pós-fixados** - É utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANDIMA).

5 Instrumentos financeiros derivativos

O Fundo poderá realizar operações em mercados de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

Nos exercícios findos em 30 de abril de 2009 e 2008, o Fundo não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6 Rating

O Fundo é avaliado trimestralmente por empresa de rating especializada, conforme detalhado no prospecto, tendo sido contratada para avaliação *Standard & Poors*, que atribuiu o rating brAAF em 27 de outubro de 2008, na sua escala nacional às cotas seniores (10ª série).

7 Direitos creditórios

Os Direitos Creditórios são representados por duplicatas, cheques, notas promissórias e Cédulas de Crédito Bancário - CCBs. Será destinada a parcela de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo à aquisição de Direitos de Crédito com lastro em operações do segmento econômico industrial, que serão originados conforme a atividade específica de cada uma das cedentes, nos termos das operações realizadas com seus respectivos devedores. A parcela excedente a 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo poderá ser destinada à aquisição de Direitos de Crédito com lastro em operações dos segmentos econômicos comerciais e de prestação de serviços, em ambos os casos, serão originados conforme a atividade específica de cada uma das Cedentes, nos termos das operações realizadas com suas respectivas contrapartes.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

a. Critérios de elegibilidade

O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição e pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade:

- I. Devem ser Direitos de Crédito originados por empresas com sede no país (independentemente de terem como sócios diretos ou indiretos pessoas físicas ou jurídicas sediadas no exterior), que atuem nos setores industrial, comercial ou de prestação de serviços no Brasil.
- II. Os devedores dos Direitos de Crédito devem ser pessoas físicas ou jurídicas inscritas, respectivamente, no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.
- III. Os prazos de vencimentos dos Direitos de Crédito devem ser de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da formalização da respectiva cessão.
- IV. Não se enquadrarem nas especificações do Artigo 40, da Instrução CVM 356.

b. Composição da Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)

Contratos	Parcelas			PDD	PDD
	A vencer	Vencidos	Total	%	Valor
A vencer e vencidos até 14 dias	28.674	3.340	32.014	0,3	309
Vencido entre 15 e 30 dias	741	1.336	2.077	1	21
Vencido entre 31 e 60 dias	1.086	488	1.574	3	47
Vencido entre 61 e 90 dias	147	634	781	10	78
Vencido entre 91 e 120 dias	100	742	842	30	252
Vencido entre 121 e 150 dias	12	769	781	50	390
Vencido entre 151 e 180 dias	51	1.987	2.038	70	1.426
Superior a 180 dias	32	606	638	100	638
	<u>30.843</u>	<u>9.001</u>	<u>40.744</u>		<u>3.012</u>

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

c. Movimentação da Provisão para Devedores Duvidosos

Saldo inicial - R\$ 1.322
Constituições (líquidas de reversões) - R\$ 1.690
Saldo final - 3.012

8 Gerenciamento de riscos

Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Cotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Cotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora deverá instruir o Custodiante a constituir uma Reserva de Amortização para pagamento das amortizações e resgates das cotas (a "Reserva de Amortização"). Para tanto, a Administradora e o Gestor deverão condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento do cronograma descrito abaixo.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

A tabela abaixo mostra os valores que deverão compor a Reserva de Amortização (em percentual sobre o valor estimado das amortizações e resgates), conforme o número de dias a decorrer até as próximas Datas de Amortização e Resgates:

Número de dias corridos antes das Datas de Amortização ou da Data de Resgate	Percentual do valor futuro estimado das respectivas amortizações e resgates
45	50%
20	100%

A Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos acima, quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos outros ativos que integram a Reserva de Amortização, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma acima.

A Administradora deverá manter no mínimo 1% do Patrimônio Líquido do Fundo alocado em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN; e operações compromissadas lastreadas nos referidos títulos ("Reserva de Liquidez").

9 Valorização das cotas do Fundo

As Cotas do Fundo podem ser seniores ou subordinadas, correspondem a frações ideais de seu patrimônio e não serão resgatáveis.

As cotas seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- Prioridade de amortização e/ou resgate em relação às cotas subordinadas;
- Valor Unitário de Emissão a ser fixado no respectivo Suplemento de Emissão;
- Valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate;

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

- d. Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada cota sênior corresponderá 1 (um) voto.
- e. Direito de preferência na aquisição de novas Quotas Seniores a serem emitidas.

O valor total das cotas seniores é equivalente ao somatório do valor das cotas seniores de cada série, ou o produto da divisão do patrimônio líquido pelo número de cotas seniores, dos dois o menor.

	Valor de sobretaxa do CDI - %
Cotas seniores II	100
6ª distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 2ª série	Taxa média do CDI acrescido de 2% ao ano
7ª distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 2ª série	Taxa média do CDI acrescido de 2% ao ano
8ª distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 2ª série	Taxa média do CDI acrescido de 2% ao ano
10ª distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 2ª série	125

As cotas subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a. Subordinam-se às cotas seniores para efeito de amortização e resgate;
- b. Somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das cotas seniores em circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito;

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

- c. Valor unitário de emissão de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª emissão de cotas subordinadas, sendo as cotas subordinadas emitidas posteriormente terão seu valor unitário de emissão conforme definido no regulamento do fundo (vide nota 10).
- d. Valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate;
- e. Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada cota subordinada corresponderá 1 (um) voto.

10 Emissões, resgates e amortizações de cotas

a. Emissão

As cotas seniores e as cotas subordinadas são emitidas por seu valor na data em que os recursos são colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo, por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

b. Resgate de cotas

Em 29 de abril de 2009 as cotas seniores II - 3ª distribuição foram resgatadas em sua totalidade.

Em 29 de janeiro de 2009 as cotas seniores II - 9ª distribuição foram resgatadas em sua totalidade.

Data	Classe/Série	R\$ mil
29/04/2009	Sênior II - 3ª distribuição	1.299
29/01/2009	Sênior II - 9ª distribuição	2.748

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

c. Amortização de cotas

O Fundo poderá realizar amortizações programadas de qualquer série de cotas seniores a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento. Desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, a Assembleia Geral poderá determinar alterações nas amortizações programadas de uma ou mais séries específicas de cotas seniores em circulação, nas datas e valores a serem estipulados na referida Assembleia Geral.

Caso a data de pagamento dos valores devidos aos cotistas não seja um dia útil, a Administradora efetuará o pagamento no dia útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

d. Quadro de amortização

Classe/Série	Data de amortização	Total amortizado
Sênior II - 3ª distribuição	27/06/2008	314
	30/07/2008	637
	28/08/2008	<u>962</u>
		<u>1.914</u>
Sênior II - 5ª distribuição	27/11/2008	1.105
	29/12/2008	1.119
	29/01/2009	1.133
	26/02/2009	1.144
	30/03/2009	1.158
	29/04/2009	<u>1.169</u>
		<u>6.828</u>
Sênior II - 9ª distribuição	29/12/2008	2.714
		<u>2.714</u>

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Classe/Série	Data de amortização	Total amortizado
Subordinada	07/05/2008	246
	20/05/2008	139
	27/05/2008	137
	05/06/2008	245
	11/06/2008	172
	20/06/2008	138
	24/06/2008	242
	04/07/2008	558
	24/07/2008	165
	08/08/2008	229
	20/08/2008	210
	02/03/2009	2.150
	10/09/2008	190
	11/09/2008	63
	26/09/2008	190
	02/10/2008	1.350
	06/10/2008	400
	14/10/2008	133
	24/10/2008	200
	31/10/2008	105
	04/11/2008	665
	01/12/2008	1.680
	02/01/2009	1.300
	02/02/2009	1.060
	01/04/2009	690
	02/04/2009	<u>690</u>
		<u>13.139</u>
		<u>24.795</u>

e. Relação das cotas sênior

Desde a 1ª data de emissão de cotas seniores até a última data de resgate, a Administradora verificará, todo dia útil se a razão de garantia (relação entre o valor do patrimônio líquido e o valor total das quotas seniores do Fundo) é igual ou superior a 150%.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

A partir do dia 26 de fevereiro de 2010 ("Data do Primeiro Rebaixamento da Razão de Garantia"), até a data de resgate das Cotas Seniores da 10ª Emissão, a Administradora verificará, todo dia útil se a Razão de Garantia é igual ou superior a 137%.

Após a data de resgate das Cotas Seniores da 10ª Emissão ("Data do Segundo Rebaixamento da Razão de Garantia"), até a última Data de Resgate das Cotas Seniores, a Administradora verificará, todo dia útil se a Razão de Garantia é igual ou superior a 125%.

Caso a razão de garantia seja inferior às razões de garantia definidas, a Administradora deverá comunicar os titulares de cotas subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à razão de garantia, mediante a emissão e subscrição de novas cotas subordinadas.

Caso a razão de garantia seja superior a 150%, a Administradora poderá realizar a amortização parcial das cotas subordinadas, até o limite de excesso de cobertura, mediante solicitação dos respectivos cotistas, desde que não tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de liquidação.

11 Negociação de cotas

As cotas seniores são registradas para a negociação em bolsa de valores, sistema de balcão organizado, ou no SomaFix e/ou BovespaFix e na CETIP, observado que: (i) os cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas cotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das cotas sejam Investidores Qualificados.

12 Custódia

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil. Os títulos representativos dos direitos creditórios são custodiados na empresa SRM Consultoria e Cobrança Ltda. que foi contratada como fiel depositária da documentação relativa aos direitos creditórios.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

13 Encargos do Fundo

Taxa de administração

Pela administração e gestão do Fundo, a Administradora receberá taxa de administração mensal, sendo calculada e provisionada todo dia útil, conforme a seguinte fórmula:

$$TA = ((tx/252)/100) \times PL(D-1)$$

Onde:

TA: Taxa de Administração

Tx: 0,5% (meio por cento)

PL(D-1): Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil imediatamente anterior à data de pagamento. O valor mínimo da taxa de administração será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao mês. A taxa de Administração será paga no quinto dia útil do mês subsequente à sua apuração e provisionamento.

14 Provisão para contingências

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria - Exodus I é parte passiva em ações judiciais, em 30 de abril de 2009, perante vários tribunais envolvendo questões de reparação de danos na esfera cível, decorrentes do curso normal das operações de Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, sendo originados preponderantemente, por operações de natureza industrial, podendo adquirir operações de Direitos Creditórios oriundos de prestação de serviços e comerciais.

Com base na opinião de seus advogados, a administração do Fundo decidiu provisionar R\$251 mil para a data-base 30 de abril de 2009, utilizando como base o valor de R\$5 mil por causa, a título de indenização por danos morais, e o valor dos honorários advocatícios calculado em 10% do valor de cada causa.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

15 Evolução do valor da cota e rentabilidade

	Data	Cota (R\$)	Rentabilidade (%)
2ª série 6ª - distribuição	30/04/2009	59.204,428353	14,92
	30/04/2008	51.517,861253	3,04
	31/01/2008	50.000,000000	-
2ª série 7ª - distribuição	30/04/2009	58.678,848824	14,92
	30/04/2008	51.060,518235	2,12
	28/02/2008	50.000,000000	-
2ª série 8ª - distribuição	30/04/2009	58.128,498000	14,92
	30/04/2008	50.581,620000	1,16
	27/03/2008	50.000,000000	-
2ª série 10ª - distribuição	30/04/2009	100.785,998208	0,79
	07/04/2009	100.0000,000000	-
Subordinada	30/04/2009	52.756,635098	102,63(*)
	30/04/2008	69.951,083363	58,79(*)
	30/04/2007	75.514,434937	75,83
	30/04/2006	48.091,874722	92,37
	22/06/2005	25.000,000000	-

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

(*) Para efeito do percentual da rentabilidade foram incluídos as amortizações do exercício apresentadas na nota 10d, representando o efetivo resultado auferido pelos cotistas.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

16 Tributação

Os rendimentos auferidos serão tributados pelas regras abaixo:

- Seguindo a expectativa da Administradora e do Gestor de manter a carteira do Fundo, exceto direitos creditórios, com prazo médio superior a trezentos e sessenta e cinco dias, calculado conforme metodologia regulamentada pela Secretaria da Receita Federal, os rendimentos auferidos estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas, entre a data de aplicação e a data de amortização/resgate:

- i. 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- ii. 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
- iii. 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias;
- iv. 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

17 Contrato de prestação de serviço de controladoria e custódia

A Administradora contratou o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão para prestar serviços de tesouraria, custódia, escrituração de cotas e controle de ativos e passivos relativos a este Fundo, de acordo com as normas legais e regulamentares.

18 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, registre-se que a Administradora, no período, não contratou outros serviços prestados pelos seus auditores independentes relacionados aos fundos de investimento por ela administrados. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
da Indústria Exodus I**

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e
Valores Mobiliários S.A.)

Demonstrações financeiras
em 30 de abril de 2008 e 2007



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores
Mobiliários S.A.)

Demonstrações financeiras

em 30 de abril de 2008 e 2007

Conteúdo

Parecer dos auditores independentes	3
Demonstração da composição e diversificação das aplicações	4
Demonstrações das evoluções do patrimônio líquido	5
Notas explicativas às demonstrações financeiras	6 - 22



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Pires de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-670 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel: 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional: 55 (11) 2183-3001
Internacional: 55 (11) 2183-3034
Internet: www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Aos
Cotistas e à Administradora do
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
São Paulo - SP

Examinamos a demonstração da composição e diversificação das aplicações do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I em 30 de abril de 2008 e as demonstrações das evoluções do patrimônio líquido, correspondentes aos exercícios findos em 30 de abril de 2008 e 2007, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Fundo; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I em 30 de abril de 2008 e as mutações de seu patrimônio líquido, correspondentes aos exercícios findos em 30 de abril de 2008 e 2007, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 27 de junho de 2008

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Ricardo Aghesini Souza
Contador CRC 1SP152233/O-6

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstração da composição e diversificação das aplicações em 30 de abril de 2008

(Em milhares de Reais)

Aplicações/especificação	Valor atual	% sobre patrimônio líquido
Disponibilidades	<u>292</u>	<u>0,82</u>
Banco conta movimento	292	0,82
Títulos públicos	<u>29</u>	<u>0,08</u>
Notas do Tesouro Nacional - Série B	29	0,08
Títulos privados	<u>1.010</u>	<u>2,82</u>
Certificado de Depósito Bancário		
Banco Paulista S.A.	96	0,27
Banco Schahin S.A.	914	2,55
Direitos creditórios	<u>34.712</u>	<u>96,92</u>
Direitos creditórios a vencer	30.148	84,18
Direitos creditórios vencidos	5.886	16,43
(-) Provisão para devedores duvidosos	(1.322)	(3,69)
Valores a pagar	<u>(228)</u>	<u>(0,64)</u>
Taxa de administração	(15)	(0,04)
Outros	(213)	(0,60)
Patrimônio líquido	<u>35.815</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 30 de abril de 2008 e 2007

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I iniciou suas atividades em 22 de junho de 2005 e foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, a partir da 1ª data de emissão de cotas.

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros.

Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo são originados, preponderantemente, por operações de natureza industrial, facultado à Administradora destinar o que exceder à parcela preponderante do patrimônio líquido do Fundo à aquisição de Direitos de Créditos originados por operações comerciais e de prestação de serviços.

O Fundo poderá, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos de Créditos em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em (i) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN; (ii) certificado e recibos de depósito bancário de emissão de instituições financeiras que contêm com classificação de baixo risco de crédito por agências classificadoras de risco autorizadas a atuar no país; e/ou (iii) fundos mútuos de investimento de renda fixa de perfil conservador que sejam administrados por instituições financeiras que contêm com classificação de baixo risco de crédito por agências classificadoras de risco autorizadas a atuar no país, até o limite de 10% do Patrimônio Líquido.

O Fundo não poderá realizar aplicações em direitos creditórios da instituição administradora e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Cedente, da Administradora, do Custodiante ou de suas partes relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, a política de investimento coloca em risco o patrimônio deste, pelas características dos ativos que o compõem os quais o sujeitam às oscilações do mercado e aos riscos de crédito inerente a tais investimentos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido.

2 Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e por demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. *Títulos públicos*

Os títulos públicos integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação dos títulos - Nota 4.

b. *Títulos privados*

Os títulos privados integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

c. *Direitos creditórios a receber*

i. *Direitos creditórios a vencer*

São avaliados pelo seu valor de aquisição, e acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério *pro rata temporis*. A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

ii. *Direitos creditórios vencidos e não pagos*

Estão integralmente registrados pelo valor contratado, acrescido dos rendimentos até a data do seu vencimento.

iii. *Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)*

Os Direitos Creditórios são classificados de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2682/99 do Banco Central do Brasil, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações.

O Fundo considera como perda todos os direitos creditórios em atraso superior a 180 dias. Nesses casos, efetua a provisão da integralidade dos valores devidos e não pagos ao fundo.

Caso os créditos inadimplentes sejam de alguma forma, recuperados após o provisionamento, estes são destinados exclusivamente e integralmente ao Fundo sendo revertida a provisão anteriormente constituída.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

4 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias específicas de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

- i. **Títulos para negociação** - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado;
- ii. **Títulos mantidos até o vencimento** - Incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

a. Composição da carteira

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira e suas respectivas faixas de vencimento estão assim classificados:

	R\$ mil			Faixas de vencimento
	Curva	Valor de mercado	Resultado	
Títulos para negociação				
Títulos de emissão do Tesouro Nacional:				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	29	29	-	Após 1 ano
Total dos títulos para negociação	29	29	-	

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

O Fundo mantém, em sua carteira títulos privados (CDB), atualizados pela variação do certificado de depósito interbancário (CDI) classificados como títulos para negociação, no valor total de R\$ 1.010 mil com vencimento após 1 ano.

b. Títulos de renda fixa

- **Pós-fixados** - É utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANDIMA).

5 Instrumentos financeiros derivativos

O Fundo poderá realizar operações em mercados de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas. No exercício findo em 30 de abril de 2008 o Fundo não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6 Rating

O Fundo é avaliado trimestralmente por empresa de rating especializada, conforme detalhado no prospecto, tendo sido contratada para avaliação Austin Rating, que atribuiu o rating AA- ("duplo A menos) em 26 de fevereiro de 2008, na sua escala nacional às cotas seniores.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

7 Direitos creditórios

Os Direitos Creditórios são representados por duplicatas, cheques, notas promissórias e Cédulas de Crédito Bancário - CCBs. Será destinada a parcela de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo à aquisição de Direitos de Crédito com lastro em operações do segmento econômico industrial, que serão originados conforme a atividade específica de cada uma das cedentes, nos termos das operações realizadas com seus respectivos devedores. A parcela excedente a 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo poderá ser destinada à aquisição de Direitos de Crédito com lastro em operações dos segmentos econômicos comerciais e de prestação de serviços, em ambos os casos, serão originados conforme a atividade específica de cada uma das Cedentes, nos termos das operações realizadas com suas respectivas contrapartes.

a. Critérios de elegibilidade

O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição e pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade:

- I. Devem ser Direitos de Crédito originados por empresas com sede no país (independentemente de terem como sócios diretos ou indiretos pessoas físicas ou jurídicas sediadas no exterior), que atuem nos setores industrial, comercial ou de prestação de serviços no Brasil.
- II. Os devedores dos Direitos de Crédito devem ser pessoas físicas ou jurídicas inscritas, respectivamente, no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.
- III. Os prazos de vencimentos dos Direitos de Crédito devem ser de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da formalização da respectiva cessão.
- IV. Não se enquadrarem nas especificações do Artigo 40, da Instrução CVM 356.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

b. Composição da Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)

Contratos	Parcelas			PDD	PDD
	A vencer	Vencidos	Total	%	valor
A vencer e vencidos até 14 dias	27.286	2.257	29.543	0,3	148
Vencido entre 15 e 30 dias	887	1.184	2.071	1	21
Vencido entre 31 e 60 dias	1.658	494	2.152	3	64
Vencido entre 61 e 90 dias	40	506	546	10	35
Vencido entre 91 e 120 dias	96	476	572	30	172
Vencido entre 121 e 150 dias	14	170	184	50	92
Vencido entre 151 e 180 dias	167	487	654	70	438
Superior a 180 dias	—	312	312	100	312
	20.148	5.886	26.034		1.322

8 Gerenciamento de riscos

O Fundo deve aplicar preponderantemente em direitos creditórios, no entanto, pela sua própria natureza, a aplicação em direitos creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimentos. Assim, caso seja necessária a venda dos direitos creditórios, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio. Além disso, para o recebimento dos recursos oriundos dos direitos creditórios, depende-se da solvência dos devedores, que poderá ser afetada pelo desempenho da economia.

Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos cotistas, hipóteses em que as Cedentes, a Administradora, o Custodiante não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelo cotista quando da amortização ou resgate de suas cotas.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

9 Valorização das cotas do Fundo

As Cotas do Fundo podem ser seniores ou subordinadas, correspondem a frações ideais de seu patrimônio e não serão resgatáveis.

As cotas seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- Prioridade de amortização e/ou resgate em relação às cotas subordinadas;
- Valor Unitário de Emissão a ser fixado no respectivo Suplemento de Emissão;
- Valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate;
- Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada cota sénior corresponderá 1 (um) voto.

O valor total das cotas seniores é equivalente ao somatório do valor das cotas seniores de cada série, ou o produto da divisão do patrimônio líquido pelo número de cotas seniores, dos dois o menor.

	Valor de sobretaxa do CDI - %
Cotas seniores I	100%
Cotas seniores II	100%
Cotas seniores III	110%
2ª distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 1ª série	110%
2ª distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 2ª série	115%
3ª distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 2ª série	108%
4ª distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 2ª série	115%
5ª distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 2ª série	Taxa média do CDI acrescido de 2% ao ano

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

	Valor de sobretaxa do CDI - %
6ª distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 2ª série	Taxa média do CDI acrescido de 2% ao ano
7ª distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 2ª série	Taxa média do CDI acrescido de 2% ao ano
8ª distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 2ª série	Taxa média do CDI acrescido de 2% ao ano

As cotas subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- Subordinam-se às cotas seniores para efeito de amortização e resgate;
- Somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das cotas seniores em circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito;
- Valor unitário de emissão de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) na 1ª emissão de cotas subordinadas, sendo as cotas subordinadas emitidas posteriormente terão seu valor unitário de emissão conforme regulamento;
- Valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate;
- Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada cota subordinada corresponderá 1 (um) voto.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

10 Emissões e resgate de cotas

a. Emissão

As cotas seniores e as cotas subordinadas são emitidas por seu valor na data em que os recursos são colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo (valor da cota de abertura de D+0), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

b. Resgate de cotas

Em 13 de julho de 2007 as cotas subordinada B foram resgatadas em sua totalidade.

Em 15 de fevereiro de 2008 as cotas seniores II - 2ª distribuição foram resgatadas em sua totalidade.

Em 29 de abril de 2008 as cotas seniores II - 4ª distribuição foram resgatadas em sua totalidade.

c. Resgate de cotas

Data	Classe/Série	RS mil	Quantidade
13/07/2007	Subordinada B	2.065	27,000
15/02/2008	Sênior II - 2ª distribuição	4.964	93,891
29/04/2008	Sênior II - 4ª distribuição	610	10,000

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

d. Amortização de cotas

O Fundo poderá realizar amortizações programadas de qualquer série de cotas seniores a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento. Desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, a Assembleia Geral poderá determinar alterações nas amortizações programadas de uma ou mais séries específicas de cotas seniores em circulação, nas datas e valores a serem estipulados na referida Assembleia Geral.

Caso a data de pagamento dos valores devidos aos cotistas não seja um dia útil, a Administradora efetuará o pagamento no dia útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

e. Quadro de amortização

Classe/Série	Data de amortização	Total amortizado
Sênior II - 4ª distribuição	31/10/2007	575
		575
Subordinada	08/05/2007	36
	08/06/2007	75
	14/06/2007	75
	05/07/2007	62
	06/07/2007	87
	06/08/2007	110
	10/08/2007	98
	05/09/2007	37
	06/09/2007	98
	10/09/2007	37
	18/09/2007	2.600
	05/10/2007	37

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Classe/Série	Data de amortização	Total amortizado
	10/10/2007	69
	22/10/2007	103
	01/11/2007	44
	07/11/2007	122
	12/11/2007	61
	19/11/2007	86
	22/11/2007	49
	26/11/2007	30
	29/11/2007	61
	06/12/2007	87
	24/12/2007	295
	07/01/2008	345
	28/01/2008	122
	07/02/2008	147
	19/02/2008	171
	06/03/2008	135
	18/03/2008	233
	27/03/2008	111
	04/04/2008	196
	08/04/2008	1.530
	11/04/2008	147
	22/04/2008	74
	29/04/2008	<u>294</u>
		<u>7.864</u>

f. Relação das cotas sênior

Desde a 1ª data de emissão de cotas seniores até a última data de resgate, a Administradora verificará, todo dia útil se a razão de garantia (relação entre o valor do patrimônio líquido e o valor total das quotas seniores do Fundo) é igual ou superior a 150%.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Caso a razão de garantia seja inferior a 150%, a Administradora deverá comunicar os titulares de cotas subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à razão de garantia, mediante a emissão e subscrição de novas cotas subordinadas.

Caso a razão de garantia seja superior a 150%, a Administradora poderá realizar a amortização parcial das cotas subordinadas, até o limite de excesso de cobertura, mediante solicitação dos respectivos cotistas, desde que não tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de liquidação.

11 Negociação de cotas

As cotas seniores são registradas para a negociação em bolsa de valores observado que: (i) os cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas cotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das cotas sejam Investidores Qualificados.

12 Custódia

Os títulos públicos e as operações compromissadas estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil, os títulos privados estão registrados na CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação. Os títulos representativos dos direitos creditórios são custodiados na empresa SRM Consultoria e Cobrança Ltda. que foi contratada como fiel depositária da documentação relativa aos direitos creditórios.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

13 Encargos do Fundo

Taxa de administração

Pela administração e gestão do Fundo, a Administradora receberá taxa de administração mensal, sendo calculada e provisionada todo dia útil, conforme a seguinte fórmula:

$$TA = ((tx/252)/100) \times PL(D-1)$$

Onde:

TA: Taxa de Administração

Tx: 0,5% (meio por cento)

PL(D-1): Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil imediatamente anterior à data de pagamento. O valor mínimo mensal da taxa de administração será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao mês. A taxa de Administração será paga no quinto dia útil do mês subsequente à sua apuração e provisionamento.

14 Contingências passivas

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria - Exodus I é parte passiva em 41 ações judiciais, em 30 de abril de 2008, perante vários tribunais envolvendo questões de reparação de danos na esfera cível, decorrentes do curso normal das operações de Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, sendo originados preponderantemente, por operações de natureza industrial, podendo adquirir operações de Direitos Creditórios oriundos de prestação de serviços e comerciais.

O Fundo, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes em 30 de abril de 2008, apresenta a seguinte situação:

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Classificação de passivo contingente	Risco estimado	% sobre os ativos
Provável	R\$ 179 mil	0,50%
Possível	R\$ 8 mil	0,02%
Remoto	R\$ 3 mil	0,01%

Os passivos contingentes apresentados acima não estão provisionados na data base de 30 de abril de 2008.

15 Evolução do valor da cota e rentabilidade

	Data	Cota (R\$)	Rentabilidade (%)
1ª série	30/03/2007	32.513,367500	12,71
	30/04/2006	28.846,888750	15,39
	22/06/2005	25.000,000000	-
1ª série - 2ª distribuição	29/03/2007	7.700,922853	13,86
	30/04/2006	40.528,580027	1,32
	29/03/2006	40.000,000000	-
2ª série	30/03/2007	32.189,801395	12,71
	30/04/2006	28.559,802904	14,24
	12/07/2005	25.000,000000	-
2ª série 2ª - distribuição	15/02/2008	52.864,562538	10,33
	30/04/2007	47.915,310109	15,99
	30/04/2006	41.308,322053	3,27
	17/02/2006	40.000,000000	-
2ª série 3ª - distribuição	30/04/2008	123.293,776000	12,24
	30/04/2007	109.848,710000	9,85
	15/08/2006	100.000,000000	-

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

	Data	Cota (R\$)	Rentabilidade (%)
2ª série 4ª - distribuição	29/04/2008	60.961,746000	12,97 (*)
	30/04/2007	107.925,958000	7,93
	10/10/2006	100.000,000000	-
2ª série 5ª - distribuição	30/04/2008	61.068,061339	13,49
	30/04/2007	53.808,361448	7,62
	19/10/2006	50.000,000000	-
2ª série 6ª - distribuição	30/04/2008	51.517,861253	3,04
	31/01/2008	50.000,000000	-
2ª série 7ª - distribuição	30/04/2008	51.060,518235	2,12
	28/02/2008	50.000,000000	-
2ª série 8ª - distribuição	30/04/2008	50.581,620000	1,16
	27/03/2008	50.000,000000	-
3ª série	30/03/2007	32.474,078201	14,07
	30/04/2006	28.469,438957	13,88
	10/08/2005	25.000,000000	-
Subordinada	30/04/2008	69.951,083363	58,79 (*)
	30/04/2007	75.514,434937	75,83
	30/04/2006	48.091,874722	92,37
	22/06/2005	25.000,000000	-
Subordinada B	13/07/2007	76.500,000000	(1,22)
	30/04/2007	77.446,261111	3,26
	03/04/2007	75.000,000000	-

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados.

(*) Para efeito do percentual da rentabilidade foram incluídos as amortizações do exercício apresentadas na nota 10d, representando o efetivo resultado auferido pelos cotistas.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

16 Tributação

Os rendimentos auferidos serão tributados pelas regras abaixo:

- Seguindo a expectativa da Administradora e do Gestor de manter a carteira do Fundo, exceto direitos creditórios, com prazo médio superior a trezentos e sessenta e cinco dias, calculado conforme metodologia regulamentada pela Secretaria da Receita Federal, os rendimentos auferidos estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas, entre a data de aplicação e a data de amortização/resgate:
 - i. 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
 - ii. 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
 - iii. 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias;
 - iv. 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

17 Contrato de prestação de serviço de controladoria e custódia

A Administradora contratou o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão para prestar serviços de tesouraria, custódia, escrituração de cotas e controle de ativos e passivos relativos a este Fundo, de acordo com as normas legais e regulamentares.

18 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, registre-se que a Administradora, no período, não contratou outros serviços prestados pelos seus auditores independentes relacionados aos fundos de investimento por ela administrados. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

ANEXO VI

Informações Periódicas Trimestrais relativas aos períodos encerrados em junho,
setembro e dezembro de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

São Paulo, 29 de julho de 2009.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA
EXODUS I**

CNPJ: 07.399.646/0001-32

Classificação de Risco Standard & Poor's: brAAf

RELATÓRIO TRIMESTRAL 2009

No período de abril a junho de 2009, o FIDC da Indústria Exodus I, teve seu patrimônio líquido evoluído de R\$ 38.264.446,02 (trinta e oito milhões duzentos e sessenta e quatro mil quatrocentos quarenta e seis reais e dois centavos) para R\$ 44.138.308,77 (quarenta e quatro milhões cento e trinta e oito mil trezentos e oito reais e setenta e sete centavos).

As amortizações de cotas subordinadas no período totalizaram R\$ 10.540.002,74 (dez milhões quinhentos e quarenta mil dois reais e setenta e quatro centavos) e as integralizações totalizaram R\$ 12.968.000,00 (doze milhões novecentos e sessenta e oito mil reais). As amortizações de cotas seniores da 5ª emissão totalizaram R\$ 11.690.083,16 (onze milhões seiscentos e noventa mil oitenta e três reais e dezesseis centavos).

As operações de compra de recebíveis, envolvendo Cedentes até 30/06/2009, foram realizadas em observância da política de investimentos, em especial os artigos 13 e 14 de seu Regulamento.

A Razão de Garantia ficou em 260,51% em 30/06/2009, bem acima do mínimo regulamentar.

CESSÕES DE DIREITOS CREDITÓRIOS – 31/03/2009 A 30/06/2009

O fundo realizou operações novas durante o período supracitado, utilizando uma taxa média que é compatível com o mercado para o setor

Informamos que as taxas de desconto aplicadas nas aquisições dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, oscilam de operação para operação, dificultando a sinalização de uma taxa de referência.

Abaixo, evidenciamos a quantidade de operações e os valores totais na aquisição de recebíveis.

Mês	Número de operações / mês	Total em direitos creditórios – R\$
abr-09	488	24.158.375,88
mai-09	398	20.070.471,11
jun-09	422	20.585.897,36

ATUALIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE RATING. A Standard & Poor's, em relatório de 12/06/2009, indicou a classificação do risco das quotas seniores em brAAf.

Verificação do Lastro por Amostragem

Realizada pela KPMG em 11 de maio de 2009, não apontou irregularidades. Abaixo, segue cópia da carta enviada pelo custodiante, confirmando pleno enquadramento do fundo as normas regulamentares.

Aguardamos até o presente momento atualização mais recente pelo custodiante.

Metodologia e ferramentas de auditoria para amostragem.

Admitindo um intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento), a amostra (n) selecionada será calculada mediante utilização da seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{E_e^2}$$

$$A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Sendo:

E_e = Erro Estimado

A = Tamanho da Amostra

N = População Total

n_0 = Fator Amostral

- (i.i) O erro amostral tolerável representa a diferença entre o valor que a estatística pode acusar e o verdadeiro valor do parâmetro que se deseja estimar. Portanto, o erro amostral tolerável é a margem de erro aceitável em um estudo estatístico.

(ii) Etapas

- (ii.a) Determinar o erro amostral tolerável. O erro amostral tolerável será mantido entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento), dependendo da avaliação prévia efetuada para o Fundo a ser analisado, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza do recebível; qualidade do Cedente a ser analisado; quantidade de revisões já efetuadas para determinado Fundo e seus respectivos resultados observados;
- (ii.b) Determinar o intervalo de confiança. O intervalo de confiança define os limites inferior e superior de um conjunto de valores que tem certa probabilidade de conter no seu interior o valor verdadeiro do efetivo da intervenção em estudo. Desse modo, o processo pelo qual um intervalo de confiança é de 95% (noventa e cinco por cento) é tal que ele tem 95% (noventa e cinco por cento) de probabilidade de incluir o valor real da eficácia da intervenção em estudo.


(ii.c) Determinar itens chave. Quando se planeja uma amostragem, utiliza-se o julgamento para determinar qual parte da população deve ser examinada individualmente e quais itens devem fazer parte da amostra. Os itens que não justificam a aceitação de risco de amostragem, devem ser examinados individualmente. Isso inclui itens para os quais os erros potenciais podem igualar ou exceder o erro tolerável. Alguns itens testados 100% (cem por cento) não fazem parte da população da amostragem.

(ii.d) Extração dos itens para teste. A seleção da amostra é feita por programa eletrônico, que leva em conta fatores como a representatividade dos Cedentes e dos Clientes em relação ao total da carteira do Fundo. Ademais, a cada verificação, serão analisados documentos que deram origem aos Direitos de Crédito que sejam originados de todas as empresas.

A extração da quantidade de itens para teste, indicada pelo resultado observado após aplicação da fórmula mencionada no item (i), será realizada a partir do critério de amostragem probabilística estratificada proporcional, onde primeiramente divide-se a base de dados em extratos para depois selecionar, de acordo com a representatividade de cada extrato, a amostra que será base para os testes.

(ii.e) Escopo da análise. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes; Abaixo escopo detalhado:

- Obtenção de base de dados analítica por recebível;
- Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula acima;
- Verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao fiel depositário;
- Verificação da documentação acessória representativa dos Direitos de Crédito (identificação pessoal, comprovante de residência, comprovante de entrega de mercadorias, etc.);
- Verificação do registro de gravame do bem objeto do financiamento;
- Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados; e
- Verificação das condições de guarda física da documentação comprobatória junto ao fiel depositário.

Deutsche Bank 

São Paulo, 14 de maio de 2000.

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão
Avenida República Faria Lima, 3000 -
13º, 14º e 15º andares
São Paulo - SP Brasil 04538-900

Tel 55 11 2113-5000

Tel direto 55 11 2113-5003
Fax direto 55 11 2113-5170

A
Gradual CCTVM Ltda.
Avenida Juscelino Kubitschek, 50, 8º andar
São Paulo - SP
04543-000

At: Sr. Leonardo Tertuliano

Ref: Manifestação quanto ao relatório trimestral de verificação de lastro dos direitos creditórios
FIDC da Indústria Gradual I

Prezados Senhores,

Tomando por base o "Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados" de emissão da KPMG Risk Advisory Services Ltda. ("KPMG") datado de 11 de maio de 2000, referente ao 1º trimestre do ano corrente, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, na qualidade de custodiante ("Custodiante") do FIDC da Indústria Gradual I ("Fundo"), faz as seguintes considerações:

Considerando a metodologia para verificação do lastro dos direitos creditórios definida previamente pelo Custodiante, não foram observadas inconsistências no procedimento de verificação feita dos contratos devidamente formalizados junto ao Fiel Depositário.

Atenciosamente,


DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO

Reginaldo Menezes da Costa
Deutsche Bank S.A.
Controlador

Atenciosamente,



Agostinho Renoldi Junior
Diretor

São Paulo, 28 de outubro de 2009.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA
EXODUS I**

CNPJ: 07.399.646/0001-32

Classificação de Risco Standard & Poor's: brAAf

RELATÓRIO TRIMESTRAL 2009

No período de julho a setembro de 2009, o FIDC da Indústria Exodus I, teve seu patrimônio líquido evoluído de R\$ 44.138.308,77 (quarenta e quatro milhões cento e trinta e oito mil trezentos e oito reais e setenta e sete centavos) para R\$ 76.400.540,92 (setenta e seis milhões quatrocentos mil quinhentos e quarenta reais e noventa e dois centavos).

As amortizações de cotas subordinadas no período totalizaram R\$ 10.235.000,16 (dez milhões duzentos e trinta e cinco mil reais e dezesseis centavos) e as integralizações totalizaram R\$ 7.105.000,00 (sete milhões cento e cinco mil reais). As integralizações de cotas seniores da 10ª série totalizaram R\$ 27.327.539,17 (vinte e sete milhões trezentos e vinte e sete mil quinhentos e trinta e nove reais e dezessete centavos). As integralizações de cotas Mezanino totalizaram R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).

As operações de compra de recebíveis, envolvendo Cedentes até 30/09/2009, foram realizadas em observância da política de investimentos, em especial os artigos 13 e 14 de seu Regulamento.

A Razão de Garantia ficou em 168,79% em 30/09/2009, bem acima do mínimo regulamentar.

CESSÕES DE DIREITOS CREDITÓRIOS – 30/06/2009 A 30/09/2009

O fundo realizou operações novas durante o período supracitado, utilizando uma taxa média que é compatível com o mercado para o setor

Informamos que as taxas de desconto aplicadas nas aquisições dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, oscilam de operação para operação, dificultando a sinalização de uma taxa de referência.

Abaixo, evidenciamos a quantidade de operações e os valores totais na aquisição de recebíveis.

Mês	Número de operações / mês	Total em direitos creditórios – R\$
jul-09	639	35.876.854,79
ago-09	715	37.425.017,21
set-09	612	30.459.366,72

ATUALIZAÇÃO DO RELATORIO DE RATING. A Standard & Poor's, em relatório de 12/06/2009, indicou a classificação do risco das quotas seniores em brAAf.

Verificação do Lastro por Amostragem

Realizada pela KPMG em 11 de maio de 2009, não apontou irregularidades. Abaixo, segue cópia da carta enviada pelo custodiante, confirmando pleno enquadramento do fundo as normas regulamentares.

Aguardamos até o presente momento atualização mais recente pelo custodiante.

Metodologia e ferramentas de auditoria para amostragem.

Admitindo um intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento), a amostra (n) selecionada será calculada mediante utilização da seguinte fórmula:

$$n = \frac{1}{L_e^2}$$

$$A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Sendo:

L_e = Erro Estimado
 A = Tamanho da Amostra
 N = População Total
 n_0 = Fator Amostral

- (i.i) O erro amostral tolerável representa a diferença entre o valor que a estatística pode acusar e o verdadeiro valor do parâmetro que se deseja estimar. Portanto, o erro amostral tolerável é a margem de erro aceitável em um estudo estatístico.
- (ii) Etapas
 - (ii.a) Determinar o erro amostral tolerável. O erro amostral tolerável será mantido entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento), dependendo da avaliação prévia efetuada para o Fundo a ser analisado, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza do recebível; qualidade do Cedente a ser analisado; quantidade de revisões já efetuadas para determinado Fundo e seus respectivos resultados observados;
 - (ii.b) Determinar o intervalo de confiança. O intervalo de confiança define os limites inferior e superior de um conjunto de valores que tem certa probabilidade de conter no seu interior o valor verdadeiro do efetivo da intervenção em estudo. Desse modo, o processo pelo qual um intervalo de confiança é de 95% (noventa e cinco por cento) é tal que ele tem 95% (noventa e

cinco por cento) de probabilidade de incluir o valor real da eficácia da intervenção em estudo.

- (ii.c) Determinar itens chave. Quando se planeja uma amostragem, utiliza-se o julgamento para determinar qual parte da população deve ser examinada individualmente e quais itens devem fazer parte da amostra. Os itens que não justificam a aceitação de risco de amostragem, devem ser examinados individualmente. Isso inclui itens para os quais os erros potenciais podem igualar ou exceder o erro tolerável. Alguns itens testados 100% (cem por cento) não fazem parte da população da amostragem.
- (ii.d) Extração dos itens para teste. A seleção da amostra é feita por programa eletrônico, que leva em conta fatores como a representatividade dos Cedentes e dos Clientes em relação ao total da carteira do Fundo. Ademais, a cada verificação, serão analisados documentos que deram origem aos Direitos de Crédito que sejam originados de todas as empresas.

A extração da quantidade de itens para teste, indicada pelo resultado observado após aplicação da fórmula mencionada no item (i), será realizada a partir do critério de amostragem probabilística estratificada proporcional, onde primeiramente divide-se a base de dados em extratos para depois selecionar, de acordo com a representatividade de cada extrato, a amostra que será base para os testes.

- (ii.e) Escopo da análise. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes. Abaixo escopo detalhado:
- Obtenção de base de dados analítica por recebível;
 - Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula acima;
 - Verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao fiel depositário;
 - Verificação da documentação acessória representativa dos Direitos de Crédito (identificação pessoal, comprovante de residência, comprovante de entrega de mercadorias, etc.);
 - Verificação do registro de gravame do bem objeto do financiamento;
 - Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados; e

- Verificação das condições de guarda física da documentação comprobatória junto ao fiel depositário.

Deutsche Bank 

São Paulo, 14 de maio de 2000

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão
Avenida Repórter Paulo Lima, 3000 -
13º, 14º e 15º andares
São Paulo - SP - Brasil 04535-110

Fax 55 11 2113-0000

A
Gradual CCTVM Ltda.
Avenida Jacobina Kubitschek, 50, 8º andar
São Paulo - SP
04543-000

Tel direto 55 11 2113-6607
Fax direto 55 11 2113-6170

At: Sr. Leonardo Tertuliano

Ref: Manifestação quanto ao relatório trimestral de verificação de lastro dos direitos creditórios
FIDC da Indústria Evadue I

Prezados Senhores,

Tomando por base o "Relatório Relativo à Aplicação do Procedimento Pré-acordado" de emissão
da KPMG Risk Advisory Services Ltda. ("KPMG") datado de 11 de maio de 2000, referente ao 1º
trimestre do ano corrente, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, na qualidade de custodiante
("Custodiante") do FIDC da Indústria Evadue I ("Fundo"), faz as seguintes considerações:

Considerando a metodologia para verificação do lastro dos direitos creditórios definida previamente
pelo Custodiante, não foram observadas incongruências no procedimento de verificação física dos
contratos devidamente formalizados junto ao Fiel Depositário.

Atenciosamente,


DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO

Reginaldo Moraes de Godoy
Deutsche Bank S.A.
Custodiante

Atenciosamente,

Agostinho Renoldi Junior
Diretor

São Paulo, 10 de fevereiro de 2010.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA
INDÚSTRIA EXODUS I**

CNPJ: 07.399.646/0001-32

Classificação de Risco Standard & Poor's: brAAf

RELATÓRIO TRIMESTRAL 2009

No período de outubro a dezembro de 2009, o FIDC da Indústria Exodus I, teve seu patrimônio líquido evoluído de R\$ 76.400.540,92 (setenta e seis milhões quatrocentos mil quinhentos e quarenta reais e noventa e dois centavos) para R\$ 106.294.046,93 (cento e seis milhões duzentos e noventa e quatro mil quarenta e seis reais e noventa e três centavos).

As amortizações de cotas subordinadas no período totalizaram R\$ 7.600.000,00 (sete milhões e seiscentos mil reais) e as integralizações totalizaram R\$ 5.800.000,00 (cinco milhões e oitocentos mil reais). As integralizações de cotas seniores da 10ª série totalizaram R\$ 23.631.143,02 (vinte e três milhões seiscentos e trinta e um mil cento e quarenta e três reais e dois centavos).

As operações de compra de recebíveis, envolvendo Cedentes até 31/12/2009, foram realizadas em observância da política de investimentos, em especial os artigos 13 e 14 de seu Regulamento.

A Razão de Garantia ficou em 150,78% em 31/12/2009, bem acima do mínimo regulamentar.

CESSÕES DE DIREITOS CREDITÓRIOS – 30/09/2009 A 31/12/2009

O fundo realizou operações novas durante o período supracitado, utilizando uma taxa média que é compatível com o mercado para o setor.

Informamos que as taxas de desconto aplicadas nas aquisições dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, oscilam de operação para operação, dificultando a sinalização de uma taxa de referência.

Abaixo, evidenciamos a quantidade de operações e os valores totais na aquisição de recebíveis.

Mês	Número de operações / mês	Total em direitos creditórios – R\$
Out-09	937	44.025.681,86
Nov-09	891	47.797.265,52
Dez-09	694	37.529.740,04

ATUALIZAÇÃO DO RELATORIO DE RATING. A **Standard & Poor's**, em relatório de 28/01/2010, indicou a classificação do risco das quotas seniores em brAAf.

Verificação do Lastro por Amostragem

Realizada pela KPMG Auditores. Abaixo, segue cópia da carta enviada pelo custodiante, Deutsche Bank, confirmando pleno enquadramento do fundo as normas regulamentares.

Metodologia e ferramentas de auditoria para amostragem.

Admitindo um intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento), a amostra (n) selecionada será calculada mediante utilização da seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{E_c^2}$$

$$A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Sendo:

E_c = Erro Estimado

A = Tamanho da Amostra

N = População Total

n_0 = Fator Amostral

- (i.i) O erro amostral tolerável representa a diferença entre o valor que a estatística pode acusar e o verdadeiro valor do parâmetro que se deseja estimar. Portanto, o erro amostral tolerável é a margem de erro aceitável em um estudo estatístico.

(ii) Etapas

- (ii.a) Determinar o erro amostral tolerável. O erro amostral tolerável será mantido entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento), dependendo da avaliação prévia efetuada para o Fundo a ser analisado, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza do recebível; qualidade do Cedente a ser analisado; quantidade de revisões já efetuadas para determinado Fundo e seus respectivos resultados observados;
- (ii.b) Determinar o intervalo de confiança. O intervalo de confiança define os limites inferior e superior de um conjunto de valores que tem certa probabilidade de conter no seu interior o valor verdadeiro do efetivo da intervenção em estudo. Desse modo, o processo pelo qual um intervalo de confiança é de 95% (noventa e cinco por cento) é tal que ele tem 95% (noventa e cinco por cento) de probabilidade de incluir o valor real da eficácia da intervenção em estudo.
- (ii.c) Determinar itens chave. Quando se planeja uma amostragem, utiliza-se o julgamento para determinar qual parte da população deve ser examinada individualmente e quais itens devem fazer parte da amostra. Os itens que não justificam a aceitação de risco de amostragem, devem ser examinados individualmente. Isso inclui itens para os quais os erros potenciais podem igualar ou exceder o erro tolerável. Alguns itens testados 100% (cem por cento) não fazem parte da população da amostragem.
- (ii.d) Extração dos itens para teste. A seleção da amostra é feita por programa eletrônico, que leva em conta fatores como a representatividade dos Cedentes e dos Clientes em relação ao total da carteira do Fundo. Ademais, a cada verificação, serão analisados documentos que deram origem aos Direitos de Crédito que sejam originados de todas as empresas.

A extração da quantidade de itens para teste, indicada pelo resultado observado após aplicação da fórmula mencionada no item (i), será realizada a partir do critério de amostragem probabilística estratificada proporcional, onde primeiramente dividi-se a base de dados em extratos para depois selecionar, de acordo com a

representatividade de cada extrato, a amostra que será base para os testes.

(ii.e) Escopo da análise. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes; Abaixo escopo detalhado:

- Obtenção de base de dados analítica por recebível;
- Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula acima;
- Verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao fiel depositário;
- Verificação da documentação acessória representativa dos Direitos de Crédito (identificação pessoal, comprovante de residência, comprovante de entrega de mercadorias, etc.);
- Verificação do registro de gravame do bem objeto do financiamento;
- Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados; e
- Verificação das condições de guarda física da documentação comprobatória junto ao fiel depositário.

Deutsche Bank



São Paulo, 27 de janeiro de 2010

A
Gradual CCTV Ltda.
Avenida Juscelino Kubitschek, 50, 6ª andar
São Paulo – SP

Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3000
São Paulo SP Brasil 04538-132

Tel 55 11 2113-6000

Tel direto 55-11 2113-6907

Fax direto 55-11 2113-6170

At: Sr. Leonardo Tertuliano

Ref: Manifestação quanto ao relatório trimestral de verificação de lastro dos direitos creditórios do
FIDC da Indústria Exodus I

Prezados Senhores,

Tomando por base o "Relatório Relativo à Aplicação do Procedimento Pré-acordado" de emissão da KPMG Risk Advisory Services Ltda. ("KPMG"), relativo ao 4º trimestre de 2009, datado de 20 de janeiro de 2010, o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, na qualidade de custodiante ("Custodiante") do FIDC da Indústria Exodus I ("Fundo"), faz as seguintes considerações:

A) Considerando a metodologia para verificação do lastro dos direitos creditórios definida previamente, o procedimento adotado visa evidenciar: (i) que os direitos creditórios contidos no arquivo eletrônico estão lastreados; (ii) que as características dos direitos creditórios são fidei-jussórias e respectivas registros eletrônicos.

Com base na amostra selecionada (100 (cem) itens), foi efetuado um confronto entre as informações contidas em nossa base de dados e as respectivas duplicatas e/ou notas fiscais, contemplando as seguintes informações:

- Nome e CNPJ do sacado
- Data de vencimento
- Valor da duplicata/note fiscal

Fale conosco: 0800 725 2112
gradual.bank.custodia@db.com.br
www.db.com.br/gradual

Seis (6) itens sortidos na amostra (100 itens) não foram apresentados nessa verificação, quais sejam:

Código do ativo	Nome do sacado	Valor nominal
271461	Levy Simoes do Brasil	26.448,00
294190	Magazine Luiza S.A. - Filial 309	1.480,00
297356	Magazine Luiza S/A - C-830	1.007,00
291013	Distribuidora Padua Fomei Ltda	1.849,22
294086	Magazine Luiza S.A. - Filial 170	1.148,39
294600	Paulo Roberto Terraço Móveis	178,38

Tendo em vista que tais itens representam 8% (oito por cento) do universo analisado (100 itens), as mesmas encontram-se dentro da margem de erro definida na metodologia adotada.

Considerando apenas as duplicatas e/ou notas fiscais apresentadas para revisão (94 itens), não foram observadas inconsistências na realização do procedimento descrito.

II) Verificação da documentação acessória representativa dos direitos creditórios.

A aplicação deste procedimento visa evidenciar que há documentação de identificação fiscal do cedente/sacado.

Com base na amostra selecionada, verificamos as seguintes documentos acessórias relacionadas aos direitos creditórios:

Relacionados ao cadastro dos cedentes:

- Termo de cessão
- Ficha cadastral
- CNPJ
- Contrato Social
- Faturamento anual
- Balanço Financeiro
- Relações Comerciais
- Serasa
- Documentação dos representantes legais da empresa (RG, CPF, Comp. de Residência)

Para evidenciar a existência da documentação utilizada para cadastro e análise de crédito dos cedentes pela SRI, foram selecionados 10 (dez) cedentes sortidos na amostra selecionada, a fim de efetuar uma revisão dos documentos arquivados.

A seguir relação de cedentes verificados:

- | | |
|---|------------------------------------|
| • Ambra Ind. Textil Ltda. | • Delta Fertilizantes Ltda. |
| • Bom Passo Ind. e Com. de Calçados Ltda. | • Metalurgia Venancio Ltda. |
| • Botacatu Textil S/A | • OfficeBrasil Com. Moveis Ltda. |
| • Crysalin Sempre Mão Ltda. | • Pocrana Del Porto Ltda. |
| • CS Pesquisas Part. Ind. Ltda. | • R.M. Nor. Brasil Ind. Com. Ltda. |

Durante a realização desse procedimento não foram observadas inconsistências.

Releitorado ao cadastro dos sacados

Consulta ao SERASA

Análise cadstral

Realização de visitas periódicas

Aplicação de índices de concentração previamente definidos (Regulamento)

Avaliação preliminar de duplicatas, notas fiscais e cartões de entrega de mercadorias.

Checkagem para confirmação da existência do título, através de contato telefônico.

Não foram apresentadas quaisquer evidências da existência dos documentos relacionados à análise dos sacados selecionados.

Atenciosamente,



Ricardo Kottmann
Executivo de Crédito
DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO

Atenciosamente,

GRADUAL CCTVM S/A
Diretoria

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)